

José Carlos Oliveira Santos

ECONOMIA SOLIDÁRIA, sustentabilidade e educação de jovens e adultos



José Carlos Oliveira Santos

ECONOMIA SOLIDÁRIA,
sustentabilidade e educação
de jovens e adultos

S237e Santos, José Carlos Oliveira.
Economia solidária, sustentabilidade e educação de jovens e adultos [livro eletrônico] / José Carlos Oliveira Santos. – Campina Grande: EDUFCG, 2021.
180 p.

E-book (PDF)
ISBN 978-65-86302-38-7

1. Economia Solidária. 2. Sustentabilidade e Educação de Jovens e Adultos (EJA). 3. Educação – Economia – Jovens e Adultos. I. Título.

CDU 330.87:37-053.6/.8

FICHA CATALOGráfICA ELABORADA PELA BIBLIOTECARIA SEVERINA SUELI DA SILVA OLIVEIRA CRB-15/225

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFCG
editoradaufcg@gmail.com

Prof. Dr. Antônio Fernandes Filho
Reitor

Prof. Dr. Mario Eduardo Rangel Moreira Cavalcanti Mata
Vice-Reitor

Prof. Dr. Patrício Borges Maracajá
Diretor Administrativo da Editora da UFCG

Simone Cunha
Revisão

Yasmine Lima
Projeto Gráfico

CONSELHO EDITORIAL

Anubes Pereira de Castro (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

A obra *Economia solidária, sustentabilidade e educação de jovens e adultos* é um espaço de reflexão sobre as relações de trabalho e educação e tem como finalidade apresentar o resultado de seis monografias desenvolvidas por alunos e docentes do curso de especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano. Os capítulos relatam as experiências pedagógicas e sua relação com as diferentes comunidades envolvidas na aplicação destas experiências.

SUMÁRIO

- 9 EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: O PROGRAMA JOVENS AMBIENTALISTAS NO MUNICÍPIO DE PICUÍ (PB) NA PERSPECTIVA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
MARIA DAS VITÓRIAS DOS SANTOS OLIVEIRA
JOSÉ CARLOS OLIVEIRA SANTOS
- 39 APLICAÇÃO DE METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS ALTERNATIVAS NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
OZINEIDE FELISMINO DA COSTA
JOSÉ CARLOS OLIVEIRA SANTOS
- 73 USO DE PLANTAS MEDICINAIS POR ALUNOS DA EJA NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA
ENILMA PINHEIRO DOS SANTOS
JOSÉ CARLOS OLIVEIRA SANTOS
- 101 RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E MICROCRÉDITO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA
ARACÉLIA AZEVEDO PINHEIRO
JOSÉ CARLOS OLIVEIRA SANTOS
- 125 UMA REFLEXÃO SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA À LUZ DE JOVENS AMBIENTALISTAS
FRANCISCA MARLY GOMES DE AZEVEDO
JOSÉ CARLOS OLIVEIRA SANTOS
- 155 A ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PERCEPÇÃO DOS CONCLUINTE PIONEIROS
JOSIVALDO DA SILVA GALDINO
JOSÉ CARLOS OLIVEIRA SANTOS

EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: O PROGRAMA JOVENS AMBIENTALISTAS NO MUNICÍPIO DE PICUÍ (PB) NA PERSPECTIVA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

MARIA DAS VITÓRIAS DOS SANTOS OLIVEIRA
JOSÉ CARLOS OLIVEIRA SANTOS

APRESENTAÇÃO

A preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades. Existe a necessidade de uma educação socioambiental capacitada a provocar mudanças de atitudes na comunidade, considerando a qualidade de vida dos alunos intimamente ligados ao desenvolvimento sustentável, interligando responsabilidades sociais e ambientais, considerando-se projetos ambientais como alvo de difusão da aprendizagem e articulação dos saberes e propondo um trabalho de cunho sustentável, através de uma educação de jovens não formal.

Com fundamentação na importância e complexidade científica entre educação de jovens e adultos (EJA), economia solidária e sustentabilidade, este capítulo busca fazer uma análise de conhecimento e informação sobre as atividades desenvolvidas pelos jovens no projeto Jovens Ambientalistas na cidade de Picuí, Paraíba, o qual se constitui em uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo. Constatou-se a existência da economia solidária em torno das atividades do programa, no qual ocorrem o estímulo, a cooperação, a confiança e a solidariedade entre os educandos e o coordenador. Esses estímulos propiciam de

forma oculta o fortalecimento do direito à cidadania e a melhoria da qualidade de vida.

ASPECTOS TEÓRICOS

A educação de jovens e adultos (EJA) envolve dimensões que ultrapassam a questão educacional, fornecendo uma complexidade maior a esta modalidade de ensino, o que não fora observado até uns anos atrás, quando essa educação resumia-se à alfabetização como um processo compreendido em aprender a ler e escrever (STRELHOW, 2010). Atrelada à educação de jovens e adultos, uma proposta que vem se desenvolvendo é a economia solidária, que enfatiza a ideia de economizar, visando proporcionar melhorias na qualidade de grupos envolvidos sob a perspectiva de crescimento por meio do trabalho coletivo.

Valorizando a capacidade do ser humano em aprender e ensinar, a economia solidária baseia-se no diálogo, na solidariedade, na autonomia e na autogestão. Ela é o meio de um contexto social que propõe a igualdade de condições e o direito à diferença. É, portanto, uma moderação com defesa da identidade e da inserção. Uma economia que considera que as pessoas são diferentes e devem ter espaço para o exercício de suas diferenças (SINGER; KRUPPA, 2004).

Quando pensamos em economia solidária, significa pensar em outra economia vinda da sociedade civil e dos meios populares, que está ocorrendo em diversas partes do mundo, por meio de ações que adotam formas associativistas e cooperativistas. Estas iniciativas, a depender do contexto em que se situam e de seu objetivo, adotam diferentes configurações, seja agindo em interface direta com o mercado, firmando parcerias com os poderes públicos, utilizando formas de reciprocidade ou, como lhe é mais característico, fazendo uma mistura

dessas diferentes configurações (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; SINGER, 2002).

Sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e demarcar um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de corresponsabilidade e de constituição de valores éticos (JACOBI, 2003). Nesse sentido, refere-se a um diálogo constante, tendo o cuidado com as decisões e os caminhos a serem tomados em função da preservação da vida e do planeta. O conceito de desenvolvimento sustentável, na verdade, foi criado como forma de atenuar a desgastante relação entre a sociedade e a natureza de consumo capitalista. “Justifica-se como discurso e prática pela capacidade de negociar e camuflar uma redução no desgaste da natureza, desde que não comprometa seu poder de acumulação” (BASSANI, 2008, p. 110).

Com fundamentação na importância e complexidade científica entre EJA, economia solidária e sustentabilidade, este trabalho buscou fazer uma análise de conhecimento e informação sobre as atividades desenvolvidas pelos jovens no projeto Jovens Ambientalistas na cidade de Picuí, Paraíba. Diante da necessidade de uma educação socioambiental capaz de gerar mudanças de atitudes sociais, pode-se considerar este projeto como alvo de divulgação da aprendizagem e articulação dos saberes ao propor um trabalho com aptidão para sustentabilidade. Nesse sentido, o tema estudado situa-se num cenário globalizado, por se considerar que nele estão envolvidas questões que vão para além do aspecto educacional, e tange, também, aspectos de natureza social, econômica, política, étnica e cultural (GADOTTI, 2009).

Pode ser visto como um tema central porque há diligências significativas, feitas com dedicação, em áreas sociais que envolvem políticas

públicas, um trabalho que traz mudanças de hábitos com conceitos étnicos e formação cultural. Para avançar, é importante que haja a integração de todos os aspectos e o apoio de órgãos que priorizem este trabalho. Acredita-se que os saberes vêm de análises, curiosidades e pesquisas. A investigação dota o pesquisador de conhecimentos, e a disseminação de saberes com conceitos próprios de quem compreende é um legado de que estudar vale a pena. Através do exercício da aprendizagem e de um pensamento solidário, reunidos em um compromisso de rentabilidade sustentável, pode-se mudar o conceito de economia dos participantes.

Diante do que foi exposto, em linhas gerais, destaca-se como principal objetivo desta pesquisa compreender como acontecem o trabalho, o desenvolvimento e a aprendizagem do coordenador e dos alunos do projeto Jovens Ambientalistas no município de Picuí–PB em relação a educação ambiental e sustentabilidade; e que mudanças ecológicas, educativas e sociais as atividades desenvolvidas trazem para a comunidade, sendo possível perceber a forma de trabalho do projeto com relação a educação ambiental e sustentabilidade; os conceitos teóricos e a prática exercida pelos participantes; e a perspectiva de mudança ecológica, social, educativa e econômica nas atividades desenvolvidas.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação de jovens e adultos surge de lacunas do sistema educacional regular (processo de escolarização) e compreende um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais (FRIEDRICH *et al.*, 2010).

A precariedade do ensino regular tem seus reflexos na educação de jovens e adultos, modalidade da educação que expressa a conquista do direito à educação para aqueles que não tiveram acesso à escola na idade regular e/ou tiveram o percurso escolar interrompido por diferentes motivos, nos níveis de ensino fundamental e médio (SOUZA, 2010). A EJA foi legalmente garantida e regulamentada pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) e pela Resolução CNE/CEB Nº 01, de 05 de julho de 2000 (BRASIL, 2000).

Segundo Friedrich *et al.* (2010), a escolarização de jovens e adultos pode ser considerada em toda sua trajetória como uma proposta política redimensionada à plataforma de governo na tentativa de explicação de um problema decorrente das lacunas do sistema de ensino regular. A oferta da educação de jovens e adultos, na esfera governamental, sempre esteve atrelada à perspectiva assistencialista e compensatória, em que o sujeito excluído do processo escolar na idade dita “regular” retornaria à escola para ser alfabetizado e incluído no mercado de trabalho (SOUZA, 2010).

A história da EJA apresenta muitas variações ao longo do tempo, demonstrando estar estreitamente ligada às transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizaram os diferentes momentos históricos do país (LOPES; SOUSA, 2005). É uma modalidade de ensino complexa porque envolve dimensões que transcendem a questão educacional. Até uns anos atrás, essa educação resumia-se à alfabetização como um processo compreendido em aprender a ler e escrever. Sem dúvidas, a EJA deve ser entendida como modalidade de educação que ultrapassa a transmissão de conteúdos científicos e refere-se a processos educativos mais amplos voltados para a formação humana de seus sujeitos. Nesta perspectiva, os sujeitos da EJA devem ser analisados dentro de um determinado tempo de vida, com especificidades próprias, e que chegam à escola com inúmeras experiências,

conceitos e valores que retratam seus anseios, desafios e expectativas quanto ao seu processo de formação (SOUZA, 2010).

As mudanças ocorridas no mercado de trabalho, no entanto, vêm exigindo mais conhecimentos e habilidades das pessoas, assim como atestados de maior escolarização, obrigando-as a voltar à escola básica, como jovens, ou já depois de adultos, para aprender um pouco mais ou para conseguir um diploma. Essa realidade tem sido responsável pela criação de diversos projetos voltados para a alfabetização e educação de jovens e adultos (LOPES; SOUSA, 2005).

O desenvolvimento da sociedade acarreta novas possibilidades de crescimento profissional, contudo esse crescimento exige uma maior qualificação profissional e uma constante atualização de conhecimentos e habilidades necessárias ao desenvolvimento de uma determinada atividade (LOPES; SOUSA, 2005).

Para Strelhow (2010), outra forma de pensar sobre a EJA traz para o âmbito escolar questões relativas ao processo histórico do aluno. Existem muitos motivos que levam esses adultos a estudar, como exigências econômicas e tecnológicas e competitividade no mercado de trabalho. Vale destacar que outras motivações levam os jovens e adultos para a escola, por exemplo, a satisfação pessoal, a conquista de um direito, a sensação da capacidade e dignidade, que traz autoestima, e a sensação de vencer as barreiras da exclusão. A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada, mas que têm cultura própria (LOPES; SOUSA, 2005). Sabe-se que o papel docente é de fundamental importância no processo de reingresso do aluno às turmas de EJA. Por isso, o professor da EJA deve, também, ser um professor especial, capaz de identificar o potencial de cada aluno.

O perfil do professor da EJA é muito importante para o sucesso da aprendizagem do aluno adulto, que vê seu professor como um modelo a seguir. É papel do professor, especialmente do professor

que atua na EJA, compreender melhor o aluno e sua realidade diária. Enfim, é acreditar nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal e profissional (LOPES; SOUSA, 2005). Professores que se proponham a trabalhar com adultos devem refletir criticamente sobre sua prática, tendo também uma visão ampla sobre a sala de aula, sobre a escola em que vai trabalhar. Tem que ampliar suas reflexões sobre o ensinar, pensando sobre sua prática como um todo. Ele precisa resgatar junto aos alunos suas histórias de vida, tendo conhecimento de que há uma espécie de saber desses alunos que é o saber cotidiano, uma espécie de saber das ruas, pouco valorizado no mundo letrado e escolar.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Segundo Singer (2005), a economia solidária é uma economia centrada no humano, em que a solidariedade e a reciprocidade se colocam como elementos definidores do agir econômico. As diferentes concepções que tratam da economia solidária giram em torno da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas.

França Filho e Laville (2002) buscam traçar fronteiras conceituais entre terceiro setor, economia social, economia solidária, economia popular e economia informal. Tais termos têm em comum o fato de se referirem a um espaço de vida social e de trabalho intermediário entre as esferas do mercado e do Estado. No entanto, diferenças em relação ao contexto sociopolítico em que emergem, ao papel que desempenham na sociedade e ao lugar que ocupam entre as esferas do Estado e do mercado fornecem os elementos que possibilitam a percepção de fronteiras entre os termos terceiro setor, economia social, economia solidária, economia popular e a própria economia informal.

A economia solidária é praticada por milhões de trabalhadores, incluindo a população mais excluída e vulnerável, organizados de forma coletiva gerindo seu próprio trabalho, lutando pela sua emancipação em milhares de empreendimentos econômicos solidários e garantindo, assim, a reprodução ampliada da vida nos setores populares (SINGER, 2000; MÉSZÁROS, 2005). São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promoverem a preservação ambiental.

A economia solidária é uma forma de organização do trabalho que surgiu como alternativa de geração de renda e de inclusão social. É um jeito diferente de produzir, comprar, vender e trocar o que é necessário para viver, sem que haja vantagem para um ou outro lado da negociação. As atividades da economia solidária se opõem à exploração do trabalho e dos recursos naturais e promovem o desenvolvimento sustentável, ou seja, o crescimento econômico em harmonia com a proteção da natureza (MANCE, 1999). São exemplos de empreendimento econômico solidário: cooperativas, associações, grupos de produção e clubes de trocas que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Essas organizações têm algumas características em comum, como o fato de serem empreendimentos coletivos; de terem atividades permanentes que são a razão de ser da organização; de serem constituídas por trabalhadores urbanos ou rurais, que exercem a gestão das atividades de maneira coletiva e dividem os resultados; e de poderem ou não ter registro legal da organização.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade é um termo cuja origem provém do debate em torno das questões envolvendo o meio ambiente, incitado pela preocupação com os recursos naturais e sua utilização desenfreada. A produção dos bens consumidos pela sociedade gera poluição ao meio ambiente, danos que acabam atingindo, direta ou indiretamente, a própria humanidade. Mesmo com a poluição e a devastação causadas pela produção e consumo destes bens, esta mesma humanidade muitas vezes não abre mão do conforto e da comodidade promovidos por eles (CAMPOS, 2001). São cada vez mais evidentes os impactos negativos que o homem provoca na natureza. A poluição, a destruição de habitats, o acúmulo de resíduos sólidos e a diminuição rápida da biodiversidade são apenas alguns dos exemplos dos problemas ambientais gerados pela ação do homem na atualidade.

Sendo assim, uma das palavras mais utilizadas atualmente para falar de meio ambiente e dos impactos negativos causados pelo homem é a sustentabilidade, termo que possui os mais variados significados. Em ciências biológicas, por exemplo, relaciona-se com a capacidade dos ecossistemas de se recuperarem das agressões do homem e até mesmo do próprio meio ambiente. A sustentabilidade também pode ser usada em conjunto com a palavra desenvolvimento e, nesse caso, referir-se às maneiras de evitar o esgotamento dos nossos recursos naturais e conseguir atender as necessidades da população atual (CAVALCANTE; FERRARO JUNIOR, 2002).

Quando utilizamos os recursos naturais de maneira sustentável, por exemplo, eles conseguem manter-se por vários anos, não se esgotando facilmente. Percebe-se, portanto, que um desenvolvimento sustentável é aquele que não provoca escassez ou esgotamento de recursos e, ao mesmo tempo, permite que estes atendam as necessidades das futuras gerações e também as nossas. É importante discutir

a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável porque, a cada dia, os problemas ambientais estão afetando a qualidade de vida do homem. É comum, por exemplo, vermos nos jornais e em sites na internet a falta de água e o racionamento de energia em vários locais do Brasil. Isso não é consequência apenas de má administração, ocorrendo também em razão do uso irracional e excessivo do que nos é oferecido (FONTES, 2003).

O desenvolvimento sustentável necessita de planejamento e da participação de todas as esferas da população. É necessário analisar cuidadosamente o quanto já gastamos dos recursos e quanto ainda nos resta. Devemos também compreender que os recursos naturais podem acabar e seu uso consciente é fundamental para não comprometer a vida das futuras gerações. Segundo Sachs (2004), o conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta à sustentabilidade ambiental a dimensão da sustentabilidade social, que se baseia na solidariedade à geração atual e à futura, e impele a busca por soluções vencedoras, eliminando o crescimento obtido à custa de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais. É, portanto, fundamentado na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos.

Para Milanez (2003), o desenvolvimento sustentável possui quatro facetas: a ambiental, a social, a econômica e a cultural. O termo sustentável, para o autor, está ligado apenas à dimensão ambiental, visto que foi o fato de o desenvolvimento atual estar levando-nos ao colapso ambiental que provocou a demanda por um conceito de desenvolvimento sustentável. A segunda faceta é ser socialmente justo, visto que, conforme afirma o autor, o modelo atual provoca uma concentração progressiva de riqueza, aumentando as desigualdades sociais. A terceira faceta é ser economicamente viável, ressaltando que esta faceta do desenvolvimento é o meio e não o fim. Ela deve ser revolucionária na direção da inclusão de muitas atividades produtivas, como as domésticas, de todos os setores da sociedade e de outras formas

de interações, como os clubes de trocas e as moedas sociais. A quarta faceta é que o desenvolvimento deve ser culturalmente respeitoso, de forma a, ao contrário do caráter hegemônico do desenvolvimento atual, resgatar culturas. Fazem parte dessas facetas os sistemas de valores, as estratégias de produção, as formas de lazer, as crenças religiosas, as expressões artísticas, científicas, filosóficas e tantas outras coisas que são totalmente coevolutivas, interdependentes, indispensáveis para a realização das pessoas e expressões diretas do meio onde foram forjadas. Essa perspectiva apresentada por Milanez (2003) se aproxima mais da temática de economia solidária apresentada neste trabalho, que a percebe enquanto economia plural, em que convivem diversas dinâmicas. Nesta economia, o aspecto econômico não é um fim em si mesmo, mas um meio para atendimento das diferentes necessidades humanas, que vão de necessidades materiais a necessidades sociais, políticas, ambientais, culturais, etc.

Para tratar do tema da sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária, alguns autores utilizam diversas terminologias (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002; SINGER, 2002; GAIGER, 2004; CORAGGIO, 2003; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004), tais como viabilidade, autossustentação, sucesso e êxito, que, ainda que não sejam absolutamente iguais, representam uma preocupação real com a sustentabilidade dos empreendimentos. Para Costa (2003), esta preocupação justifica-se pela condição de fragilidade demonstrada por boa parte dos empreendimentos da economia solidária. Já Gaiger (2003) acredita que tal preocupação se deve ao quadro promissor apresentado pela economia solidária, que trouxe o apoio de ativistas, organizações sociais e órgãos públicos. Em diferentes países, pesquisas mostram que os empreendimentos solidários, de tímida reação à perda do trabalho e a condições extremas de subalternidade, estão convertendo-se em considerável mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que os habilitam a permanecerem no

mercado com perspectivas de sobrevivência (GAIGER, 2003). Outra preocupação presente se refere à natureza e ao significado dos seus traços sociais particulares, de socialização dos bens de produção e do trabalho, que, por sua vez, interferem na gestão do empreendimento e, conseqüentemente, na sua sustentabilidade.

A ideia de sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária requer a compreensão de que esta economia é distinta do modelo capitalista, e por isso lógicas distintas estão convivendo entre si e interferindo na continuidade das organizações. A economia solidária insere-se no contexto de uma economia plural, em que convivem aspectos mercantis, não mercantis e não monetários. Assim, para sua gestão e, conseqüentemente, para sua sustentabilidade, aspectos políticos e sociais não podem deixar de ser levados em consideração (GAIGER, 1996).

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL E O PROGRAMA JOVENS AMBIENTALISTAS

É interessante observar a evolução que a educação ambiental—em especial a não formal—sofreu ao longo do tempo, visto que inicialmente era utilizada como forma de manifesto, alertando sobre a escassez dos recursos naturais e indicando a necessidade de conservação da natureza. É concebida inicialmente como preocupação dos movimentos ecológicos, como uma prática de conscientização capaz de chamar a atenção para a finitude e a má distribuição no acesso aos recursos naturais (CARVALHO, 2004).

Necessitando extrapolar o espaço escolar, a educação ambiental não formal tem agido com a disseminação de conteúdos para a comunidade em geral, em áreas públicas, no entorno de Unidades de Conservação, em empresas e indústrias, através de atividades culturais,

através de meios de comunicação de massa, através da ação de universidades (ações de extensão comunitária), pela formulação e execução de programas educacionais por organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, poder público, entre outras entidades.

Para execução de programas relacionados à educação ambiental não formal, faz-se necessário primar por alguns fundamentos e princípios, os quais tornam a prática mais efetiva (GUARIM, 2000), a começar pela plena oportunidade de participação dos envolvidos, o que permite o questionamento, a proposição de ações e soluções para a consecução dos objetivos que se pretende alcançar, pois, muitas vezes, a oposição a um determinado programa, como o Jovens Ambientalistas, decorre principalmente da falta de informações do público-alvo. As práticas em educação ambiental devem sempre considerar a realidade local, levando em conta toda sua perspectiva histórica, pois ela diz muito sobre os aspectos culturais e sociais do público-alvo, além de possibilitar que a situação futura desejada seja condizente com os anseios e as possibilidades dos envolvidos, assegurando o respeito às diversas formas de vida e expressão da cultura, estimulando o convívio entre os diferentes, a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, usando estratégias democráticas e de interação.

A criação e o desenvolvimento de um programa de educação ambiental não formal pode ser elaborado utilizando-se diferentes métodos, visto que não há uma metodologia única, nem um modelo rígido para tal. Podem-se utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de atividades práticas para se transmitir e socializar conhecimentos (KRISCHKE, 2004).

O programa Jovens Ambientalistas da cidade de Picuí-PB se caracteriza como um modelo de educação ambiental não formal envolvendo jovens carentes da comunidade local. A demanda dos jovens egressos pela continuidade de atividades de educação ambiental e participação em eventos deu origem ao grupo de Jovens Ambienta-

listas, do qual participam aproximadamente 30 jovens. As atividades do projeto incluem atividades educativas, de participação cidadã e de inserção social. Os jovens se reúnem esporadicamente para desenvolver atividades educativas e participam de eventos de sensibilização ambiental realizados por instituições públicas e privadas.

O programa Jovem Ambientalista, o qual é realizado com jovens (de 13 a 17 anos) das comunidades da cidade de Picuí, no Seridó do estado da Paraíba, pela Prefeitura Municipal, através do Ministério da Educação (MEC), tem como objetivo envolver os jovens picuienses em um processo de planejamento e gestão participativa, enfatizando a sustentabilidade comunitária e despertando o exercício da cidadania, além de promover o resgate e a valorização da cultura e do ambiente local. A ideia de implementação desse programa educativo ocorreu em função da falta de perspectiva em relação a oportunidades de estudo e trabalho na cidade, o que fazia com que muitos jovens deixassem suas comunidades de origem e se direcionassem para grandes centros urbanos, contribuindo na maioria das vezes para a perda de sua identidade cultural. Dessa forma, acredita-se que o programa tem oportunizado um espaço de diálogo (aceitando os questionamentos dos jovens e seus interesses em relação ao mundo contemporâneo), de reflexão (em relação à realidade social que vivem) e de conhecimento (de si mesmo e de seu ambiente) para que o jovem tenha maior probabilidade de fazer uma escolha bem-sucedida.

Um programa de educação ambiental não formal deve apresentar caráter contínuo e permanente, com ações sustentáveis, envolvendo a participação da comunidade e primando pela formação de multiplicadores e de cidadãos conscientes e responsáveis social e politicamente, engajados para a formação de uma sociedade realmente democrática, visto que o exercício da cidadania, o respeito à diversidade, a justiça ambiental e a qualidade de vida são aspectos intrínsecos à educação ambiental (SORRENTINO *et al.*, 2006).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho constitui-se em uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo. O estudo foi realizado com os alunos e o coordenador do projeto Jovens Ambientalista da cidade de Picuí-PB, que frequentaram as atividades em 2016.

A escolha do caminho desta pesquisa passa pela abordagem qualitativa, uma vez que esta permite ao pesquisador um contato direto com o ambiente e a situação a ser investigada, ou seja, envolve a obtenção de dados no contato entre sujeito-pesquisador e sujeito-pesquisado, enfatizando mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes, a fim de desvendar a realidade. Referente ao tipo de pesquisa, este estudo classifica-se como descritivo por revelar as características de determinado assunto por meio dos seus componentes, procurando avaliá-los (GIL, 2009).

FIGURA 1. IMAGEM DO GRUPO RESPONSÁVEL PELAS ATIVIDADES DO TRABALHO



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Para a coleta dos dados, primeiro foi feita uma visita aos participantes na sede do grupo para explicar, usando linguagem informal, qual era o objetivo da pesquisa. Após esta etapa, foram realizados questionários semiestruturados, com perguntas objetivas e subjetivas, procurando conhecer seu perfil socioeconômico, sua capacidade desenvolvida sobre a importância das atitudes ecologicamente corretas e as ações de sustentabilidade econômica e solidária que possam vir a desenvolver com tais aprendizagens.

ASPECTOS DISCURSIVOS

Cada público-alvo e cada coletivo têm diferentes anseios e necessidades, o que reflete diretamente no meio ambiente. Dessa forma, um programa de educação ambiental não formal deve partir da realidade vivida pelo público-alvo, levando em conta seus aspectos sociais, culturais, econômicos e ecológicos, despertando seu enfoque interdisciplinar e sistêmico para que o programa realmente seja consistente. O grupo de jovens do programa Jovens Ambientalistas, a quem foram encaminhados os questionários, era formado por 31 alunos, dos quais 24 responderam às questões, 3 não entregaram o questionário e 4 não compareceram nos dias das visitas.

O grupo é coordenado apenas por um coordenador do sexo masculino, idade de 46 anos, que afirmou ter formação superior incompleta, não declarando em sua resposta a área do curso. Ele afirmou gostar de se envolver com trabalhos e ações voltados ao meio ambiente, portanto tem se identificado bastante com o programa Jovens Ambientalistas.

As atividades desenvolvidas no programa são: palestras de formação e informação, trilhas ecológicas, soltura de animais, Semana do Bioma Caatinga, trabalhos com reciclagem, pesquisas com a população acerca de ações voltadas para o meio ambiente, trabalhos de

campo em conjunto com a vigilância sanitária do município. Essas atividades trazem um diferencial no processo educacional dos alunos e podem estar diretamente voltadas a princípios da economia solidária.

FIGURA 2. ALGUMAS ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS ALUNOS DO PROGRAMA



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Buscando saber se a escolaridade dos alunos influenciava diretamente o desenvolvimento das atividades, o colaborador respondeu que aqueles alunos que estão em séries mais avançadas têm melhor desempenho nas atividades associadas a pesquisas, leituras, assimilação e interpretação dos conteúdos para repassarem as informações

a familiares e à população em geral. Procurando saber, na visão do colaborador, se há mudança de comportamento dos participantes após a continuação no projeto, o responsável diz que alguns deles progrediram ao longo das referidas atividades como pode ser observado em sua fala:

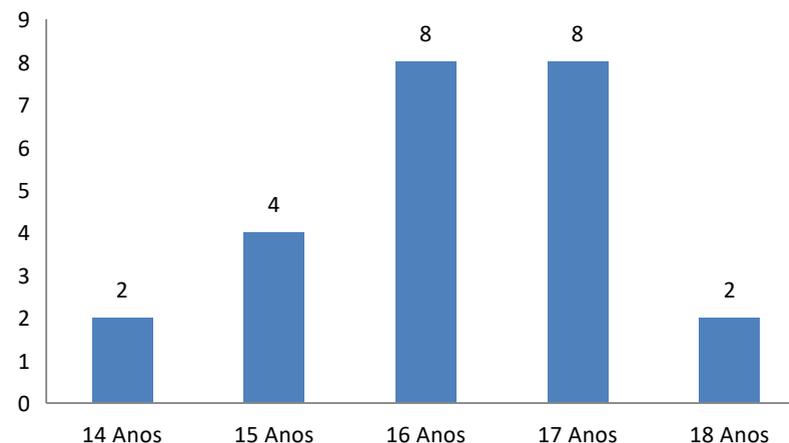
Sim existe uma mudança significativa no comportamento dos participantes de forma positiva, onde os integrantes com a continuidade nas ações melhoram as atitudes e condutas em relação ao meio ambiente e na própria sala de aula regular.

Com relação à possibilidade de os ex-alunos virem a obter renda após saírem do programa, o colaborador afirma que eles ficam com uma vasta experiência e um olhar diferenciado para o meio ambiente, mas não acha que vão obter renda. Segundo Jacobi (2003), quando nos referimos à educação ambiental em um contexto mais amplo, consideramos a educação para a cidadania, configurando-a como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretiza-se pela possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, e de se converter, portanto, em ator corresponsável na defesa da qualidade de vida.

Para melhor compreensão dos dados coletados em nossa pesquisa, pode-se associar a estudo corroborativo de Jacobi (2003) o qual afirma que a educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem, que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência crítica. De acordo com nossos entrevistados, faz-se uma descrição das suas ações para o desenvolvimento do programa. Vinte e quatro alunos participaram desta pesquisa, sendo doze do sexo masculino e doze do sexo feminino, totalizando um percentual de 50% em relação ao sexo, cuja característica implica igualdade no interesse pela participação no projeto.

Estes jovens têm que estar matriculados na rede pública de ensino, e suas ações na escola são usadas como critérios de seleção no programa. A idade é um dos fatores considerados. A idade dos jovens que participam do Programa está demonstrada no Gráfico 1. Os 24 jovens atuantes que responderam efetivamente ao nosso questionário têm idade entre 14 e 18 anos. Conforme observado, os jovens entre 16 e 17 anos tiveram maior destaque ao ingressarem no programa.

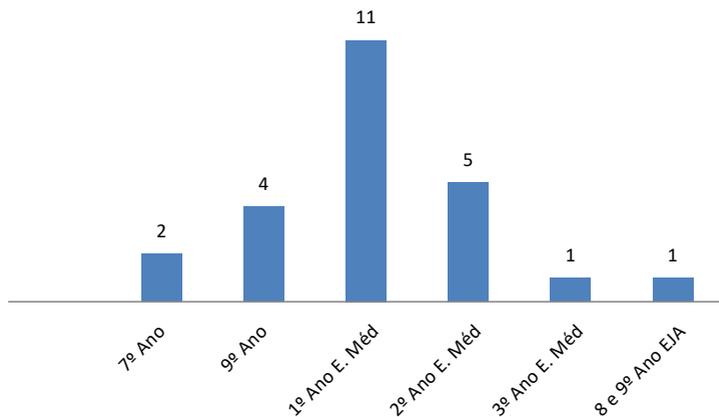
GRÁFICO 1. FAIXA ETÁRIA DOS JOVENS ENTREVISTADOS



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

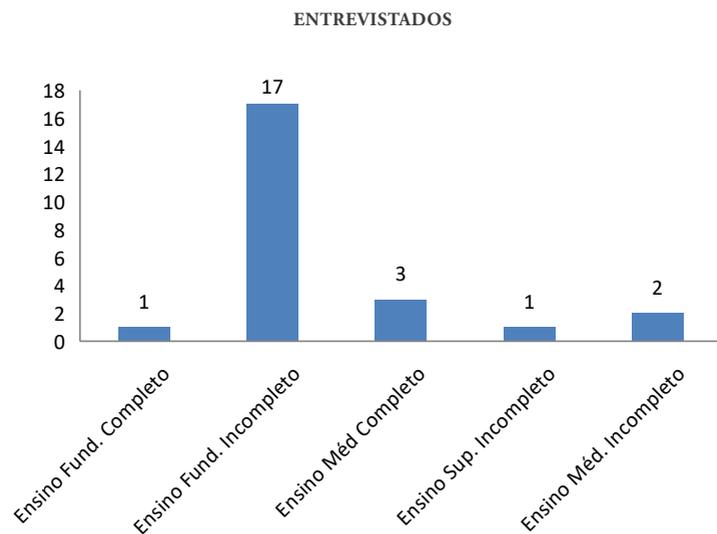
A escolaridade dos educandos está dispersa entre alunos do sétimo ano do ensino fundamental II ao terceiro ano do ensino médio. A maior concentração é de alunos do primeiro ano do ensino médio. A escolaridade dos educandos está representada no Gráfico 2, que ilustra a distribuição da escolaridade dos entrevistados. Já os Gráficos 3 e 4 mostram a distribuição geral de instrução dos pais desses educandos.

GRÁFICO 2. DISTRIBUIÇÃO DA ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS



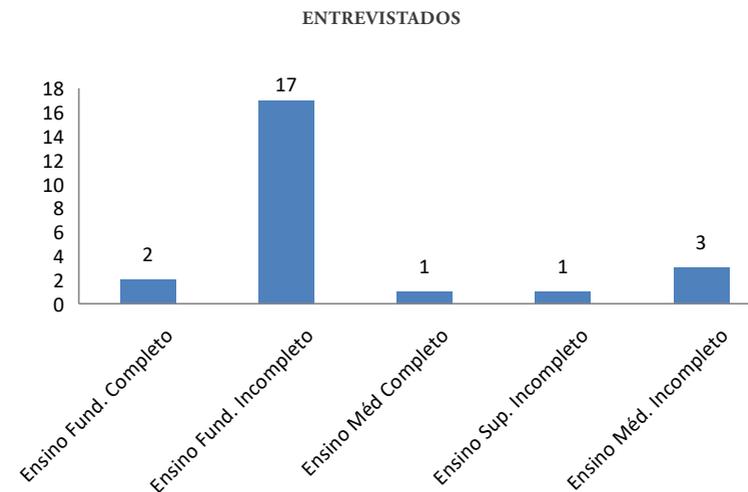
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

GRÁFICO 3. DISTRIBUIÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO DOS PAIS DOS JOVENS



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

GRÁFICO 4. DISTRIBUIÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO DAS MÃES DOS JOVENS



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

O grau de instrução dos pais, segundo os resultados, apresenta uma representatividade de ensino fundamental incompleto. Uma das instabilidades que se supõe é que estas famílias tiveram que deixar a escola por terem entrado muito jovens em relacionamentos e isso tenha sido um empecilho para continuarem os estudos e dado ênfase ao trabalho. O grau de instrução das mães, segundo os resultados, traz uma representação em que prevalece o ensino fundamental incompleto como o maior nível de escolaridade, tornando-se paralela ao dos pais. Geralmente, por serem oriundos de famílias carentes e seus pais possuírem uma educação precária, pode-se pensar nessa precariedade como sendo falha do sistema educacional, o que também acarreta desigualdade social, em que muitos vão ficando à margem da sociedade e são induzidos a escolher entre sobreviver e aprender.

Os dados coletados trazem as atividades de trabalho exercidas pelos pais e mães dos educandos. Diante do que relataram, a maioria das famílias estava sem trabalhar, cinco são agricultores, nove traba-

lham com atividades diversas, como auxiliar de pedreiro, churrasqueiro, vigilante, comércio, maqueiro, e apenas um dos alunos é filho de aposentados. Por questões dessa natureza, a bolsa que os alunos recebem, oriunda das atividades do programa, vem contribuir significativamente para a renda das famílias, pois todos os alunos usam o dinheiro para os gastos em casa, ajudando os pais, com exceção do que é filho de um casal de aposentados. Este relatou usar o dinheiro para suas finalidades pessoais. Portanto este recurso é uma das ações que motivam e incentivam a participação e permanência dos educandos no programa, já que eles veem no benefício uma forma de sanar algumas necessidades.

Levando esta atividade para o contexto da economia solidária, percebe-se que as potencialidades desenvolvidas por eles podem ser aproveitadas de forma solidária, principalmente aquelas voltadas à sustentabilidade, como a jardinagem (que eles citaram muito em suas respostas), por meio de produtividade que beneficia a família. Se houver algum tipo de organização, tem como começar uma rede de produção familiar e assim gerar renda. Sendo assim, percebe-se a importância de uma fonte de renda para suprir as necessidades e anseios desse grupo. É importante enfatizar que, quando abre inscrição para seleção do programa, a notícia é propagada entre os colegas e o interesse em participar gera concorrência. Tudo leva a crer que a disputa por uma introdução no mundo do trabalho e da renda leva esses jovens a desejarem disputar a vaga para que, com a aprendizagem ao longo do projeto, construam uma forma de começar a produzir trabalho e gerar renda.

Com o interesse em saber dos educandos o que consideram de melhor para a vida escolar e social com a participação no programa, eles relatam a importância de se conscientizarem sobre a proteção dos animais e o meio ambiente, de respeitarem mais o próximo e as regras de convivência, de terem responsabilidade e de serem mais participativos. Estes ensinamentos ajudam na vida escolar e social.

Esses dados nos mostram a importância do programa para a construção do pensamento dos jovens. De acordo com Jacobi (2003), a educação ambiental, nas suas diversas possibilidades, abre um estimulante espaço para repensar práticas sociais e o papel dos professores, como mediadores e transmissores de um conhecimento necessário, para que os alunos adquiram uma base adequada de compreensão essencial sobre o meio ambiente global e local, a interdependência dos problemas e soluções e a importância da responsabilidade de cada um para construir uma sociedade planetária mais equitativa e ambientalmente sustentável.

Quando se pergunta quais das atividades são consideradas mais atrativas e importantes para o meio ambiente e a sustentabilidade, os jovens entrevistados compreendem a preservação do meio ambiente, como não maltratar animais, cuidar deles e devolvê-los à natureza, plantar mudas para o reflorestamento, evitar queimadas, fazer reciclagem. E destacam também a conscientização individual e social, como a entrega de panfletos que objetivem conscientizar as pessoas sobre a importância da preservação do meio ambiente e das campanhas sobre o lixo, além de outra atividade: a pesquisa sobre resíduos sólidos.

Diante das respostas, além de demonstrarem o que apreenderam, eles têm um conhecimento da sustentabilidade e da sua importância para o meio ambiente, criam uma visão de desenvolvimento sustentável e buscam superar o entendimento estimulando o pensamento e o fazer sobre o meio ambiente, vinculado ao diálogo entre saberes, participação e práticas ligadas aos valores éticos, fundamentais para fortalecer a complexa interação entre sociedade e natureza (JACOBI, 2003).

Sobre um ponto considerado positivo, questionado aos educandos, perguntou-se a opinião deles sobre a possibilidade de obter renda desenvolvendo alguma das atividades estudadas após saírem do programa. As respostas foram significantes, pois onze alunos disseram que sim, que seria possível obter renda ao desenvolverem atividades

como preservação do bioma caatinga, jardinagem, minijardim, poda de plantas e reciclagem. Cinco proferiram que não seria possível obter lucro e oito acharam que talvez exista uma possibilidade de obter renda, embora as oportunidades sejam difíceis. Ainda se procurou saber quais das atividades desenvolvidas podiam ser relacionadas ao meio ambiente. O destaque considerado pelos alunos foi a devolução de animais apreendidos a sua fauna nativa (bioma caatinga), a conscientização da população, a plantação de mudas, a adubação e a reciclagem.

Nos empreendimentos da economia solidária, a elaboração das atividades encontra-se imbricada nas relações sociais. Aspectos sociais internos, como a construção dos próprios vínculos sociais, interferem decisivamente na gestão dos empreendimentos, e, conseqüentemente, na sua sustentabilidade. Verifica-se nitidamente a possibilidade de práticas de economia solidária de modo sustentável pelos jovens ambientalistas, bastando para isso a aplicação das atividades ambientais em grupo e com possibilidade de tributos a serem divididos entre seus membros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo tratou de um estudo sobre educação e sustentabilidade, tendo o programa Jovens Ambientalistas no município de Picuí, Paraíba, como referência. Por se tratar de um assunto relativamente contemporâneo em sua conformação atual, ainda são necessários muitos estudos para a compreensão do seu universo de atividades, dentro do estilo do processo educacional, levando em consideração a educação de jovens e adultos (EJA), uma modalidade de ensino complexa porque envolve dimensões que transcendem a questão educacional. Constatou-se a existência da economia solidária em torno das atividades do programa, no qual ocorrem o estímulo, a

cooperação, a confiança e a solidariedade entre os educandos e o colaborador. Esses estímulos propiciam de forma oculta o fortalecimento do direito à cidadania e a melhoria da qualidade de vida.

Um programa de educação ambiental não formal, como o programa Jovens Ambientalistas, deve apresentar caráter contínuo e permanente, com ações sustentáveis, envolvendo a participação da comunidade e primando pela formação de multiplicadores e de cidadãos conscientes e responsáveis, social e politicamente engajados para a formação de uma sociedade realmente democrática.

Assim esta pesquisa traz subsídios que contribuem tanto para o meio acadêmico como para os empreendimentos da economia solidária e assistenciais, na compreensão do significado da sustentabilidade no âmbito dos empreendimentos da economia solidária. Com isso, é possível observar as carências e trabalhar no sentido de fortalecer as dimensões necessárias para o alcance da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

BASSANI, P. Sociedade e Meio Ambiente. *In*: MARCONDES, M. A. S. *Temas transversais e Currículo*. Brasília: Liber Livros, 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. *Resolução CNE CEB nº 1, de 5 de julho de 2000*. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.

CAMPOS, L. M. *SGADA – Sistema de avaliação de desempenho ambiental: uma proposta de implementação*. 220f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CARVALHO, I. C. M. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.

CAVALCANTE, L.; FERRARO JUNIOR, L. Planejamento participativo: uma estratégia política e educacional para o desenvolvimento local sustentável (relato de experiência do programa comunidade ativa). *Educação e Sociedade*, v. 23, n. 81, p. 163-190, 2002.

CORAGGIO, J. L. Economia do trabalho. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

COSTA, P. *Um diagnóstico da gestão praticada em iniciativas de economia solidária e os seus desafios gerenciais: estudo de caso do município de Cachoeirinha*. 121f. Dissertação (Mestrado em Administração)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FONTES, A. S. M. Sobre a sustentabilidade das associações voluntárias em uma comunidade de baixa renda. *Tempo Social*, v. 15, n. 1, p. 159-189, 2003.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRIEDRICH, M.; BENITE, A. M. C.; BENITE, C. R. M.; PEREIRA, V. S. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de

plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. *Ensaio – Avaliação de Políticas Públicas Educacionais*, v. 18, n. 67, p. 389-410, 2010.

GADOTTI, M. *Economia Solidária como Práxis Pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, v.16, n. 39, p. 181-211, 2003.

GAIGER, L. I. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. *DADOS–Revista de Ciências Sociais*, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004.

GAIGER, L. I. *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUARIM, V. Sustentabilidade ambiental em comunidades ribeirinhas tradicionais. In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SOCIOECONÔMICOS DO PANTANAL: OS DESAFIOS DO NOVO MILÊNIO. *Anais...* Corumbá, 2000.

JACOBI, P. Educação ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189-205, 2003.

KRISCHKE, P. J. Perfil da juventude brasileira: Questões sobre cultura política e participação democrática. *Interthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, v. 1, n. 2, p. 1-27, 2004.

LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LOPES, S. P.; SOUSA, L. S. EJA: uma educação possível ou mera utopia. *Revista Alfabetização Solidária (Alfasol)*, v. 5, p. 1-20, 2005.

MANCE, E. A. *A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda. *Revista Vinculando*, 2005. Disponível em: <https://vinculando.org/brasil/desemprego1.html>. Acesso em: 01 dez. 2016.

MILANEZ, F. *Desenvolvimento Sustentável*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. *Proposta*, v. 75, p. 97-98, 1997.

SACHS, I. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

SANTOS, B.; RODRÍGUEZ, C. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. (org.). *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: Inep, 2005. p.15-20.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.). *A economia solidária*

no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; KRUPPA, S. M. P. *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Brasília: Inep, 2004.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L. A. Educação ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

SOUZA, J. E. P. *Informática na EJA: contribuições da teoria histórico-cultural*. 171f. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2010.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. *Revista HISTEDBR on-line*, v. 10, n. 38, p. 49-59, 2010.

APLICAÇÃO DE METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS ALTERNATIVAS NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

OZINEIDE FELISMINO DA COSTA
JOSÉ CARLOS OLIVEIRA SANTOS

APRESENTAÇÃO

A economia solidária vem ocupando um papel significativo nas formas de organização do trabalho, como uma alternativa ao desemprego e ao trabalho precário no âmbito do sistema capitalista brasileiro. Esta alternativa de produção que acontece dentro do capitalismo pode se aliar aos programas de educação de jovens e adultos no sentido de criar uma nova consciência rumo às práticas solidárias do trabalho. O presente estudo tem como finalidade utilizar práticas pedagógicas alternativas que objetivaram sensibilizar as pessoas para a preservação ambiental, através da transformação de garrafas plásticas em móveis, correlacionando com a possibilidade de agregar valor aos materiais e desenvolver a economia solidária entre alunos da educação de jovens e adultos (EJA).

Esta pesquisa foi implantada na Escola Municipal Severino Ramos da Nóbrega, na 3ª e 4ª séries da EJA, na cidade de Picuí, Paraíba. Apesar das dificuldades em obter número desejado de garrafas e devido às outras atividades desenvolvidas pelos alunos de EJA, observou-se grande motivação por parte destes em participarem da atividade pedagógica. Com uma prática pedagógica inovadora, pôde-se ensinar de forma alternativa, apresentando uma solução ambientalmente correta para a destinação final das garrafas plásticas usadas e também uma

forma mais rentável para outras pessoas arrecadarem dinheiro com a manufatura destes materiais, procurando-se implementar entre eles uma economia solidária.

ASPECTOS TEÓRICOS

A escola enquanto instituição social tem diante de si, como um de seus principais objetivos, a construção do espírito de cidadania e o desenvolvimento de habilidades na preparação de um indivíduo para uma vida social atuante, principalmente jovens e adultos que estão inseridos na sociedade, muitas vezes de forma passiva, excluídos e considerados como analfabetos funcionais, por não conseguirem agir de forma política, sem conseguir traçar objetivos coerentes e eficazes para atender suas especificidades.

Diante de toda a construção histórica da EJA no Brasil, torna-se notória uma instabilidade em conceber e até separar esta modalidade de ensino da educação regular, pois esta sofreu a influência de diversos interesses políticos vigentes em cada década, passando de uma educação para o trabalho para, no início do segundo milênio, ser uma educação que instrumentalize os jovens e adultos para o exercício do direito à cidadania e à educação de qualidade (PAIVA, 2006). Diante deste cenário pedagógico de mudanças rápidas e de metas que necessitam estar atentas ao resgate dos valores sociais e de democracia, a contribuição de novas práticas na ação pedagógica é essencial. Neste sentido, é importante pensar e repensar a EJA sob o olhar da economia solidária, de como o professor poderá agir em uma educação inclusiva (GADOTTI, 2013).

Muitos ainda percebem a EJA como sendo simplesmente alfabetização (HADDAD, 2007), isto é, domínio da leitura e da escrita. Sabe-se da importância crucial desta etapa, mas necessariamente a EJA envolve outras áreas do conhecimento (da tecnologia, das ciências,

da comunicação, da política, etc.) e outras linguagens (linguagem corporal, do teatro, das ciências, da informática, da televisão, etc.). A EJA, ainda que nos pareça apontar apenas para o domínio do alfabeto, da grafia e da leitura, obrigatoriamente nos leva também para outra instância: aquela que vai mais além da atividade ligada à língua, vai às relações de ordem social, econômica, política e cultural (DI PIERRO *et al.*, 2010).

Ao procurar vincular a EJA com a economia solidária, pode-se observar que o trabalho é o princípio educativo deste processo, porém a EJA por si só não irá reintegrar o jovem e o adulto que não obtiveram uma educação em idade regular no mercado de trabalho, então a economia solidária, que é uma economia diferenciada, com seus princípios de autogestão, cooperativismo, união, solidariedade, tendo como foco o ser humano e não o lucro, pode trazer para o processo educativo sentidos mais amplos, articulando com as relações da ordem social, econômica, política e cultural da qual fazemos parte (IRELAND *et al.*, 2010).

Segundo Singer (2005), a economia solidária é um modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Algumas práticas pedagógicas podem relacionar a economia solidária com a EJA, entre elas tem-se a questão ambiental (SOUZA; SILVA, 2016; ALBUQUERQUE; CAVALCANTI, 2016; SILVA; VITAL, 2016). O desenvolvimento de um projeto pedagógico de caráter ambiental é um caminho de grande importância para todo cidadão, em que podem ocorrer a multiplicação do saber e o desencadeamento de ações conjuntas em busca de um ambiente harmonioso a todos (PENTEADO, 1999; PADUA; SÁ, 2002).

Apesar de existirem muitos catadores no Brasil, o grande problema é o baixo retorno da atividade de recolhimento e comercialização da sucata, fato que leva as cooperativas a tentarem agregar valor aos produtos, manufaturando-os (CORREA, 2010). O problema da des-

tinção adequada na produção de lixo é um desafio a ser abordado na educação ambiental e a ser compreendido por cada indivíduo, por ser ele parte atuante desse que é um dos mais preocupantes problemas ambientais (DIAS *et al.*, 2008).

Observando os problemas sociais, econômicos e ambientais em que muitos alunos da EJA no Brasil estão inseridos (GADOTTI; ROMÃO, 2008), além da problemática do lixo e do aumento do número de catadores de recicláveis com a remuneração injusta pelo esforço empreendido, o presente trabalho apresenta uma forma ambientalmente correta e socialmente justa de recuperar garrafas plásticas usando-as na confecção de móveis simples, através de uma prática pedagógica alternativa na EJA, visando a sua perspectiva como economia solidária.

Na prática pedagógica, é relevante que o educador adapte suas aulas buscando alternativas e materiais que sejam particularmente interessantes, que correspondam às expectativas e necessidades do educando jovem e adulto, para que possa solucionar algumas situações de dificuldade de aprendizagem apresentadas em sala de aula e, ao mesmo tempo, desenvolver suas habilidades para o exercício da cidadania. A produção de móveis a partir de garrafas plásticas pode se tornar realidade graças à criatividade e dedicação de professores de EJA, usando práticas pedagógicas alternativas. De acordo com o desenvolvimento da pesquisa, pode-se contribuir muito com o meio ambiente e o desenvolvimento social dos alunos de EJA, inclusive no tocante ao incentivo à economia solidária.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

As atuais políticas públicas voltadas para o âmbito educacional no Brasil têm sofrido a influência cada vez mais perversa do modelo econômico vigente, o neoliberalismo. É neste cenário que vivenciamos

uma perspectiva educacional que segrega o alunado, fragmenta o conhecimento, traduzido em um currículo engessado, e reduz a escola a um mero processo de formação baseado apenas na transmissão de conteúdos científicos, onde poucas vezes estes são vistos como necessários aos estudantes para sua vida cotidiana. Os resultados desta política mercadológica de educação podem ser constatados nos altos índices de analfabetos funcionais, conseqüentemente, no aumento significativo das taxas de evasão e repetência que se configuram como um dos grandes desafios da educação brasileira (SINGER, 1998).

Um ensino regular precário tem seus reflexos na educação de jovens e adultos, para aqueles que não tiveram acesso à escola na idade regular e/ou tiveram o percurso escolar interrompido por motivos diversos, legalmente garantida e regulamentada pela Constituição de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 e pela Resolução CNE/CEB nº 01, de 05 de julho de 2000 (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

A EJA emerge de lacunas do sistema educacional regular (processo de escolarização) e compreende um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais.

Muitos destes processos se desenvolvem de modo mais ou menos sistemático fora de ambientes escolares, realizando-se na família, nos locais de trabalho, nos espaços de convívio socioculturais e lazer, nas instituições religiosas e, nos dias atuais, também com o concurso dos meios de informação e comunicação à distância. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 4).

De acordo com Haddad e Di Pierro (2000), qualquer tentativa de historiar um universo tão plural de práticas formativas implicaria risco de fracasso, pois a EJA estende-se por quase todos os domínios

da vida social. Em seu percurso histórico, a EJA se caracterizou pela luta e conquista dos setores populares e movimentos sociais ao direito à educação para as pessoas que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos na “idade própria”. A consolidação da EJA como modalidade educacional preconizou o desenvolvimento de inúmeras políticas públicas voltadas para este público, mas que pouco disponibilizou recursos necessários à infraestrutura e formação/capacitação de seus profissionais (DI PIERRO *et al.*, 2010).

A EJA traz diversas especificidades que devem ser evidenciadas para que o ato educativo, tanto para quem ensina como para quem aprende, aconteça de fato. No entanto, a história nos mostra que a preocupação com essa modalidade de ensino, além de ser recente no cenário educacional, também não aparece nas prioridades das políticas públicas para a educação com tanta força como deveria, já que o número de pessoas jovens e adultas que foram privadas da escolarização regular durante a infância é grande. É verdade também que existem programas nacionais atuando nesse contexto, porém há uma grande preocupação com as metodologias utilizadas. Não se trata apenas do acesso ao saber escolarizado, mas também da socialização e construção de uma formação geral (VIEIRA, 2004; RUMMERT; VENTURA, 2007).

Em consonância com a LDB, Lei nº 9.394/96, em seu artigo 37, a educação de jovens e adultos é vista como uma modalidade da educação básica “destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996). Além da elevação do nível de escolaridade da população, segundo o artigo 22 da referida lei, a EJA tem como finalidade o desenvolvimento da autonomia dos educandos, a sua preparação para o mundo do trabalho e para o prosseguimento nos estudos, assim como o compromisso com a sua formação humana.

Romão (2006) esclarece que essa modalidade de ensino possui uma clientela diversificada com relação à faixa etária, à situação so-

cioeconômica e cultural, ao tipo de ocupação que exerce e ao motivo pelo qual ingressaram na EJA. Portanto, cabe à EJA, como modalidade da educação básica, considerar o perfil dos educandos, seu ritmo de aprendizagem e outras especificidades, além de garantir o cumprimento das suas funções que são: função reparadora, função qualificadora e função equalizadora.

A EJA deve ser entendida como modalidade de educação que ultrapassa a transmissão de conteúdos científicos e refere-se aos processos educativos mais amplos, voltados para a formação humana de seus sujeitos. Nesta perspectiva, os sujeitos da EJA devem ser analisados dentro de um determinado tempo de vida, com especificidades próprias e que chegam à escola com inúmeras experiências, conceitos e valores que retratam seus anseios, desafios e expectativas quanto ao seu processo de formação (RUMMERT, 2007).

Como nos níveis de ensino, essa modalidade também enfrenta desafios para continuar na ativa. A evasão, por exemplo, faz parte destes e pode ser comprovada por meio de pesquisa bibliográfica e de campo (MACHADO, 2000) que apresenta alguns impasses para que estes educandos continuem na escola.

Há décadas que se buscam métodos e práticas adequadas para serem aplicadas na EJA. O uso de cartilhas e metodologias inadequadas sempre preocupou os educadores. Porém, infelizmente, essa problemática ainda permeia os tempos atuais. Segundo Rocha e colaboradores (2002), o processo de ensino e aprendizado tem que se fundamentar na confiança que o educador apresenta para seu aluno no que refere à sua capacidade de criar, aprender, descobrir, buscar, desafiar, escolhendo e assumindo a sua posição mediante a sua escolha e determinação, fazendo com que o educando se sinta motivado a aprender mais e mais, promovendo a construção do conhecimento. Para Souza (1999), tem sido apontado em vários estudos que, para se alcançar uma prática pedagógica que possibilite uma aprendizagem significativa, é imprescindível que sejam consideradas, no processo

educativo, informações que desvelem o contexto no qual os educandos estão inseridos. Para uma EJA que forme o cidadão, faz-se necessário embasar-se na realidade do educando, transpondo o ensino e o aprendizado como meio de relacionamento sólido e eficaz na sua formação educacional, levando-o a ser crítico, reflexivo, com um novo olhar para o meio que o cerca.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

O conceito de economia solidária, segundo Gaiger (2009), tem sua origem em um novo capítulo da história da economia social, cujas raízes mais distantes datam do século XIX. Ele explica que, naquela época, face às turbulências sociais provocadas pela Revolução Industrial, o associativismo surgiu como uma resposta de operários e camponeses que se caracterizava, desde seus primórdios, por formas de gestão autônomas e democráticas. Para Alves *et al.* (2016), o conceito de economia solidária baseia-se em uma ênfase sobre o desejo da economia social, em sua origem, de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação dessas três dimensões que se situam os fundamentos essenciais das economias social e solidária. Os termos, segundo esses autores, tentam dar conta da originalidade de numerosas iniciativas da sociedade civil, que não se encaixam na trilogia legalizada na França das cooperativas, mutualidades e associações. Entretanto, os autores alertam que o termo não é a expressão do que seria desejável fazer, e sim visa muito mais problematizar práticas sociais implantadas localmente.

Para Gaiger (2009), a economia social se opôs às tendências de redução da economia ao princípio do mercado e à racionalidade da acumulação privada. Com tais premissas, desempenhou um papel considerável na construção de regimes de bem-estar social. Mas o referido autor também explica que essa economia social começou a

apresentar sinais de enfraquecimento, no limiar do século XX, pois o movimento operário perdeu aos poucos o seu caráter mobilizador e devido ao fato de ela sofrer um processo de assimilação ao regime dual Estado-mercado. Na medida em que o mercado e o Estado foram assumindo suas funções de geração de riqueza e de assistência social, a solidariedade do tipo associativa recuou para um papel subsidiário.

Depois de um longo período de mudanças sociais, políticas e econômicas, marcado, por exemplo, pelo envelhecimento da população, pelo reconhecimento e expansão dos serviços de cuidados às pessoas, pelo aumento das desigualdades gerado pela sucessão de políticas neoliberais e pela globalização resultante, presenciou-se a nova geração da economia social. A respeito disso, Gaiger (2009) faz as seguintes ponderações:

Seus ações concretas e suas bandeiras atuais reclamam o caráter universal irrevogável dos direitos dos cidadãos e a necessidade de um novo sistema de regulação da economia. Ela refuta a separação entre as esferas social e econômica e a omissão dos seus vínculos recíprocos no debate político em torno dos modelos de sociedade. Seu olhar crítico sobre o silêncio da economia social precedente a respeito dessas questões, sua insistência quanto à dimensão política das iniciativas que promove e sua adesão aos movimentos alternativos conduziram vários dos seus defensores a designá-la de economia solidária, termo então predominante na América Latina. (GAIGER, 2009, p. 84).

Na América Latina, o surgimento do conceito de economia solidária está relacionado aos aspectos e elementos constituintes da economia popular. Esta, por sua vez, foi criada pelos próprios trabalhadores que não possuíam os meios de produção diante das transformações ocorridas no processo de trabalho (LEBOUTTE, 2003). Para Cattani (2003), as circunstâncias enfrentadas pelos trabalhadores

fizeram com que surgissem empreendimentos que constituíssem a economia popular, tais como mercados populares, grupos de produção comunitária, associações, cooperativas, entre outros. Esses empreendimentos eram caracterizados por serem iniciativas informais e individuais, e organizados por grupos pequenos e/ou familiares. Surgiram para o enfrentamento das dificuldades geradas pela questão social e constituíam-se em soluções assistenciais, sendo conhecidos pela inserção em benefícios públicos ou privados (RAZETO, 1997; SINGER, 2002). Essa atividade de empreendimento social e econômico suscitada pelos trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho e vida também é designada e difundida por muitos como economia solidária.

O conceito de economia solidária, na América Latina, refere-se essencialmente ao conjunto de iniciativas que, a partir da associação livre e democrática dos trabalhadores, visa a ganho econômico e benefícios, como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã (GAIGER, 2009). Para Singer e Souza (2000), ela é referida como um marco das relações socioeconômicas comunitárias locais, regionais e em redes, que se expandem em diferentes espaços geográficos. Gaiger (2004) resume a economia solidária como uma atividade de projeção e busca de reconhecimento na esfera pública, de reivindicação e de institucionalização das classes mais necessitadas, pela qual se constitui como um movimento social atuante no cenário político da América Latina.

De forma geral, a economia solidária não é uma alternativa somente para os pobres e excluídos, mas proporciona avanços em diversos domínios e contextos, envolvendo de maneira responsável amplos segmentos da sociedade. Essa nova economia se propõe a recuperar socialmente o que o progresso tecnológico proporcionou e excluiu em determinadas situações (CATTANI, 2003). No entendimento de Singer (2002, p. 10):

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores, que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Assim, a economia solidária pode ser definida como “uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade” (FRANÇA FILHO, 2004, p. 13).

Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a economia solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida. Já os apontamentos do Ministério do Trabalho e Emprego definem a economia solidária como um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente, e cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem (ALVES *et al.*, 2016).

A economia solidária surge como modo de produção, distribuição, consumo e convivência alternativa ao capitalismo, causando o princípio da unidade entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição. A lógica da economia solidária é a oposição à ditadura do capital e ao poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona, excluindo e controlando vidas num processo de seleção que teima em querer ser visto como natural (ALVES *et al.*, 2016). A aceitação de

tais desigualdades e o seu revestimento de um caráter irremediável só servem para abalar a própria estrutura democrática em que se apoiam as sociedades modernas, inviabilizando qualquer processo de avanço no campo da participação popular.

A economia solidária concentra-se na organização de trabalhadores em prol de projetos cooperativos, que vão desde unidades produtivas autogestionárias, ou pequenos produtores que se unem para comprar e vender em conjunto, a diferentes formas de agricultura familiar, redes de comércio justo, incubadoras de empresas, clubes de troca e de microcrédito, entre outras tantas experiências que têm em comum a geração de trabalho e renda de forma mais justa, solidária e sustentável, extinguindo desta forma a maximização do lucro como fim maior e substituindo a máxima “quanto mais tenho, mais quero” por “o necessário, mas para todos” (SINGER; SOUZA, 2000).

Singer (1998) destaca que as organizações de economia solidária devem procurar um desenvolvimento sistêmico, priorizando produtos e matérias-primas provenientes de outras organizações com princípios e valores semelhantes, contribuindo, portanto, para a formação e consolidação de verdadeiras redes de economia solidária, umas consumidoras das outras, em cadeia e sem atravessadores, de forma vantajosa para todo o sistema. Para Singer (1998), o maior obstáculo não está em encontrar uma ou múltiplas formas organizacionais apropriadas e coerentes com o ideal de cooperação e que demonstrem viabilidade e eficiência gerencial e econômica. O maior problema encontra-se na capacidade de mobilizar as massas de inativos e marginalizados a empreenderem, para que passem de uma cultura de passividade e alienação para uma condição proativa e emancipadora. Tudo isso pode ser realizado de forma conjunta e solidária, sobrepondo-se aos modelos individualistas dominantes.

O mundo capitalista no qual vivemos, em sua totalidade, vem gerando uma grande produção de desempregos, o mercado produti-

vo está fortemente seletivo, pois cada vez mais pessoas são excluídas desse mercado de trabalho formal, e os mais atingidos são os que não são escolarizados. A economia solidária é uma alternativa para superar esses problemas causados pelo capitalismo, não só gerando uma forma de emprego e renda, mas também formando uma sociedade mais solidária. Uma das finalidades mais importantes nesse tipo de economia é que não existe patrão ou empregado, todos participam dos lucros e prejuízos do empreendimento, ou seja, praticam uma autogestão. Embora os participantes dos empreendimentos executem tarefas diferentes, todos têm o mesmo valor, pois visam a um bem comum, aos mesmos objetivos.

A economia solidária envolvendo a EJA sugere o trabalho como um processo educativo, o trabalho não como um ofício, mas sim como a capacidade de agir de modo específico ou produzir algo específico, diferenciando um ser humano do outro, podendo assim desenvolver nas comunidades soluções simples de convívio e de organização (ALBUQUERQUE; CAVALCANTI, 2016; ALVES *et al.*, 2016).

NOVAS METODOLOGIAS EM EJA

Ao longo dos anos, a educação brasileira tem sido influenciada por várias tendências pedagógicas, cujas características causam interferência na metodologia utilizada pelos professores na sala de aula. Portanto, faz-se necessário esclarecer o que é metodologia de ensino. Assim sendo, metodologia de ensino pode ser compreendida como um conjunto de ações desenvolvidas pelo professor visando alcançar os objetivos propostos, e não como um roteiro prescritivo que busca promover uma ação docente mecanizada, a qual desconsidera o contexto em que o aluno está inserido (ARAUJO, 2006). Por isso, é fundamental que o professor tenha clareza do que, para que, como

e a quem está ensinando para, a partir daí, utilizar uma metodologia que contemple as necessidades educacionais do aluno, visto que os conteúdos são insuficientes para promover a eficácia da aprendizagem, além de não garantirem a boa qualidade do ensino, embora sejam imprescindíveis para o processo de ensino-aprendizagem. Por isso, a metodologia precisa considerar aspectos inerentes ao educando, como seu ritmo de aprendizagem, suas vivências extraescolares, sua faixa etária e suas potencialidades, entre outros (BEHRENS, 1996; GALLO, 1999).

Os desafios relacionados às práticas pedagógicas estão focados no professor, ou seja, o educador precisa rever seus conceitos e fazer uma autoavaliação do seu trabalho, que, por sinal, reflete na vida do aluno, podendo ser o resultado tanto positivo como negativo.

Mais do que alfabetização, o direito constitucional de ensino fundamental para todos sintetizou o mínimo a que se chegara: o de aprender a ler e a escrever com autonomia. Isso significa ter domínio suficiente para, em processo de aprendizado continuado, se manter em condições de acompanhar a velocidade e a complexidade do mundo contemporâneo, que exige aprender continuamente, por toda a vida, ante os avanços do conhecimento e a permanente criação de códigos, linguagens, símbolos e sua recriação diária (OLIVEIRA, 2003).

No mesmo sentido, as escolas regulares enfrentam dificuldades de comunicação entre os jovens e seus professores, decorrentes do mesmo tipo de inadequação. É comum observarmos situações escolares nas quais os professores buscam explicar alguns conteúdos aos alunos, de acordo e a partir de suas próprias perspectivas e entendimentos, e estes não compreendem o que ocorre ou não têm nenhum de seus interesses despertado pela aula. Os critérios e modos de seleção e organização curricular não buscam dialogar nem com os saberes nem com os desejos e expectativas dos jovens a que se destinam, permanecendo enclausurados nas certezas de uma educação que, em nome das suas

supostas objetividade e neutralidade, abdica de se comunicar com o mundo das pessoas. Além disso, na imensa maioria das propostas curriculares, a própria organização e seleção de conteúdos não segue em nenhum momento a complexidade do estar no mundo, da vida cotidiana e das aprendizagens que nela ocorrem. Mas, apesar de todas essas dificuldades e entraves, a vida real nas escolas, sejam elas de crianças, de jovens ou de adultos, não ocorre apenas em função das propostas e prescrições curriculares que são formuladas, mas incorpora no seu cotidiano as experiências, saberes e possibilidades dos sujeitos envolvidos na prática cotidiana do ensinar/aprender (MACEDO *et al.*, 2002).

Em relação à EJA, considerando-se o fato de ter uma clientela ímpar, a metodologia poderá ser um dos agentes causadores do alto índice de evasão escolar nesta modalidade de ensino, uma vez que os professores insistem em utilizar metodologias infantilizadas, sem considerar a rotina de quem estuda e trabalha (FREIRE, 1998). No entanto, problemas como esses podem ser resolvidos quando o professor conhece as especificidades desse público e usa do cotidiano do aluno como eixo condutor das aprendizagens, essa atitude torna-se imprescindível para o profissional docente que opta por trabalhar com alunos da EJA (IRELAND, 2008). Esses profissionais precisam compreender que seus alunos trazem os saberes da prática, que são a bagagem de conhecimentos trazidos da sua convivência social.

O aprendizado dos educandos no ambiente escolar não se restringe aos aspectos formais materializados no currículo institucional ou formal, pois não há neutralidade no processo de ensino e aprendizagem, visto que o processo educacional é complexo e diferente em cada organização de ensino, que tem seu próprio currículo oculto a partir de sua contingência (GONÇALVES, 2002). Por mais que não saibam ler e escrever, eles têm contatos visuais com internet, revistas, livros, fotos, televisão, sem contar as experiências que trazem da famí-

lia e do trabalho, a partir do que constroem seus próprios conceitos e ideias sobre algum assunto. A bagagem de conhecimento que os educandos trazem deve ser considerada pelo professor porque este poderá trabalhar a partir dessa realidade.

A EJA exige do educador uma metodologia diferenciada de outras modalidades de ensino, bem como uma relação afetiva entre professor/aluno. Para Libâneo (1992), o trabalho docente constitui o exercício profissional do professor e este é o seu primeiro compromisso com a sociedade. Sua responsabilidade é preparar os alunos para se tornarem cidadãos ativos e participantes na família, no trabalho, nas associações de classe, na vida cultural e política. Nesse contexto, o educador da EJA deve estar preparado para a diversidade existente na sala de aula, as diferenças de comportamento e de necessidades de jovens e adultos, pois uma prática usada com um jovem pode não facilitar a aprendizagem de um adulto. Dessa forma, o professor deve ser flexível e saber trabalhar com essas diferenças. O professor precisa estar atento à sua prática educativa, é necessário deixar de lado na sua prática pedagógica métodos de ensino infantilizados, dando espaço para o diálogo, a exposição de ideias, os pontos de vistas, enfim, garantir que o aluno desenvolva o processo de democratização e cidadania de educação para vida.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

LOCAL DE ESTUDO

O presente estudo foi realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Severino Ramos da Nóbrega, localizada no município de Picuí, Paraíba. O trabalho foi desenvolvido com aproximadamente 20 alunos da 3ª e 4ª séries da educação de jovens e adultos, turno noturno, durante o ano de 2016.

FIGURA 1. ENTREVISTA COM OS ALUNOS NAS SUAS RESIDÊNCIAS



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

PROCEDIMENTOS

A pesquisa foi dividida em três etapas. No primeiro momento, foram confeccionados materiais alternativos (móveis) usando garrafas plásticas com o objetivo de contextualizar alguns assuntos abordados em sala de aula, como geometria, números, meio ambiente, entre outros. No segundo momento, foi realizada uma palestra sobre a importância da reciclagem e sua utilização como fonte de renda. No terceiro momento, foi aplicado um questionário semiestruturado visando caracterizar os alunos da turma, bem como verificar suas concepções acerca da metodologia de ensino

adotada, além de estabelecer relação entre a produção dos materiais e a economia solidária.

No primeiro momento, os materiais utilizados foram tesouras, fitas adesivas largas e garrafas plásticas de dois litros. A fita adesiva larga foi necessária para fixar as garrafas plásticas cortadas umas nas outras e dar firmeza aos móveis produzidos. As garrafas plásticas foram padronizadas com o mesmo formato para dar o encaixe correto quando eram cortadas. A forma de trabalho utilizou-se da técnica de agrupamento de garrafas (CORRÊA, 2010). A palestra como parte da pesquisa foi realizada na Feira de Ciências da Escola, objetivando relacionar a produção de materiais expostos como fonte de renda. No terceiro momento, foi aplicado um questionário.

FIGURA 2. FEIRA DE CIÊNCIAS DA ESCOLA



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

NATUREZA DA PESQUISA

No primeiro momento, foi realizada uma pesquisa experimental, em que os alunos construíram seus materiais usando garrafas plásticas.

No segundo momento, seguindo os pressupostos da abordagem qualitativa, esta investigação utilizou a pesquisa de campo como instrumento para coletar dados e adotou como técnica de investigação o questionário semiestruturado, ou seja, com perguntas abertas e fechadas que foram entregues, pessoalmente, para os alunos que atuam na EJA na escola campo de pesquisa. Conforme Marconi e Lakatos (1999), “o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Por isso, no momento da entrega dos questionários, a pesquisadora efetuou, de maneira verbal, os esclarecimentos a respeito do propósito da aplicação, além de ressaltar a relevância da colaboração das pesquisadas. Para finalizar o trabalho, ou seja, para considerar as informações obtidas durante a pesquisa, foram realizadas as análises dos dados baseadas no referencial teórico, objetivando contribuir para uma reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem.

ASPECTOS DISCURSIVOS

A turma de 3ª e 4ª séries da educação de jovens e adultos (EJA) iniciou o ano letivo de 2016 com 22 alunos, e destes apenas 16 concluíram. Muitos alunos afirmam que estudar é importante, mas quando estão matriculados em um programa de EJA, o que se verifica é uma significativa taxa de infrequência, além da alta evasão. Entretanto, cabe ressaltar que infrequência (frequência baixa) não está relacionada com o conceito de “evasão”.

Para Campos (2003), a evasão escolar na EJA pode ser registrada como um abandono por um tempo determinado ou não. Diversas razões de ordem social e principalmente econômica concorrem para a “evasão” escolar dentro da EJA, transpondo a sala de aula e indo além dos muros da escola. Santos (2007) elenca os fatores que causam evasão no EJA: a distância da escola; o cansaço do aluno que trabalha

o dia inteiro; a inadequação da sala de aula para jovens e adultos/idosos que, muitas vezes, não têm iluminação adequada; a ausência de um lanche a ser distribuído ao aluno que vem direto do trabalho para a escola; e o despreparo do corpo docente para trabalhar com a especificidade da EJA, pois, muitas vezes, o professor não valoriza a experiência de vida que este aluno já traz consigo, como trabalhador adulto inserido num processo de produção.

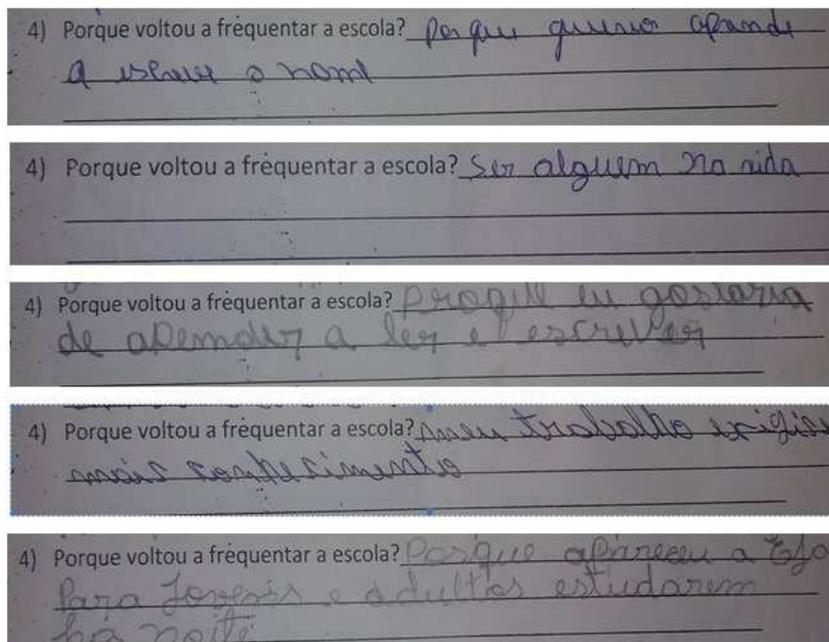
Dos 16 alunos participantes da pesquisa, 12 (75%) são do sexo feminino e 4 (25%) do masculino. Destes, 8 alunos estão na faixa de 40 a 50 anos, 3 alunos na faixa de 17 a 20 anos, 3 alunos acima de 60 anos e 2 alunos na faixa de 30 a 39 anos. A heterogeneidade é fato presente na sala de aula e isso aumenta a responsabilidade dos professores em modificarem suas concepções no processo ensino-aprendizagem. Através desses índices relevantes, pode-se supor que as mulheres têm mais interesse pelos estudos que os homens, ou estes não podem estudar. Um dos prováveis motivos seria que a sociedade em que está inserida a escola ainda seja tipo patriarcal, assim os homens dariam mais importância ao trabalho do que à educação, e para eles o trabalhar continua sendo o caminho a ser trilhado. Quanto à faixa etária, encontravam-se em uma mesma sala alunos com idades bem diferenciadas. A faixa etária dos alunos de educação de jovens e adultos responde a uma alteridade específica e se torna uma mediação significativa para a ressignificação das diretrizes curriculares (BASTIANI, 2011). Certamente, ao se estabelecer e se construir o planejamento de ensino, deve-se levar em conta a idade dos alunos, suas especificidades e sua condição social.

Alguns alunos (25%) tinham parado de estudar na forma regular havia, pelo menos, 5 anos; 02 alunos (12,5%), entre 10 e 15 anos; 04 (25%) deixaram de estudar há 20 anos; e a maioria (37,5%) não frequentava a escola há mais de 30 anos. A maioria (75%) dos alunos tinha deixado de estudar porque precisava trabalhar, enquanto 12,5% porque tinham doenças, e 12,5% porque moravam na zona

rural e não havia escola. Quanto aos motivos que levaram estes alunos a abandonarem a escola de ensino regular, na maioria dos casos, isto ocorreu devido à falta de renda familiar e, conseqüentemente, à necessidade de trabalhar fora. Há vários estudos que relatam que um dos principais fatores que levam ao abandono escolar refere-se à necessidade de trabalho fora de casa. O resultado exposto vem a corroborar os estudos de Souza e Alberto (2008), em que se evidenciou a necessidade de trabalhar como o principal motivo de abandono da rede escolar de ensino.

Mesmo após tantos anos afastados da escola, estes indivíduos perceberam a necessidade dos estudos, da aquisição de conhecimentos em suas vidas, visando a melhorias na qualidade de vida. Independentemente do motivo que afastou estas pessoas da escola, todos voltaram à sala de aula com o objetivo de aprender mais. Este fato fica evidenciado na Fig. 3, que mostra que, na maioria dos casos, este retorno escolar deve-se ao reconhecimento da necessidade de estudo. Entre os vários motivos elencados, destaca-se necessidade de aprender a ler e escrever, a exigência do trabalho e a oferta do ensino noturno.

FIGURA 3. PRINCIPAIS MOTIVAÇÕES DO RETORNO AO ESTUDO, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Além de estudar, 87,5% dos alunos entrevistados desenvolvem outra atividade. Entre as atividades desenvolvidas, 4 entrevistadas são domésticas (donas de casa), 4 são agricultoras, 1 é comerciante, 2 são mototaxistas, 1 é artesã, 1 é mecânico e 1 é servente de pedreiro. Campos (2003) desenvolveu sua pesquisa acerca da relação trabalho/educação na EJA. A autora, ao trazer um breve histórico das políticas públicas educacionais da EJA, notou que o pouco que foi feito não permite que jovens e adultos possam inserir-se e manter-se como trabalhadores-cidadãos em condições de igualdade e competitividade no mercado de trabalho, além de não permitir a promoção do acesso e permanência a uma educação básica de qualidade. Esses resultados

nos mostram o quão heterogêneo é o grupo avaliado e a necessidade de políticas públicas específicas para este público.

O sentimento positivo em ter voltado a estudar foi observado em todos os alunos. Melhorar a mente, aprender mais, fazer novas amizades, estar feliz, se sentir bem na comunidade, aprender algo que não teve oportunidade e mudar sua vida na família e na escola foram algumas das respostas dadas quando perguntados sobre o que eles sentiam ao terem voltado à escola. Descrevem Costa *et al.* (2006) que uma característica frequente do(a) aluno(a) é sua baixa autoestima, muitas vezes reforçada pelas situações de fracasso escolar. A sua eventual passagem pela escola, muitas vezes, foi marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Com um desempenho pedagógico anterior comprometido, esse aluno volta à sala de aula revelando uma autoimagem fragilizada, expressando sentimentos de insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem. Alunos do EJA são alunos que perderam parte de sua autoestima mediante as dificuldades durante sua vida. Sem autoestima, o aluno cria um sentimento de inferioridade com relação a colegas e professor, influenciando seu rendimento escolar; cabe, então, ao professor o grande desafio de encontrar meios de fazer com que todos esses alunos acreditem em si mesmos.

As maiores dificuldades elencadas pelos alunos durante a entrevista, após voltarem a estudar, foram: contas (matemática), escrita e leitura e o fato de terem que estudar à noite. Oliveira (1996), investigando os processos de alfabetização de jovens e adultos, considera que o retorno escolar é um marco decisivo na retomada dos vínculos do conhecimento, libertando-os do estigma do analfabetismo e dos sentimentos de inferioridade. Trabalhar com alunos de EJA exige que o professor tenha um perfil flexível, mantendo um diálogo constante para facilitar a organização e o bom entendimento entre todos na sala de aula, além de estar atento às dificuldades de cada aluno. Isso é evidenciado por Hernández (1998), que ressalta o grau de impor-

tância do professor: o papel do professor é o de intérprete do processo ensino-aprendizagem e facilitador de novas experiências que levem os alunos a outras situações e problemas. Dentre os alunos, 87,5% consideram a metodologia adotada pelo professor “boa”, enquanto que 12,5% a consideram “média” e nenhum aluno a considerou “ruim”.

Ao usar a metodologia em que se aprende a confeccionar diferentes materiais usando garrafas plásticas (Fig. 4), 100% dos alunos acharam a metodologia “boa”, pois propostas desarticuladas com o contexto do cotidiano desses alunos e com as peculiaridades inerentes à modalidade EJA aumentam suas dificuldades de aprendizagem, contribuindo para a repetência ou evasão. Assim sendo, consistentemente com o que propõe Freire (2001), entende-se que se faz necessário ensinar na EJA por meio de uma metodologia que parta do cotidiano do aluno trabalhador e que considere, sobretudo, suas vivências pessoais e profissionais.

FIGURA 4. MÓVEIS PRODUZIDOS PELOS ALUNOS



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

A metodologia reutilizou, entre maio e setembro, cerca de 200 garrafas plásticas de dois litros arrecadadas pela turma de EJA. O peso total aproximado foi de 11 kg, o que levaria muitos anos para se degradar no meio ambiente. A metodologia apresentou dificuldades em arrecadar número suficiente de garrafas para produção dos móveis por, principalmente, dois motivos: as garrafas para a produção dos móveis tinham que ser padronizadas, com o mesmo formato (quase sempre do mesmo fabricante); havia formatos de garrafas plásticas que não davam o encaixe correto para a produção dos móveis, limitando a metodologia a quase praticamente dois fabricantes. A princípio, a metodologia iniciou-se ensinando os alunos de EJA a construir pufes, que é a base para a construção de diversos outros móveis. A partir do momento que estes alunos fossem se aperfeiçoando na técnica e arrecadando mais garrafas, novos móveis poderiam ser produzidos. Esses materiais pedagógicos foram expostos na Feira de Artes e Ciências da escola.

Os móveis produzidos em garrafas plásticas são tão e até mais confortáveis e resistentes que móveis produzidos a partir de outros recursos naturais. Esse tipo de reciclagem tem obtido cada vez mais visibilidade não só pelo setor empresarial, mas também pela população, muitas vezes marginalizada, que vislumbra uma oportunidade para fazer renda através da transformação desses materiais.

Uma palestra sobre a importância da economia solidária foi proferida durante a Feira de Ciências da escola, na qual estavam presentes, além dos alunos da turma, outras pessoas da comunidade escolar. A geração de trabalho e renda está relacionada ao incentivo ao associativismo, ao cooperativismo, ao empreendedorismo e ao trabalho em equipe, habilidades de gestão que tendem a possibilitar ao aluno/trabalhador a tomada de decisões. Estes fatores foram motivados nas aulas usando práticas pedagógicas alternativas, como a construção de móveis com garrafas plásticas e a palestra sobre economia solidária.

Todos os alunos entrevistados acharam que os materiais produzidos podem ser usados como fonte de renda. O resultado esperado foi alcançado, tendo em vista que houve a motivação dos alunos da EJA através de atividades que visaram à transformação de um resíduo que poderia ser descartado de forma irregular na natureza ou ser reciclado a um preço que não poderia ser tão atraente em materiais para uso ou comercialização. O trabalho promoveu a agregação de valor ao produto, proporcionando a multiplicação em várias vezes do valor de venda do produto final. Dessa forma, o material poderia ser comercializado pelos alunos que desejassem uma renda alternativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino que tem como foco um público ao qual foi negado o direito à educação durante a infância e/ou adolescência, talvez pela oferta irregular de vagas, ou pelas inadequações do sistema de ensino, ou ainda pelas condições socioeconômicas desfavoráveis em que se encontrava o aluno. O professor tem que se adequar às necessidades individuais destes alunos, propiciando-lhes novos meios de aprendizagem.

Com uma prática pedagógica inovadora, pode-se ensinar de forma alternativa, apresentando uma solução ambientalmente correta para a destinação final das garrafas plásticas usadas e também uma forma mais rentável para outras pessoas arrecadarem dinheiro com a manufatura destes materiais, implementando entre elas uma economia solidária. Foi observado que, quando um conteúdo é integrado de alguma forma ao seu contexto histórico e tem aplicações práticas, o ato de conhecer ativa a imaginação e o interesse.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. V.; CAVALCANTI, M. S. L. Empreendimentos Econômicos Solidários e Inserção Social: o caso das mulheres catadoras de materiais recicláveis do Centro de Artes em Vidro no Município de Campina Grande–PB. *In: MORAIS, C. R. S.; LIMA, N. M. O. Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária*. Fortaleza: RDS Editora, 2016.

ALVES, J. N.; FLAVIANO, V.; KLEIN, L. L.; LOBLER, M. L.; PEREIRA, B. A. D. A economia solidária no centro das discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 14, n. 2, 2016.

ARAÚJO, J. C. S. Do quadro negro à lousa virtual: técnicas, tecnologia e tecnicismo. *In: VEIGA, I. P. A. (org.) Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações*. Campinas: Papirus, 2006.

BASTIANI, D. M. *Perfil e desafios dos alunos da educação de jovens e adultos do município de Santa Helena-PR*. 52 f. Monografia (Especialização)–Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2011.

BEHRENS, M. A. *Formação continuada dos professores e a prática pedagógica*. Curitiba: Champagnat, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1996.

BRASIL. Parecer CNE nº 11, de 09 de junho de 2000. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: MEC, 2000.

CAMPOS, E. L. F.; OLIVEIRA D. A. *A infrequência dos alunos adultos trabalhadores, em processo de alfabetização, na Universidade Federal de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

CATTANI, D. A. *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CORRÊA, R. F. M. *Reutilização de garrafas PET para produção de móveis e desenvolvimento socioambiental*. Trabalho de Conclusão de Curso—Faculdade Municipal Prof. Franco Montoro, Mogi Guaçu, 2010.

COSTA, E.; ÁLVARES S. C.; BARRETO V. *Trabalhando com a educação de jovens e adultos, alunas e alunos da EJA*. Brasília: UnB, 2006.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. *Educação e Sociedade*, v. 31, n. 112, p. 939-959, 2010.

DIAS, R. O.; SANTOS R. G.; VIEIRA S. M. *O design na reutilização de garrafas PET: desenvolvimento de luminárias*. Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina. São Paulo, 2008.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREIRE, A. M. A. *Analfabetismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GADDOTI, M.; ROMÃO, J. E. *Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GADOTTI, M. Educação de Adultos como Direito Humano. *EJA em Debate*, v. 2, n. 2, 2013.

GAIGER, L. I. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. *DADOS—Revista de Ciências Sociais*, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 84, p. 81-99, 2009.

GALLO, S. Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar. In: ALVES, N.; GARCIA, R. L. *O sentido da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

GONCALVES, M. F. *Currículo oculto e culturas de aprendizagem na formação de professores*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

HADDAD, S. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 35, p. 197-211, 2007.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos. *Perspectivas*, v. 14, n. 1, p. 29-40, 2000.

HERNÁNDEZ, F. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

IRELAND, T. D. *Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática*. Brasília: UNESCO, 2008.

IRELAND, T. D.; MACHADO, M. M.; IRELAND, V. E. J. C. Os desafios da educação de jovens e adultos: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada. In: KRUPPA, S. M. P. (org.). *Economia solidária e educação jovens e adultos*. Brasília: Inep, 2010.

LEBOUTTE, P. *Economia popular solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: ITCP/ COPPE, 2003.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1992.

MACEDO, E.; ALVES, N.; MANHÃES, L. C.; OLIVEIRA, I. B. *Criar currículo no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, M. M. A prática e a formação de professores na EJA: uma análise de dissertações e teses produzidas no período de 1986 a 1998. In: 23ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. *Anais...* São Paulo: ANPED, 2000.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, I. B. *Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, M. C. *Metamorfose na construção do alfabetizando pessoa*. Dissertação (Mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

PADUA, S. M.; SÁ, L. M. O papel da educação ambiental nas mudanças paradigmáticas da atualidade. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 102, p. 71-83, 2002.

PAIVA, J. Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, p. 519-539, 2006.

PENTEADO, M. J. A. C. Conceitos pra se fazer Educação Ambiental. *Cadernos de Educação Ambiental*, n. 3, p. 112, 1999.

RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. *Proposta*, v. 75, p. 91-99, 1997.

ROCHA, H. F.; KARL, H. A.; VEIGA, M. S.; GUIMARÃES, M. *As práticas educativas na educação de jovens e adultos*. Petrópolis: Pedagogia em Foco, 2002.

ROMÃO, J. E. Compromisso do educador de jovens e adultos. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (org.). *Educação de jovens e adultos: teoria prática e proposta*. São Paulo: Cortez, 2006.

RUMMERT, S. M. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI: o novo que reitera antiga destituição de direitos. *Revista de Ciências da Educação*, n. 2, p. 35-50, 2007.

RUMMERT, S. M.; VENTURA, J. P. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade: considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. *Educar em Revista*, n. 29, p. 29-45, 2007.

SANTOS, M. A. M. T. *A produção do sucesso na educação de jovens e adultos: o caso de uma escola pública em Brazlândia*. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SILVA, A. P.; VITAL, A. F. M. Aprendendo, fazendo e colorindo a cidadania: uma nova perspectiva da economia solidária na EJA. In: MORAIS, C. R. S.; LIMA, N. M. O. *Educação de jovens e adultos e economia solidária*. Fortaleza: RDS Editora, 2016.

SOUZA, O. M. C. G.; ALBERTO, M. F. P. Trabalho precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes. *Psicologia em estudo*, v. 13, n. 4, p. 713-722, 2008.

SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. (org.). *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: Inep, 2005.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a auto-gestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, C. M. *Nenhum brasileiro sem escola: projetos de educação de adultos do Estado desenvolvimentista*. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SOUZA, J. C.; SILVA, L. A. C. Educação popular e economia solidária: relato de experiência de um projeto para prática pedagógica no

espaço escolar. In: MORAIS, C. R. S.; LIMA, N. M. O. *Educação de jovens e adultos e economia solidária*. Fortaleza: RDS Editora, 2016.

VIEIRA, M. C. *Fundamentos históricos, políticos e sociais da Educação de Jovens e Adultos: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil*. Brasília: UnB/CEAD, 2004.

USO DE PLANTAS MEDICINAIS POR ALUNOS DA EJA NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

ENILMA PINHEIRO DOS SANTOS

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA SANTOS

APRESENTAÇÃO

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) têm várias perspectivas no que se refere ao futuro, acreditam que a EJA pode ser determinante tanto na formação escolar quanto na socialização, promovendo assim melhorias na qualidade de vida, e isso pode dar-se através de práticas de economia solidária.

A cultura de utilizar plantas medicinais é prática que se faz presente desde os tempos antigos e é passada de geração a geração por povos indígenas, populações tradicionais constituídas por agricultores e por pesquisadores. Este trabalho tem como objetivo realizar um levantamento das formas como as plantas medicinais são utilizadas por alunos da EJA e suas perspectivas para uma economia solidária em uma escola municipal da cidade de Picuí, Paraíba.

Esta pesquisa tem caráter quali-quantitativo, que envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar as perspectivas dos participantes acerca do uso das plantas medicinais, utilizando como ferramentas principais a aplicação de questionários e uma palestra-aula. De acordo com as características do sistema de produção de plantas medicinais descrito nesta pesquisa, a agricultura familiar apresenta condições propícias para o seu cultivo. Trata-se, portanto, de mais uma alternativa na

geração de emprego e renda, através da economia solidária para este segmento tão importante e representativo do Brasil.

ASPECTOS TEÓRICOS

De acordo com a literatura, a educação destinada a jovens e adultos foi delineada de forma organizada a partir dos anos 30, quando o ensino público primário passou a ser obrigatório e direito de todos. Diante de várias interpretações e interesses adversos, nos mais distantes municípios, uma parcela de adultos foi contemplada com o ensino sistematizado (STRELHOW, 2010). No decorrer das décadas, muitas campanhas e programas foram criados e contribuíram diretamente para a construção de uma educação direcionada a um público que, devido às adversidades de suas vidas, se distanciaram da sala de aula. De modo que a Educação de Jovens e Adultos – EJA, em 1996, foi acrescida à Constituição Federal do Brasil e no artigo 2 da LDB como uma modalidade da educação básica, reforçando que esta promove estratégias em prol da igualdade do acesso à educação (BRASIL, 1996).

Segundo Singer (2002), a economia solidária é um modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. De acordo com Santos (2013):

A sociedade brasileira como um todo vem construindo uma discussão sobre a reivindicação dos seus direitos. É visível a crescente quantidade de grupos organizados na busca pelo conhecimento que fortalecem a luta pela universalização dos seus direitos, bem como o acesso à educação e participação de forma participativa e efetiva na comunidade onde estão inseridos.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, planta medicinal é todo e qualquer vegetal que possui, em um ou mais órgãos, substâncias que podem ser utilizadas com fins terapêuticos ou que sejam precursores de fármacos semissintéticos e, quando utilizadas para o tratamento tanto do ser humano como de animais, através da sua ação farmacológica, sejam capazes de aliviar, curar ou prevenir doenças físicas ou mentais (REZENDE *et al.*, 2002).

Este estudo visa fornecer informações aos moradores do município de Picuí, Paraíba, sobre os benefícios do uso das plantas medicinais, bem como suas implicações para a saúde humana, além de sua viabilidade como pressuposto para a prática da economia solidária. Portanto, pretende contribuir com saberes que levem ao uso adequado das plantas e, conseqüentemente, ao bem-estar dos indivíduos.

As comunidades mais carentes e mesmo aquelas com pouco estudo são responsáveis por manter um conhecimento sobre um grande elenco de plantas nativas e exóticas, para suprir as mais variadas necessidades, principalmente as alimentícias e as médicas. Dessa forma, o conhecimento empírico dessas populações pode fornecer informações importantes para pesquisas e muitas descobertas científicas (ALBUQUERQUE, 2005). Assim, o objetivo geral deste trabalho consiste em realizar um levantamento das formas como as plantas medicinais são utilizadas por alunos da educação de jovens e adultos e suas perspectivas para uma economia solidária.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação de jovens e adultos no Brasil teve início ainda no processo de colonização, logo após a chegada dos padres jesuítas em 1549, quando se catequizavam os índios e eram oferecidas instruções a adultos e adolescentes colonizadores (STRELHOW, 2010). A Constituição Imperial de 1824 dizia, no artigo 179, que todos os

cidadãos tinham direito à instrução primária gratuita, no entanto o título de cidadania era benefício restrito a poucos, aos indivíduos livres ou libertos. O Brasil era um país com perfil agrícola e escravocrata, que não via a educação escolar pública como prioridade para o desenvolvimento das crianças, menos ainda de jovens e adultos. A Constituição Republicana, de 1891, regrida por retirar o direito à gratuidade da instrução aos cidadãos, em contrapartida promove o exercício do voto à alfabetização do povo. A educação de adultos tornou-se oficial no Brasil após a aprovação do Decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945.

A década de 1950 foi um marco devido à formação de grupos e movimentos que se expandiram na época por almejam e lutarem por uma educação que promovesse mudanças na formação do cidadão, consciente de seus direitos, e numa sociedade com menores discrepâncias na composição social, como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947), o Movimento de Educação de Base, sistema radio educativo criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com o apoio do Governo Federal (1961), além dos Centros Populares de Cultura (1963), do Movimento de Cultura Popular, da Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler (STRELHOW, 2010).

Na década de 1960, Paulo Freire e sua equipe do Movimento de Cultura Popular do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife vinham se destacando com suas experiências de alfabetização de adultos, que se diferenciava das demais pela metodologia aplicada, em especial, pela “afirmação da necessidade de buscar os conteúdos da educação do povo nas condições reais de existência do homem comum” (BEISIEGEL, 1982 *apud* SANTOS, 2008).

O método utilizado por Paulo Freire e demais pessoas ia de encontro às práticas tradicionais de alfabetização, que eram voltadas para uma aprendizagem mecanizada e repetitiva, que se utilizava de situações distantes da realidade dos alunos, enquanto o método de

Freire (1996) estava fundamentado nas ações do cotidiano e nos anseios deles. Com isso, os estudantes eram motivados a ser e fazer parte efetivamente na construção de novos saberes.

Já em 1963, a experiência de Paulo Freire de alfabetização de adultos em Angicos, no Rio Grande do Norte, apresentou-se satisfatória e tornou-se conhecida por proporcionar uma aprendizagem significativa aos alunos, passando a ser modelo seguido por muitos movimentos engajados no fim do analfabetismo. O Golpe Militar, em 1964, é considerado um dos períodos mais conturbados da história brasileira. Na época, os programas que tinham como objetivo as transformações sociais foram alterados diante dos propósitos do sistema, ocorreram apreensões dos materiais, prisões dos administradores e muitos foram exilados. A educação de jovens e adultos também foi penalizada no governo militar. Percebia-se que o regime político da época era o regime militar, o qual era bem mais complexo em alguns aspectos. As políticas de apoio social eram bem mais discretas, os objetivos eram conectar educação e desenvolvimento para os não alfabetizados, porém como aparelho de controle ideológico das massas não escolarizadas.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi criado em consonância com a Lei 5.379, de 1967, com o objetivo de erradicar o analfabetismo e proporcionar uma educação de jovens e adultos. O Mobral oferecia à população a alfabetização e as quatro primeiras séries do ensino fundamental: “Buscava-se instituir um movimento permanente de alfabetização e semiprofissionalização de adolescentes e adultos, durável enquanto persistissem as elevadas taxas de analfabetismo observadas no país” (BEISIEGEL, 1982 *apud* SANTOS, 2008). De acordo com Corrêa (1979 *apud* GOMES, 2012), o Mobral passou por algumas alterações como, por exemplo, a Fundação Educar passou a preparar mão de obra necessária aos interesses capitalistas do Estado. Entretanto, apesar de toda essa estrutura, o Mobral não obteve resultados satisfatórios. “O desacerto técnico era, porém, a condição para

aquilo que os representantes do regime viam como um acerto político” (PAIVA, 2013). A Fundação Educar era muito semelhante ao Mobral, que sofreu alterações significativas quando passou a ser subordinada ao Ministério da Educação e foi transformada em órgão, em vez de instituição direta. Mesmo com o apoio do Ministério da Educação, a Fundação Educar ocorreu no curto período de 1985 a 1990.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 diz que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”. E ainda, que “o Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalho na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996).

O Parecer CNE/CEB nº 11/2000 das Diretrizes Curriculares para a EJA, do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2000), descreve essa modalidade de ensino por suas funções: reparadora, pela restauração de um direito negado; equalizadora, de modo a garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade na forma pela qual se distribuem os bens sociais; e qualificadora, no sentido de atualização de conhecimentos por toda a vida. A oferta da educação de jovens e adultos, na esfera governamental, sempre esteve atrelada à perspectiva assistencialista e compensatória, em que os sujeitos excluídos do processo escolar na idade dita “regular” retornariam à escola para serem alfabetizados e incluídos no mercado de trabalho (SOUZA, 2010). A criação do Programa Brasil Alfabetizado envolveu concomitantemente a geração de suas três vertentes de caráter primordialmente social para a modalidade de EJA. Primeiro, o Projeto

Escola de Fábrica, que oferece cursos de formação profissional com duração mínima de 600 horas para jovens de 15 a 21 anos.

A nova identidade com que a EJA se apresenta é bastante heterogênea, fragmentada e complexa; sua marca parece estar na difusão de que as pessoas devem buscar, na educação, competências e habilidades que as dotem da possibilidade de empregabilidade. Esta concepção pauta-se pelo horizonte individualista e da submissão e se expressa na ideia de que ser educado é ser empregável. Os estudantes da EJA têm várias perspectivas no que se refere ao seu futuro, pois acreditam que a educação pode ser determinante tanto na formação escolar quanto na socialização, promovendo assim melhorias na qualidade de vida, e isso pode dar-se através de práticas de economia solidária.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária é uma importante ferramenta que vai de encontro às consequências causadas pela exclusão social, por se apresentar como uma alternativa de geração de renda a um público que, por diversas vezes, se sente às margens da sociedade por fazer parte de um grupo de pessoas que vivenciam uma série de necessidades decorrentes das desigualdades sociais.

Na estratégia para organização de uma sociedade pós-capitalista, baseada na implantação de redes que conectam unidades de produção e de consumo, em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como uma transformação cultural das sociedades em que se implanta, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo antagônicas não apenas ao neoliberalismo, mas ao próprio capitalismo. (MANCE, 1999, p. 34).

A economia solidária é praticada por milhões de trabalhadores de todos os extratos, incluindo a população mais excluída e vulnerável, organizados de forma coletiva gerindo seu próprio trabalho, lutando pela sua emancipação em milhares de empreendimentos econômicos solidários e garantindo, assim, a reprodução ampliada da vida nos setores populares. São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promoverem a preservação ambiental.

A prática da economia solidária é um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos da produção dos encargos e, ao mesmo tempo, fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho e o nível de ganho dos envolvidos com esta forma de trabalho (GADOTTI, 2009).

As ações construídas nos princípios solidários proporcionam crescimento em vários aspectos aos indivíduos que buscam melhores condições de trabalho e de vida para o grupo o qual é parte deste processo. Neste sentido, Paulo Freire (1996) vem corroborar quando diz: empoderar não é ter mais poder individual, mas reinventar o poder, conquistar mais autonomia, ser mais. Além disso, a economia solidária se expressa em organização e conscientização sobre o consumo responsável, fortalecendo relações entre campo e cidade, entre produtores e consumidores, e permitindo uma ação mais crítica e proativa dos consumidores sobre qualidade de vida, alimentação e interesse sobre os rumos do desenvolvimento relacionados à atividade econômica.

Entre as relações econômicas e solidárias, é necessária uma gestão que atenda as necessidades do grupo, o que ocorre por diversas vezes por autogestão, na qual todos são corresponsáveis por acertos e falhas em comum acordo, firmado na parceria e na equidade de deveres e direitos. A economia solidária significa uma revalorização da criatividade e o envolvimento com formas de sobrevivência e de relações sociais solidárias diferentes das relações de mercado capitalista e relações assistencialistas e tecnicistas. A origem dessa perspectiva advém de pequenas iniciativas associadas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas por meio da solidariedade, da cooperação, do diálogo e da busca de caminhos alternativos e sustentáveis.

A realização dos princípios que fundamentam e regulamentam as ações coletivas democráticas, autogestão sustentável dentro da economia solidária apresentam-se viáveis ao desenvolvimento e à valorização do ser humano. A autogestão são as relações sociais democráticas, coletivistas e igualitárias, que fazem da produção associada mais do que uma organização econômica, na medida em que se configura em um espaço privilegiado para a experimentação social e a realização de ações pedagógicas no campo político e cultural. (XAVIER, 2008, p. 91).

Na década de 1990, ocorreu uma expansão de diversas ações de caráter solidário em vários segmentos, nos movimentos sociais e de igreja, que promoveram maior visibilidade no processo de gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Realizar atividades econômicas fundamentadas na autogestão, antes de tudo, é desconstruir nos participantes as diferenças pessoais que ocorrem nas distintas funções profissionais que, na maioria das vezes, distanciam os indivíduos devido aos níveis de hierarquia:

A ajuda do Estado será um fator importante para o movimento das cooperativas de produção, por uma série de motivos. O primeiro é que os trabalhadores não dispõem de capital nem propriedades que pudessem oferecer como garantia para levantar capital no mercado financeiro. O segundo é que as firmas capitalistas, que concorrem com as cooperativas de produção, também contam com a ajuda do Estado, sob as formas usuais de isenções fiscais e crédito favorecido. Portanto, para concorrer em condições de igualdade com estas firmas, as cooperativas de produção precisam do apoio do poder público. (SINGER, 2002, p. 92).

Diversas atividades cotidianas podem ser incorporadas à economia solidária como fonte de renda para comunidades carentes. Os conhecimentos práticos das comunidades tradicionais sobre as plantas medicinais estão intimamente relacionados aos recursos naturais disponíveis e a seu patrimônio cultural, sendo uma reprodução sociobiocultural e econômica de seus antepassados, que vem sendo transmitida para as gerações atuais. No tocante aos traços culturais, há evidências de que determinadas culturas tendem a estimular valores que contribuem para maior propensão ao empreendedorismo, na medida em que valorizam a iniciativa e a autonomia.

USO DE PLANTAS MEDICINAIS

Uma planta é considerada medicinal quando partes da planta são utilizadas para aliviar ou curar enfermidades, com base em seu uso na população ou comunidade, e não são submetidas a um processo industrializado de fabricação e controle de qualidade. Segundo Friedman *et al.* (1986), uma planta com índice de importância relativamente alto pode sugerir uma real efetividade no tratamento de uma doença, pois

em estudos etnobotânicos esse índice facilitará a seleção de espécies para testes farmacológicos que possam vir a provar a eficácia de seus princípios ativos. O estudo das plantas medicinais e sua relação com o povo ao longo dos anos é estudada pela Etnobotânica, que se refere ao estudo de plantas usadas por povos primitivos e aborígenes e, por força desta definição inicial, durante muito tempo foi assim entendida.

O Brasil possui a maior diversidade biológica do planeta, tornando-se alvo de cobiça de comunidades científicas de todo o mundo. O cerrado detém mais de 6000 plantas vasculares, muitas delas utilizadas como alimentos e para fins terapêuticos. Na área da medicina, as plantas tropicais oferecem propriedades para a produção de analgésicos, tranquilizantes, diuréticos, laxativos e antibióticos, dentre outros. A comercialização mundial dos produtos secundários soma, em média, 200 milhões de dólares por ano (SOUZA; FELFILI, 2006; MACIEL *et al.*, 2002).

O bioma caatinga ocupa uma área exclusivamente brasileira de 850 mil km², representando 10% do território nacional e englobando os nove estados do Nordeste, mais o norte de Minas Gerais. Rico em biodiversidade, o bioma caatinga abriga 591 espécies de aves, 177 de répteis, 79 espécies de anfíbios, 241 de peixes, 221 de abelhas e 178 espécies de mamíferos. A flora da caatinga detém características peculiares que a diferenciam da variedade de cores exuberantes das florestas tropicais úmidas, as fisionomias visualizadas por muitos transcendem a ideia de bioma de baixíssima diversidade, partindo do pressuposto dos aspectos de sua vegetação. A vegetação que caracteriza a caatinga é composta principalmente por plantas como umbuzeiro (*Spondia tuberosa*), barriguda (*Chorizia ventricosa*), feijão-bravo (*Capparis yco*), baraúna (*Schnopsis brasiliensis*), faveleiro (*Cnidosculus phyllacanthus*), pau-ferro (*Caesalpinia ferrea*), juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), camara-tuba (*Cratylia mollis*), catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*), canafístula (*Peltophorum dubium*), amburana (*Commiphora leptophloeos*), pinhão-bravo (*Jatropha molíssima*) e cactáceas, que se apresentam

com mais frequência na região, como palmas *Opuntias*, mandacaru (*Cereus jamacaru*), xique-xique (*Pilocereus gounellei*) e coroa de frade (*Melocactus Zehntneri*) (SILVA *et al.*, 2014).

Os conhecimentos sobre como as plantas são utilizadas com finalidades medicamentosas são os mais diversos nas áreas de caatinga. Os conhecimentos praticados no cotidiano pelas comunidades rurais sobre as plantas medicinais estão intrinsecamente relacionados aos recursos naturais disponíveis no ambiente no qual estão inseridos, como também na reprodução de costumes e práticas que são repassados ao longo de anos, de geração a geração. De acordo com Alencar (2012), as comunidades rurais são responsáveis por manter um grande elenco de plantas nativas e exóticas para suprir as mais variadas necessidades, principalmente as alimentícias e as médicas. Dessa forma, o conhecimento empírico dessas populações pode fornecer informações importantes para pesquisas e, assim, muitas descobertas científicas podem acontecer.

Segundo Albuquerque (2005), plantas medicinais são espécies vegetais que possuem diversos tipos de princípios ativos, que podem atuar nos órgãos de humanos e animais, no combate a diversas doenças, eliminando agentes causadores, como vermes, fungos e bactérias, além de oferecer uma forte ação preventiva, contra muitos outros problemas de saúde.

Grande parte da população mundial tem confiança nos métodos tradicionais relativos aos cuidados diários com a saúde e cerca de 80% dessa população, principalmente dos países em desenvolvimento, confiam nos derivados de plantas medicinais para seus cuidados com a saúde. As plantas medicinais apresentam potencialidades a serem trabalhadas por grupos de pessoas que compartilham e exercem os princípios e ações da economia solidária (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

Um aspecto característico desse tipo de situação é a combinação entre a valorização do espaço local e a busca de respostas para problemáticas específicas, inserindo a solidariedade na elaboração coletiva

das atividades econômicas envolvidas no plantio. Essa preocupação com a comunidade local pode levar a outras duas características fundamentais na experiência: uma combinação de atividades econômicas com outras de cunho social, educacional e político; a preocupação com a valorização do sentido do trabalho; e o compromisso com a coletividade. A abertura de empresas ou empreendimentos de economia solidária é tida como uma importante base de competitividade e como uma forma de criar novos postos de trabalho.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O local de estudo foi o município de Picuí, que está localizado na mesorregião da Borborema, na microrregião do Seridó oriental da Paraíba, com uma área 665,57 km². O clima é do tipo semiárido (desértico), quente e seco, com temperatura média de 26°C. A vegetação nativa predominante no município é a caatinga, do tipo arbustivo arbórea (MASCARENHA, 2005). O estudo foi realizado com 22 alunos do ensino fundamental que frequentam a educação de jovens e adultos na Escola Municipal Severino Ramos da Nóbrega.

Esta pesquisa tem caráter quali-quantitativo, que envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar as perspectivas dos participantes acerca do uso das plantas medicinais (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

As atividades da pesquisa iniciaram-se com uma aula em forma de roda de conversa, em que se utilizaram recursos de mídias, abordando conceitos sobre a EJA e a economia solidária. Foi utilizado um questionário semiestruturado procurando conhecer o perfil socioeconômico dos alunos e também servindo de base para uma segunda parte da pesquisa, na qual foram investigadas as perspectivas dos participantes acerca da EJA, das plantas medicinais e da economia

solidária, através de uma palestra-aula. O questionário esclarece de forma breve as intenções da pesquisa em que nenhum participante é identificado.

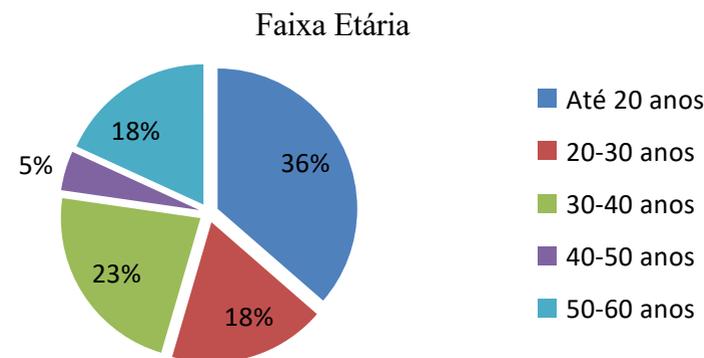
Para cumprir os objetivos da pesquisa, o questionário foi dividido em duas partes. Na primeira parte, constam dados socioeconômicos como sexo, idade, escolaridade, renda familiar e número de pessoas por residência. Na segunda parte, é investigado o uso de plantas medicinais, as expectativas diante do retorno ao meio escolar e as perspectivas da utilização das plantas medicinais na economia solidária. Realizou-se uma breve análise quantitativa das perspectivas dos alunos e uma avaliação qualitativa da relação entre os conhecimentos sobre plantas medicinais na perspectiva de economia solidária.

Para a organização e tratamento dos dados, utilizamos elementos inspirados na análise de conteúdo de Bardin (1977), que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. As respostas dos entrevistados, quando aparecerem, são transcritas em itálico e entre aspas para uma melhor diferenciação em relação ao texto da discussão.

ASPECTOS DISCURSIVOS

O estudo foi realizado com 22 alunos que frequentam a E. M. E. F. Severino Ramos da Nóbrega, alunos da modalidade educação de jovens e adultos, do sexto e sétimo ano. Aproximadamente 60% dos educandos da EJA entrevistados são do sexo masculino. Os dados obtidos no referido estudo sugerem que as mulheres se deparam com mais dificuldades para retornar ao ambiente escolar, porém, quando retornam à sala de aula, a evasão é menor. Os entrevistados da EJA que frequentam a EMEF Severino Ramos da Nóbrega apresentam idades variadas, que variam de 15 a 59 anos de idade, conforme ilustra o Gráfico 1.

GRÁFICO 1. FAIXA ETÁRIA DOS EDUCANDOS DA EJA ENTREVISTADOS

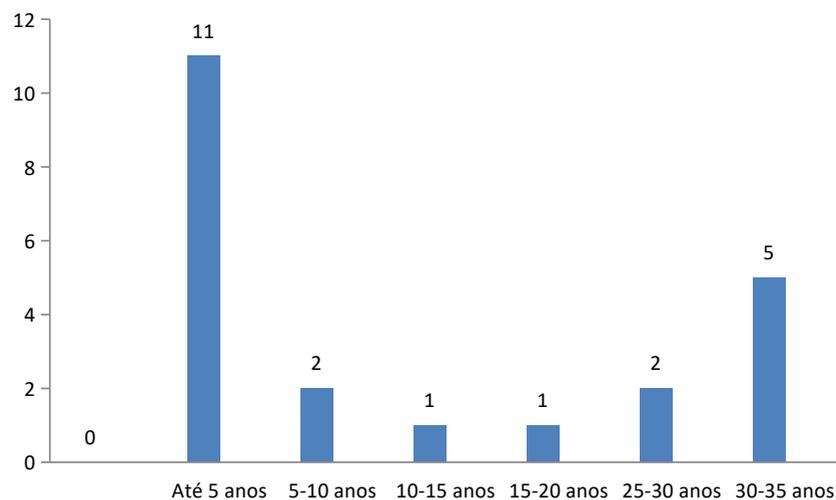


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Os intervalos de idade compreendidos entre 20-30 anos e 30-40 anos foram os mais representativos, com percentuais de 36% e 23%, respectivamente. Esses dados demonstram que o perfil do alunado na referida escola é constituído por jovens e adultos de meia idade, levantando a hipótese de que a busca pela educação se faz presente nas mais diversas faixas etárias.

Em relação ao tempo que os participantes desse estudo ficaram distantes da sala de aula, houve uma enorme variação nas respostas. Entre os entrevistados, aproximadamente 50% são adolescentes que, por motivos de trabalho, foram transferidos de outros turnos. O tempo que estes passaram fora da escola variou de um a três anos. Eles não consideram que pararam de estudar, afirmam que, por dificuldades variadas, ainda não conseguiram concluir os estudos e veem no ensino de jovens e adultos uma possibilidade de avançar nos estudos e conseguir melhores oportunidades na vida. Os dados dos demais questionários mostram uma variação de 9 a 35 anos distante da sala de aula (Gráfico 2).

GRÁFICO 2. PERÍODO DE AFASTAMENTO (ANOS) DA SALA DE AULA



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Diante dos resultados obtidos, observa-se que muitas pessoas estão retornando ao ambiente escolar devido às consequências geradas pela defasagem no conhecimento; e outras por não terem frequentado a escola quando crianças e adolescentes em decorrência de residirem na zona rural à época e ajudarem os pais na agricultura, sendo assim impossibilitados de estudar pelas dificuldades no acesso à educação.

Ao serem questionados por que quiseram voltar a estudar, os motivos expressos foram variados. Os objetivos estão distribuídos em uma larga escala, que abrange as mais diversas buscas de saberes, que transitam do aprender a realizar cálculo de somatória simples ao prazer de escrever uma carta para uma amiga. São desejos e sonhos que podem ser alcançados com uma aprendizagem construída no ambiente escolar e na convivência com outros educandos.

Quando questionados sobre a relevância da educação de jovens e adultos, dezesseis participantes da pesquisa responderam em linhas

gerais que é importante, pois trabalham durante o dia e estudam à noite, sendo, portanto, uma forma de conseguir avançar nos estudos. Buscou-se conhecer qual a importância da EJA na vida dos educandos. Nas suas falas, observa-se que a busca pelos conhecimentos sistematizados e a volta ao ambiente escolar são de suma importância para os cidadãos trabalhadores que necessitam aprender novos conhecimentos para o desenvolvimento das suas capacidades, para buscar um emprego e para o bem-estar do indivíduo social. Temos algumas respostas:

O direito e a oportunidade de recuperar o tempo perdido e poder se qualificar para o mercado de trabalho.

A aprendizagem é a melhoria de vida e que tem o dia para procurar um emprego.

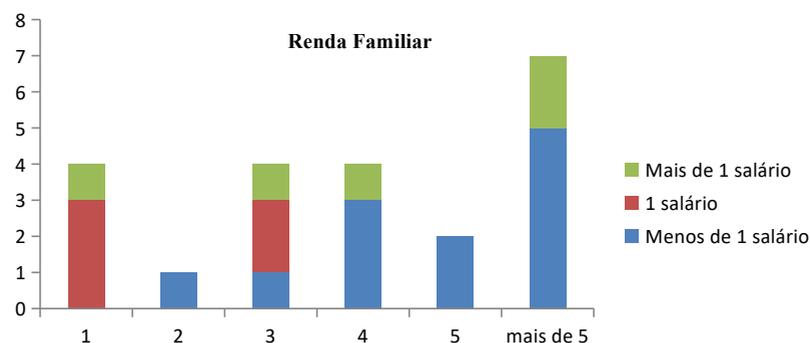
É muito bom porque temos muitos amigos e consigo aprender com eles aquilo que não conheci. [sic]

Neste sentido, Ventura (2001) afirma que as competências e habilidades adquiridas com uma alfabetização orientada para a expressão, e não para o consumo, é também uma alfabetização que faz, do outro, sujeito de sua própria atividade e, conseqüentemente, o agente de sua transformação social, como também estrutura em escala mais ampla suas condições de vida. O conhecimento socializado no espaço escolar deve oportunizar condições ao educando de ser cidadão, bem como valorizar sua cultura de referência, acrescentar-lhes novos conhecimentos, de modo que se tornem “autônomos intelectual e moralmente, capazes de interpretar as condições histórico-culturais da sociedade em que vivem de forma crítica e reflexiva, impondo autonomia às suas próprias ações (SILVA, 2003).

De acordo com dados relacionados ao tamanho das famílias dos estudantes da EJA entrevistados neste estudo, observa-se que aproximadamente 65% fazem parte de famílias compostas por mais de

quatro membros, sendo encontrados casos com até sete pessoas. Os dados demonstram que as famílias dos educandos da EJA são numerosas e sobrevivem com baixa remuneração (Gráfico 3).

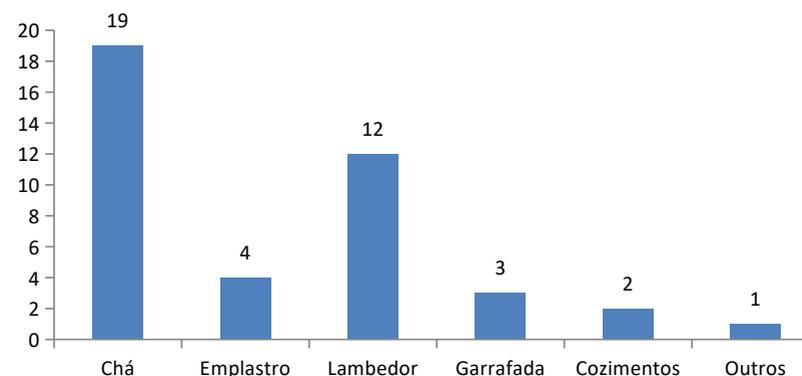
GRÁFICO 3: NÚMERO DE PESSOAS *VERSUS* RENDA FAMILIAR



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Buscando saber se os participantes da pesquisa fazem uso de plantas medicinais, verificou-se que 20 pessoas usam as plantas com propósito de curar as enfermidades e somente duas pessoas disseram não usar as plantas para tal finalidade. No entanto, um destes participantes se contradiz quando relata fazer uso de sabugueiro para curar febre e gripes. Como a utilização de plantas medicinais é uma prática costumeira, indagamos se as plantas medicinais oferecem algum benefício e, entre os participantes, foi quase unânime que as plantas sempre curam as doenças. Os alunos destacam o poder da cura de várias patologias, principalmente de problemas relacionados aos sistemas respiratório e digestório e no tratamento de processos inflamatórios. Há menção, várias vezes, ao baixo custo e à relação de benefício causado pelas plantas medicinais. Entre os modos de preparo e utilização das plantas medicinais, buscamos saber quais são utilizados com maior frequência (Gráfico 4).

GRÁFICO 4: MODOS DE PREPARO DAS PLANTAS MEDICINAIS



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

As plantas são utilizadas com finalidades fitoterápicas nas formas de lambedores, garrafadas e cozimentos, na maioria dos casos, para tratar gripes, problemas estomacais e processos inflamatórios. A maioria dos entrevistados (85%) usa as plantas medicinais em forma de chás. O chá é uma bebida que pode ser preparada através da maceração, infusão e decocção. O modo de preparo mais utilizado consiste em levar a parte da planta junto com água ao fogo até atingir a fervura. Nesse processo, é comum usar flores, folhas, caule e raiz (HOEFFEL *et al.*, 1989).

Se, por um lado, esses novos modos de vida assimilam a essência das formas de convivência propriamente urbanas, por outro, retêm antigas práticas provenientes de suas origens rurais, que continuam a se manifestar no vocabulário, na culinária, nas artes, na sociabilidade, etc. Nessas comunidades, são observados elevados índices de desemprego e subemprego, além de séria carência de serviços básicos. A vulnerabilidade à insegurança alimentar, nutricional e de saúde é uma característica que se manifesta de forma recorrente em meio às famílias, o que se deve à combinação de dois fatores interdependentes: a dificuldade de acesso aos alimentos, em razão dos baixos níveis

de renda familiar, e a tendência à homogeneização dos hábitos alimentares, em que prevalece a baixa qualidade nutricional das dietas, em geral carentes de vitaminas e sais minerais (MAIA *et al.*, 2005). Perguntou-se aos entrevistados quais as plantas mais usadas de forma fitoterápica e qual a finalidade de uso. As ervas e plantas citadas podem ser observadas na Tabela 1.

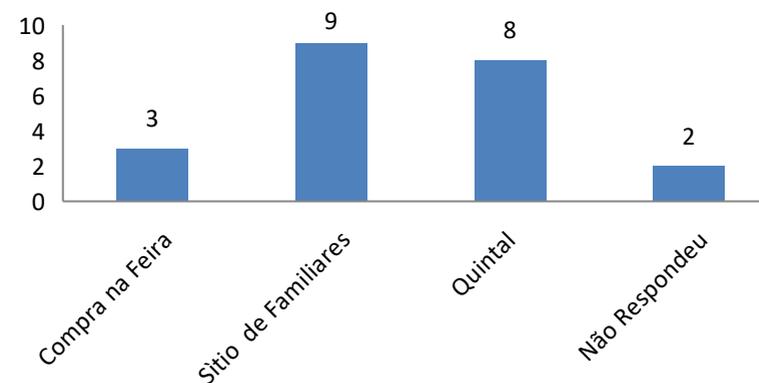
TABELA 1. NOMES DAS FAMÍLIAS DAS PLANTAS *VERSUS* AS INDICAÇÕES E O NÚMERO DE CITAÇÕES

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	USO INDICADO	CITAÇÕES
<i>Amaranthaceae</i>	<i>Chenopodium ambrosioides</i>	Mastruz	Gripe e vermes	3
<i>Anacardiaceae</i>	<i>Myracrodruon urundeuva</i>	Aroeira	Gripe mal curada	4
	<i>Anacardium occidentale</i>	Cajueiro	Infecções	3
<i>Asteraceae</i>	<i>Achyrocline satureioides</i>	Marcela	Intestinais	2
<i>Caprifoliaceae</i>	<i>Sabucus ebulis L.</i>	Sabugueiro	Febre	7
<i>Euphorbiaceae</i>	<i>Cnidioscolus phyllacanthus</i>	Favela	Anti-inflamatório	2
	<i>Amburana cearensis</i>	Imburama	Inflamação	1
<i>Fabaceae</i>	<i>Dipteryx odorata</i>	Cumarú	Gripe e febre	1
	<i>Bauhinia forficata</i>	Mororó	Diabete	2
<i>Lamiaceae</i>	<i>Rosmarinus officinalis</i>	Alecrim	Coração, calmante	2
	<i>Mentha x villosa</i>	Hortelã F. miúda	Gripe	3
	<i>Ocimum basilicum</i>	Manjeriço	Dor de ouvido e colesterol	2
	<i>Melissa officinalis</i>	Erva-cidreira	Intestino	11
	<i>Mentha spicata</i>	Hortelã folha larga	Infecções e gripe	4
<i>Liliaceae</i>	<i>Aloe vera</i>	Barbosa	Vermes	5
<i>Monimiaceae</i>	<i>Peumus boldus</i>	Boldo	Intestinais	11
<i>Myrtaceae</i>	<i>Eucalyptus globulus</i>	Eucalipto	Gripe e febre	1
<i>Poaceae</i>	<i>Cymbopogon citratus</i>	Capim-santo	Calmante e Intestino	2
<i>Rubiceae</i>	<i>Morinda citrifolia</i>	Noni	Inflamação	1
<i>Rutaceae</i>	<i>Citrus sinensis</i>	Laranja	Calmante	1
	<i>Ruta graveolens</i>	Arruda	Coração	3
<i>Sapotaceae</i>	<i>Sideroxylon obtusifolium</i>	Quixabeira	Anti-inflamatório	2

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Em relação à forma de aquisição das plantas medicinais, percebe-se que a maioria dos entrevistados cultivava-as em seus quintais ou as adquire com vizinhos e familiares de forma gratuita (Gráfico 5).

GRÁFICO 5: LOCAIS DE AQUISIÇÃO DAS PLANTAS MEDICINAIS



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Há um intercâmbio das plantas e do conhecimento a elas relacionado, este é geralmente repassado de geração a geração e constitui um conhecimento tradicional importante que deve ser conservado.

Um dos princípios da economia solidária é a apropriação coletiva dos meios de produção pelos membros das decisões e deliberações coletivas sobre os rumos da produção, a utilização dos excedentes (sobras) e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização da economia. (SCHIOCHET, 2011, p. 23).

Ocorre uma prática solidária nas relações de convivência entre os estudantes da EJA. Isso ficou claro no momento em que os questionários estavam sendo aplicados em sala de aula, bem como

quando os entrevistados afirmam que adquirem as plantas nos sítios de familiares quase sem nenhum tipo de custo financeiro. Há uma economia solidária firmada em ações de boa vizinhança, utilizando e repassando saberes acerca do uso das plantas medicinais. Na definição de economia solidária, as respostas foram as mais diversas: dois participantes não responderam, um disse não compreender e os demais expõem seus conceitos até de forma prática:

É um trabalho que age em grupos e um ajuda o outro e divide os lucros na metade.

Compartilhar com o outro, ajudar o próximo. [sic]

Trabalharem grupos sem que ninguém leve vantagem sobre o outro nos lucros.

A economia que beneficia as pessoas da minha casa. Porque é usado essa ervas medicinais não presiga gastar dinheiro. [sic]

Entendo quando amigos ajudam a pessoa, como o que aconteceu, puxamos o piso da casa de um conhecido que não podia pagar.

Analisando qualitativamente as respostas dos questionários, é possível constatar que os colaboradores deste estudo sabem, compreendem e fazem economia solidária. Em suas falas, ressaltam que é a divisória correta [de bens] sem utilizar meios ilícitos com o companheiro. Outro participante reconhece que, em sua família, eles praticam economia solidária, pois o seu genitor fabrica brinquedos em madeiras e os membros de toda a família participam do processo, seja auxiliando na finalização dos produtos ou realizando os serviços de venda.

A capacidade de enfrentar situações do cotidiano, trabalhos em grupo, a redescoberta, a resolução de

problemas individual e coletivamente são exercício de competências de vida em comunidade. Aprende-se a lidar com os limites e possibilidades de cada um e de cada grupo e usar procedimentos racionais como fundamento e consequência do agir. (DELIZOICOV *et al.*, 2004).

Algumas estratégias vêm sendo consideradas como prioritárias para amparar e intermediar a adaptação da agricultura familiar às novas exigências de mercado, inclusive na economia solidária. De acordo com Medeiros *et al.* (2002), mercados orientados para valores como ética, tradição, produção natural e ecológica e justiça social têm surgido e vêm apresentando crescimento significativo. O cultivo de produtos diferenciados é um bom exemplo deste movimento. Atendendo novas exigências em termos de qualidade e respeitando o meio ambiente, tais alternativas revelam grandes oportunidades de utilização de sistemas de produção adequados para pequenas propriedades. Neste cenário, a produção de plantas medicinais também se insere como uma alternativa de economia solidária interessante para os produtores familiares. A partir dessas plantas, princípios ativos são extraídos para a fabricação de medicamentos utilizados para tratamento e cura de doenças (fitoterapia). A sua produção sustentada, tanto a cultivada quanto a explorada (extrativismo), vislumbra grande potencial de mercado, seja para uso artesanal ou industrial, seja para o mercado interno ou externo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que os alunos da educação de jovens e adultos entrevistados conhecem uma grande quantidade de plantas nativas e exóticas, pertencentes a diversas famílias botânicas, e praticam informalmente um tipo de economia solidária. O plantio e cultivo de

plantas medicinais na cidade de Picuí por frequentadores da educação de jovens e adultos têm interfaces importantes com diversos outros aspectos do ecossistema urbano, que vão além da produção de produtos fitoterápicos. Uma das dimensões fundamentais é o resgate cultural, de relação e cuidado com o ambiente e com as plantas, além de propiciar novas sociabilidades. O fato é que a recuperação de laços de sociabilidade e a elevação da autoestima, proporcionadas por dinâmicas da cultura urbana, contribuem diretamente para a busca de estratégias coletivas e individuais de promoção de maiores níveis de segurança alimentar, nutricional e em saúde.

De acordo com as características do sistema de produção de plantas medicinais descrito nesta pesquisa, a agricultura familiar apresenta condições propícias para o seu cultivo. Trata-se, portanto, de mais uma alternativa na geração de emprego e renda através de uma economia solidária para este segmento tão importante e representativo do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P. *Introdução à etnobotânica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

ALENCAR, N. L. *Farmacopeias tradicionais: o papel das plantas medicinais na sua constituição, formação e manutenção em comunidades da Caatinga*. Tese (Doutorado)–Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. *RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000*. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.

CHELL, E. *The entrepreneurial personality*. London: Routledge, 1991.

DELIZOICOV, D. Pesquisa em ensino de ciências como ciências humanas aplicadas. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, v. 21, n. 2, p. 145-175, 2004.

FREIRE, P. *Educação e conscientização*. São Paulo: Série Livros, 1967.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários á prática educativa*. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIEDMAN, J.; YANIV, Z.; DAFNI, A.; PALEWITCH, D. A preliminary classification of the healing potential of medicinal plants, based on a rational analysis of an ethno pharmacological field survey among Bedouins in the Negev Desert, Israel. *Journal of Ethnopharmacology*, n. 16, p. 275-287, 1986.

GADOTTI, M. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Série Livros, 2009.

GOMES, L. K. S. *Memórias de professoras alfabetizadoras do MOBRAF em Fortaleza*. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

HOEFFEL, J. L. M.; GONÇALVES, N. M.; FADINI, A. A. B.; SEIXAS, S. R. C. Conhecimento tradicional e uso de plantas medicinais nas APAS Cantareira/SP e Fernão Dias/MG. *Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade*, n. 1, 2011.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, M. A. M.; PINTO, A. C.; VEIGA JUNIOR, V. F.; GRYNBERG, N. F.; ECHEVARRIA, A. Plantas medicinais: a necessidade de estudos multidisciplinares. *Química Nova*, v. 25, n. 3, p. 429-438, 2002.

MAIA, P. O.; MALUF, R. S. J.; SILVA, L. C. Agricultura urbana e a promoção da segurança alimentar e nutricional numa comunidade em Campo Grande. *Revista Universidade Rural*, v. 27, n. 1-2, p. 34-39, 2005.

MANCE, E. A. *A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MASCARENHA, J. C. *Diagnóstico do município de Picuí, estado da Paraíba*. Brasília: IBGE, 2005.

MEDEIROS, J. X.; WILKINSON, J.; FARIAS, R. M. S.; LIMA, D. M. A. O desenvolvimento científico-tecnológico e a agricultura familiar. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (org.). *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq, 2002.

OLIVEIRA, F. C. S.; BARROS, R. F. M.; MOITA NETO, J. M. Plantas medicinais utilizadas em comunidades rurais de Oeiras, semiárido piauiense. *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais*, v. 12, n. 3, p. 282-301, 2010.

REZENDE, H. A.; COCCO, M. I. M. A utilização de fitoterapia no cotidiano de uma população rural. *Revista da Escola de Enfermagem*, v. 36, n. 3, p. 282-288, 2002.

SANTOS, A. A. S. *A gestão pedagógica do programa mais educação: um olhar a partir da experiência da Escola Teodora Bentes*. Dissertação (Mestrado)—Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SANTOS, M. A. P. Alfabetização e educação de jovens adultos (EJA): revisitando um velho debate. *Revista Educação-UNG*, v. 3, n. 1, p. 03-07, 2008.

SANTOS, E. P. *O Pré-vestibular Solidário -PVS/ CES- Na Perspectiva dos Alunos-Ouvintes*. Monografia (Especialização em Educação)—Universidade Federal de Campina Grande: Cuité, 2013.

SCHIOCHET, V. Políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. In: BENINI, É. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (org.). *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVA, M.; SILVA, P.; OLIVEIRA, Y. R.; GOMES, T. M. F.; FERREIRA, P. M. P.; CERQUEIRA, G. S.; ABREU, M. Plantas medicinais: cultivo em quintais pela população de um município do semiárido piauiense, Nordeste do Brasil. *Revista de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade*, v. 7, n. 3, p. 101-113, 2014.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, C. D.; FELFILI, J. M. Uso de plantas medicinais na região de Alto Paraíso de Goiás, GO, Brasil. *Acta Botânica Brasílica*, v. 20, n. 1, p. 135-142, 2006.

SOUZA, J. E. P. *Informática na EJA: contribuições da teoria histórico-cultural*. 171 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2010.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. *Revista HISTEDBR on-line*, v. 10, p.38-45, 2010.

VENTURA, J. P. *Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos*. Rio de Janeiro: EJA trabalhadores, 2001.

XAVIER, E. *Economia solidária no Brasil: uma outra economia acontece*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E MICROCRÉDITO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

ARACÉLIA AZEVEDO PINHEIRO

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA SANTOS

APRESENTAÇÃO

Apesar da expansão do empreendedorismo no Brasil, as linhas de crédito bancário privilegiam as classes altas, além de operacionalizarem com juros altos. Desse modo, as classes de baixa renda estão à margem do setor bancário tradicional. Através desse novo viés, pensando modelos econômicos alternativos e mais sustentáveis, surge um programa que visa ao crescimento e desenvolvimento social e econômico do Brasil. O Programa CrediAMIGO, um programa de microcrédito produtivo e orientado, operacionalizado pelo Banco do Nordeste, tem como objetivo subsidiar o acesso ao microcrédito para empreendedores informais e familiares.

O presente capítulo busca analisar o microcrédito, tendo como parâmetro a economia solidária. Para o desenvolvimento da pesquisa, aplicaram-se questionários a grupos solidários que acessam o microcrédito do Banco do Nordeste, em Picuí, Paraíba, averiguando se o referido microcrédito pode ser considerado um modelo de suporte à economia solidária. Nota-se que o programa CrediAMIGO representa uma oportunidade justamente para a população de baixa escolaridade, tendo em vista a facilidade e ampliação do acesso ao crédito de forma desburocratizada, reflete a inclusão social e geração de renda e trabalho. Desse modo, o microcrédito e a economia solidária têm um papel muito importante para o desenvolvimento,

ganhando espaço prioritário para atingir as necessidades e carência de empregos, podendo gerar um desenvolvimento que eleva a qualidade de vida da população local de Picuí, permitindo acessos a serviços e oportunidades até então desconhecidas, ainda que necessárias, para a satisfação das demandas básicas.

ASPECTOS TEÓRICOS

O estudo do empreendedorismo para o novo século certamente incorporará temáticas da dinâmica social na qual ele está inserido. Desse modo, as transformações que vêm ocorrendo nas sociedades, tanto ocidental quanto oriental, indicam a formação de uma nova configuração social em que a diversidade é um elemento presente. A figura do empreendedor como aquela representada por um homem de meia idade aparece na atualidade sob as formas mais diversas, variando de acordo com idade, gênero e forma de sociedade.

O Brasil é um país onde o empreendedorismo se destaca como forma de sobrevivência, crescimento e desenvolvimento de muitos brasileiros. Ocorre que as classes de baixa renda e baixa escolaridade são detentoras de uma parte bem significativa de pequenos empreendimentos, administrando-os de forma empírica, ou seja, conforme ganham experiência ao longo de suas jornadas como empreendedores. Outra característica predominante é a informalidade dos empreendimentos, fator que dificulta o acesso ao crédito nos bancos convencionais (BARONE; SADER, 2008). Desse modo, a educação configura-se como base fundamental de um país, para que todos os atores sociais se consolidem em espaços mais igualitários e menos excludentes. Os ambientes de exclusão, em que classes elitizadas têm voz ativa e a classe pobre, na maioria das ocasiões, fica à margem de uma sociedade excludente, são percebidos nos sistemas de atendimento de instituições financeiras convencionais. Portanto políticas públicas

eficazes que garantam o direito do cidadão à educação de jovens e adultos tornam-se prioridade para amenização da exclusão social e econômica no país; como também é de suma importância um novo olhar para uma forma de economia mais justa e menos opressora do que a capitalista.

Um grande desafio faz-se necessário: a junção da economia solidária ao acesso dos pobres aos sistemas financeiros, como o acesso ao microcrédito, que pode conduzir as classes menos favorecidas a prosperarem. Através desse novo viés, pensando modelos econômicos alternativos e mais sustentáveis, surge um programa que visa ao crescimento e desenvolvimento social e econômico do Brasil: o programa CrediAMIGO.

O CrediAMIGO, programa de microcrédito produtivo e orientado, operacionalizado pelo Banco do Nordeste, tem como objetivo subsidiar o acesso ao microcrédito para empreendedores informais e familiares, tendo como garantia o aval solidário, em que cada membro de um grupo de tomadores de empréstimo garante o pagamento dos demais membros do grupo (NERI; MEDRADO, 2005). Nessa perspectiva, as experiências inovadoras podem ser avaliadas e valorizadas tanto pela sua dimensão de processos de construção de novos paradigmas e novos atores sociais, de fortalecimento da democracia e da cidadania, quanto pelos resultados que proporcionam em termos de melhoria da qualidade de vida. É nesse registro que podemos identificar e valorizar o sentido maior atribuído aos esforços de elaboração teórica e prática sobre uma multiplicidade de experiências e iniciativas em áreas como economia solidária, microcrédito, desenvolvimento local, redes horizontais de solidariedade, cooperativas de produção e consumo, habitação, saúde, educação, etc.

Singer (2002) introduz novos elementos quando mostra a economia solidária como alternativa para a superação do modelo capitalista, atrelando este argumento à necessidade de o Estado desempenhar um novo papel: ser incentivador e dar suporte aos negócios por meio

de compras públicas, promovendo capacitação técnica, oferecendo microcrédito, etc., como uma das formas de redistribuição de renda, tornando os empreendimentos de economia solidária economicamente sustentáveis.

Desse modo, o presente trabalho busca analisar o microcrédito, tendo como parâmetro a economia solidária. Para o desenvolvimento da pesquisa, aplicaram-se questionários a grupos solidários que acessem o microcrédito do CrediAMIGO – Banco do Nordeste, em Picuí, Paraíba, averiguando se o referido microcrédito pode ser considerado um modelo de suporte à economia solidária, ou seja, este estudo tem como objetivo averiguar se o microcrédito é uma forma de economia solidária no município de Picuí-PB.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação é a base fundamental de um país para que todos os atores sociais se consolidem em espaços mais igualitários e menos excludentes. A educação de adultos compreende todo e qualquer tipo de educação destinada às pessoas consideradas adultas pela sociedade a que pertencem, através de um processo de aprendizagem, formal ou não formal, possibilitando-lhes que enriqueçam seus conhecimentos e/ou melhorem suas qualificações profissionais e técnicas (OLIVEIRA, 2007). No inciso VII do artigo 4º da LDB/96, está disposto: “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola”. Nesta perspectiva, Arroyo (2007) contribui afirmando que:

A visão reducionista com que, por décadas, foram olhando os alunos de EJA – trajetórias escolares truncadas, incompletas – precisará ser superada diante do

protagonismo social e cultural desses tempos da vida. As políticas de educação terão de se aproximar do novo equacionamento que se pretende para as políticas da juventude. A finalidade não poderá ser suprir carências de escolarização, mas garantir direitos específicos de um tempo de vida. Garantir direitos dos sujeitos que os vivenciam. (ARROYO, 2007, p. 21).

A estrutura do sistema educacional brasileiro implica articulações para desenvolver a EJA, pois, tendo políticas públicas voltadas a esta modalidade de educação garantidas pela LDB/96, o diálogo e a capacitação com os sistemas estaduais e municipais de educação para a oferta com qualidade da EJA são fundamentais, tendo em vista sua enorme demanda, que se estende por todo o país. Além disso, entendemos que a constituição histórica da EJA no Brasil pressupõe também considerar todos os seus processos político-educativos. Desse modo, a educação de jovens e adultos (EJA) deve ser compreendida como um direito público. Mas a assunção da educação como direito público subjetivo amplia a dimensão democrática da educação, sobretudo quando toda ela é declarada, exigida e protegida para todo o ensino fundamental em todo o território nacional. Isto, sem dúvida, pode cooperar com a universalização do direito à educação fundamental e gratuita. O direito público subjetivo auxilia e traz um instrumento judicial, institucional capaz de transformar este direito num caminho real de efetivação de uma democracia educacional (CURY *et al.*, 2001).

Conforme Paiva (2005), historicamente, nem sempre o direito à educação esteve resguardado. Apesar da formulação do texto constitucional, não se fez prática. A forma como as políticas públicas conceituam a EJA e como vêm desenvolvendo ações como oferta pública merece atenção, especialmente quando se vinculam ações de educação ao utilitarismo do voto, ou defendem este último sem precisar da primeira. Embora pareça ultrapassada essa problemática no “país”, que não chega a ser moderno, a utilidade do voto ainda

consegue sobrepor-se à oferta da alfabetização. Por sua vez, a escolarização de jovens e adultos pode ser considerada em toda sua trajetória como proposta política redimensionada à plataforma de governo na tentativa de elucidar um problema decorrente de lacunas do sistema de ensino regular. Sendo assim, muitas confusões surgem nas definições encontradas na literatura acerca da nomenclatura de EJA. Não significa que essa modalidade de ensino, hoje educação de jovens e adultos, tenha diferentes definições, mas pela própria evolução da EJA no Brasil e no mundo, nas diferentes faces do desenvolvimento histórico da sociedade, o tratamento dos termos associados foi se confundindo e se configurando como complementação de escolarização (FRIEDRICH *et al.*, 2010).

A educação de jovens e adultos relaciona-se com vários temas, entre eles: pobreza e desigualdades, organizações não governamentais, comunicação e informação, mudanças climáticas, migrações (refugiados e imigrantes em situação “irregular”), interculturalidade, empregabilidade e sobrevivência, economia solidária e, certamente, a educação como direito humano, como “direito à educação emancipadora”, como defende o Fórum Mundial de Educação (DEFOURNY, 2009).

A educação de jovens e adultos é o espaço da diversidade e das múltiplas vivências, das relações intergeracionais, do diálogo entre saberes e culturas. Ao lado da diversidade, está também a desigualdade, que atinge a todos, sobretudo num país injusto como o nosso: negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços, homens, mulheres, jovens, adultos, idosos, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, agricultores, pantaneiros, camponeses, sem terras, sem tetos, sem empregos, das periferias urbanas e dos campos. A diversidade pode ser considerada como uma grande riqueza, mas a desigualdade social e econômica é a nossa pobreza maior. O mapa do analfabetismo é o mesmo mapa da pobreza, no qual falta tudo, não só o acesso à educação. Por isso, a luta pelo direito à educação não está separada da luta pelos demais direitos. E não basta oferecer apenas um programa de educação de

adultos. É preciso oferecer condições de aprendizagem, transporte, locais adequados, materiais apropriados, muita convivência e também bolsas de estudo. Há, em nosso país, muitas bolsas de estudo para pós-graduados que se dedicam, exclusivamente, aos estudos, e nenhum auxílio para os analfabetos que precisam trabalhar para se sustentar e enfrentam as piores condições de estudo (GADOTTI, 2013).

Crianças, jovens e adultos podem aprender juntos muitas coisas. A idade não é o único critério para organizar as aprendizagens. Todos aprendem juntos, “mediados pelo mundo”, dizia Paulo Freire (GADOTTI, 2013). Não devemos estabelecer limites entre o escolar, o não escolar, o formal, o informal e o não formal. Devemos criar comunidades de aprendizagem nas quais todos aprendem juntos, independentemente da idade, sem segmentação, mas articuladamente. Trata-se de aprender para a vida e para o bem viver.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

O capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que existe a tendência a torná-lo como natural ou normal, o que significa que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos: cada produto deve ser vendido em numerosos locais, cada emprego deve ser disputado por numerosos pretendentes, cada vaga na universidade deve ser disputada por numerosos concluintes e assim por diante. Em oposição ao modelo de economia capitalista, que visa à competitividade e, conseqüentemente, às desigualdades, surge um novo paradigma de economia, a economia solidária, que, segundo Singer (2002):

É como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão,

ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente, de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se são pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo mundo faz o que precisa.

Conforme a concepção do Ministério do Trabalho brasileiro, a economia solidária ressurgiu como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho no final do século passado. Nas três últimas décadas, as relações capitalistas de trabalho foram fragilizadas pelas mudanças estruturais, econômicas e sociais que ocorreram. Numa conjuntura de desemprego, informalidade e precarização das relações formais, os trabalhadores, para garantir sua sobrevivência, passaram a sujeitar-se a ocupações que implicavam abdicar de seus direitos sociais (GAIGER, 1999).

A economia solidária se refere ao conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. Esse conceito refere-se à situação em que os membros das organizações participam efetivamente da autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, dentre outros requisitos. Por isso, os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação (RAZETO, 1993). Além da autogestão, a economia solidária tem como fundamento a cooperação, entendida como a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços.

Uma das características promissoras da economia solidária reside na possibilidade de superar o padrão de subordinação e de vulnerabilidade das formas típicas de economia dos setores populares, como a informalidade, as ocupações por conta própria, as microempresas

e a agricultura familiar. Para cumprir essa expectativa, é necessário vencer questões e tarefas propriamente econômicas, cuja identificação e análise, todavia, vêm deparando-se com um paradoxo: por um lado, existe um reconhecimento cada vez maior do papel das pequenas unidades econômicas como fontes de trabalho e como elementos dinâmicos do desenvolvimento. O empreendedorismo já não é visto como um traço peculiar típico das grandes empresas, inclusive no que se relaciona à capacidade de inovação, que estaria crescendo em empresas menores desde o pós-guerra. Por outro lado, os arranjos autônomos e associativos de produção de bens e serviços, como aqueles que se alinham sob a economia solidária, têm merecido uma atenção inexpressiva. Salvo exceções muito recentes, ficam relegados a uma posição secundária e subalterna nas políticas voltadas ao empreendedorismo de pequeno porte. Geralmente, as iniciativas de apoio a esse campo ou se restringem às organizações maiores, notoriamente as grandes e médias cooperativas, ou desconsideram as especificidades essenciais dos empreendimentos associativos e os tratam como as empresas convencionais de capital privado.

É uma enganação pensar que as relações internas dentro de uma comunidade estão suspensas das determinações do capitalismo e que a economia solidária poderia forjar, de forma independente, um tipo de racionalidade peculiar. Para superar a ideologia capitalista e fazer submergir qualidades autenticamente humanas, é preciso um movimento que abarque a totalidade social e que não se restrinja à comunidade, isto é, que não se limite à posição de que a “racionalidade assenta na comunidade de trabalho [...], a qual funda-se em vínculos de reciprocidade, que diluem as eventualmente rígidas fronteiras entre interesses individuais e coletivos” (VERONESE; GUARESHI, 2005). Por meio dessa análise, identifica-se nas teses da economia solidária um elevado grau de voluntarismo que, por sua vez, pode ser relacionado diretamente com uma posição filosófica idealista. Essa perspectiva relega a apreensão da totalidade social em prol de aspectos

avulsos: o “idealismo subjetivo, a partir da chamada à prioridade desta ou daquela atitude em face da realidade, cria mundos especialíssimos, isolados um do outro; esta criação aparece com particular evidência” (LUKÁCS, 2003). Com a vigência desse recurso, a perspectiva de universalidade é desmerecida e o que resulta da análise teórica da realidade são representações falsas ou distorcidas.

A diferença competitiva entre as empresas capitalistas e as organizações da economia solidária poderia ser suprimida, nesse sentido, pela aderência de sentimentos que conduzissem a processos motivacionais de trabalho. Seria a partir do melhor aproveitamento dessas qualidades subjetivas potencialmente presentes nesses tipos de organizações que a economia solidária se utilizaria de importantes recursos típicos da fase atual do capitalismo. Tais empreendimentos encontram potencialmente no trabalho coletivo e na motivação dos trabalhadores que os compõem uma importante fonte de competitividade reconhecida no capitalismo contemporâneo (TAUILLE; DEBACO, 2002).

De acordo com Wellen (2008), podem-se problematizar algumas premissas sobre a economia solidária a partir de dois movimentos centrais: a transmutação do valor de troca em solidariedade e a transformação de qualidades solidárias em mercadorias. O primeiro ponto remete ao fato de a economia solidária preconizar o uso do capital como uma escolha individual, promovendo uma visão mistificadora da atual fase do capitalismo. Nesta perspectiva, as vontades das pessoas são tratadas como independentes das determinações do capital, apelando-se para que façam uso solidário do seu capital particular e ampliem, dessa forma, o projeto em questão. Posteriormente, com base em leitura crítica da tese de que essas organizações dispõem de autênticas qualidades subjetivas e que estas representam vantagens competitivas frente às empresas capitalistas, aponta-se para a mistificação do uso da solidariedade como diferencial competitivo. Essas posturas são tratadas como formas ideológicas e enganosas que servem para intensificar processos de alienação humana.

MICROCRÉDITO

Em todo o mundo, as civilizações enfrentam problemas decorrentes da má distribuição de renda, gerando pobreza e desigualdades sociais, em que as pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza são invisíveis diante da sociedade (ROMÃO, 1982). A percepção da pobreza como conceito relativo é uma abordagem de cunho macroeconômico, assim como o conceito de pobreza absoluta. A pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade, que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Diante disso, surge a busca por modelos econômicos mais sociais e igualitários, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos menos favorecidos.

O modelo de microcrédito implantado pelo Grameen Bank na Índia (YUNUS, 2006) foi adotado em vários países, inclusive no Brasil, com o objetivo de erradicar a pobreza, facilitando a linha de crédito para empreendimentos formais e informais, através de grupos solidários, ou seja, pessoas que se unem voluntariamente assumindo responsabilidade igualitária pelas prestações do crédito solicitado.

Não existe consenso, na literatura específica, sobre os conceitos de microfinanças e microcrédito. Usualmente, define-se microfinanças como a oferta de serviços financeiros (crédito produtivo, crédito para consumo, poupança, seguro, etc.) para a população de baixa renda, que normalmente não tem acesso a esses serviços pelo sistema financeiro tradicional (BNDES, 2002; CGAP, 2016). Já Bouman (1989) trata microfinanças como pequenos empréstimos, com as parcelas pagas em curto espaço de tempo, destinados essencialmente à população pobre, que possui pouquíssimos ativos para oferecer como colateral (garantia). Já o microcrédito pode ser definido como todos os serviços financeiros para microempreendedores, excluindo-se o crédito para consumo. O

Microcredit Summit (CGAP, 2016) o define como pequenos empréstimos à população muito pobre, para trabalhar por conta própria, permitindo gerar renda para seu sustento e de suas famílias. Já o microcrédito produtivo orientado é um crédito produtivo popular, com foco no financiamento a microempreendedores de baixa renda, para aplicação em sua atividade profissional (ALVES; SOARES, 2004).

Em termos gerais, o microcrédito produtivo orientado é um crédito especializado para um determinado segmento da economia: os micros e pequenos empreendimentos, formais e informais. Destina-se a negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda, e não se destina a financiar o consumo (ALVES; SOARES, 2004). Dessa maneira, o acesso a essa modalidade de crédito torna-se uma oportunidade para o desenvolvimento dos pequenos negócios, levando a uma melhoria da capacidade de consumo da unidade familiar por meio da geração de renda (CHIAVENATO, 1999).

O CrediAMIGO faz parte do Crescer-Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal-uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre. Criado em 1998, o CrediAMIGO fez do Banco do Nordeste o primeiro banco público do Brasil a ter um modelo de atuação voltado exclusivamente para o microcrédito. O Programa é operacionalizado pelo Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e tem o objetivo de facilitar o acesso ao crédito a milhares de empreendedores pertencentes ao setor formal ou informal, que desenvolvem atividades relacionadas a produção, comercialização de bens e prestação de serviços (SOARES *et al.*, 2011). O programa estimula a formação de grupos solidários, nos quais todos respondem pelo crédito, sendo cada empreendedor avalista do outro. E quem escolhe os componentes do grupo são os próprios empreendedores. Quem preferir não participar do grupo pode também solicitar o crédito de forma individual.

A metodologia do aval solidário consolidou o CrediAMIGO como o maior programa de microcrédito do país, garantindo a mi-

lhares de empreendedores o fortalecimento de sua atividade e a melhoria da qualidade de vida da família. Desse modo, o programa CrediAMIGO tem como missão contribuir para o desenvolvimento do setor microempresarial mediante a oferta de serviços financeiros e de orientação empresarial, de forma sustentável, oportuna e de fácil acesso, assegurando novas oportunidades de ocupação e renda no Brasil, sendo seus princípios a ética, a confiança, a inovação, a responsabilidade social, a superação, a união e a transparência (SOARES *et al.*, 2011).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

LOCALIZAÇÃO E PÚBLICO ALVO DA PESQUISA

O estudo foi realizado com grupos solidários, que acessam o microcrédito do CrediAMIGO – Banco do Nordeste, em Picuí-PB, oriundos das cidades paraibanas de Picuí, Frei Martinho e Barra de Santa Rosa. O município de Picuí e Frei Martinho estão localizados na microrregião do Seridó Oriental Paraibano. Já o município de Barra de Santa Rosa situa-se na microrregião do Curimataú Ocidental.

Foram utilizados questionários para conhecer o perfil socioeconômico e o grau de escolaridade destes grupos de crédito, bem como as finalidades de uso destes recursos financeiros.

NATUREZA DA PESQUISA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, através da leitura e avaliação de artigos, sites da internet, revistas eletrônicas, etc., dessa forma, sendo possível ampliar os conhecimentos sobre educação de jovens e adultos, economia solidária e microcrédito. Também foi realizada uma pesquisa de campo com

características qualitativas e quantitativas com base em questionário semiestruturado, aplicado a 40 clientes do CrediAMIGO.

Segundo Gil (1999), o questionário é a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.

ASPECTOS DISCURSIVOS

Uma das novidades promissoras da economia solidária reside em suas possibilidades de superar o padrão de subordinação e de vulnerabilidade das formas típicas de economia dos setores populares, como a informalidade, as ocupações por conta própria, as microempresas e a agricultura familiar; e o microcrédito pode facilitar o ingresso das famílias neste tipo de economia. A entrevista, por meio de um questionário estruturado, possibilitou uma caracterização do público que procura o microcrédito, sua escolarização e as finalidades de uso destes recursos financeiros.

Entre os dias 02 de dezembro de 2016 e 23 de janeiro de 2017, foram aplicados questionários com 10 grupos solidários que acessam o microcrédito do CrediAMIGO/Banco do Nordeste na cidade de Picuí, Paraíba. Cada grupo era composto de quatro integrantes, tendo-se ao total 40 pessoas entrevistadas, sendo elas homens e mulheres. Em cada reunião no decorrer da aplicação dos questionários, foi feita uma explanação sobre o conceito de aval solidário e a importância da economia solidária.

Dos 40 entrevistados, 29 eram do sexo feminino e 11 do sexo masculino, sendo suas idades entre 23 e 65 anos. Há evidências de que os empreendimentos geralmente são criados por mulheres, com o objetivo de complemento de renda, além de que se constata que a elevada média de idade dos clientes do microcrédito pode ter relação com

as transformações ocorridas na economia brasileira nos últimos anos, resultando em uma reestruturação produtiva e organizacional capaz de causar precariedade nas relações de trabalho e crescente dificuldade de recolocação das pessoas desempregadas. Devido à desigualdade de gênero presente no mundo, em que, de cada 10 dos mais pobres, 6 são do sexo feminino e que elas ainda representam 2/3 dos analfabetos (AGÉNOR; CANUTO, 2013), pode-se afirmar que as mulheres, relativamente, constituem o gênero que mais busca oportunidade para sua família superar a pobreza e a fome (YUNUS, 2006).

A pesquisadora Walquiria Rego (2010, p. 7) explica que “as mulheres no mundo inteiro chegaram ao mundo dos direitos e da cidadania muito tardiamente”. Este fato elucidada a desigualdade de gênero observada acima. Como uma tentativa de reverter o quadro, muitos programas de microcrédito foram introduzidos com foco nas mulheres, como exemplo do próprio Banco Grameen e o programa CrediAMIGO do Banco do Nordeste do Brasil.

Em relação à sua escolaridade: 05 eram analfabetos, não sabiam ler, nunca frequentaram a escola, mas sabiam assinar o nome; 18 não concluíram o ensino fundamental; 08 concluíram o ensino fundamental, mas não deram continuidade para o ensino médio; e 09 concluíram o ensino médio (Gráfico 1).

GRÁFICO 1. ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Conforme os dados apresentados no Gráfico 1, verifica-se que os empreendedores apresentaram um baixo nível de escolaridade, pois 76% não terminaram o ensino médio. De acordo com estudo realizado por Benevides (2002), a escolaridade dos empreendedores é um dos fatores que têm influência no sucesso ou fracasso de seus negócios. A baixa escolaridade e o acesso ao microcrédito são um reflexo de que a fonte de renda da maioria é provida de uma atividade empreendedora, tendo em vista que a falta de escolaridade inviabilizou o acesso ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, o acesso a créditos em instituições financeiras convencionais.

Os entrevistados conheceram o CrediAMIGO através de pessoas conhecidas que já haviam acessado a linha de crédito. Nessa distribuição dos clientes por setor de atividade econômica, destaca-se a atividade de comércio, o que pode ser justificado pelo fato de os empreendimentos serem de pequeno porte, já que este segmento exige menos investimentos, menos qualificação em relação ao setor de serviços e menor estrutura física, bem como podem ser administrados na própria residência do empreendedor. Para 25 entrevistados, o CrediAMIGO tem representado uma alternativa para tirá-los do sufoco em momentos em que estão endividados, com contas em atraso no supermercado, cartão de crédito, parcelas em lojas de móveis, entre outros. Oito entrevistados responderam que o crédito é investido totalmente na atividade comercial, ou seja, como capital de giro; já sete entrevistados responderam que investem uma parte do crédito em capital de giro; e outra parte paga contas diversas.

Com relação ao acesso ao crédito em outras instituições financeiras: 12 entrevistados possuem empréstimos (CDC ou consignados) em outros bancos; 20 tentaram acessar crédito em outras instituições, mas não conseguiram, pois consideraram burocrático; apenas 8 nunca procuraram outros bancos. Sendo assim, pode-se verificar que o acesso ao crédito em instituições convencionais, pelo arcabouço burocrático que as rege e pela modalidade de garantias estabelecidas,

tem sido inviabilizado para os microempreendedores, em parte por não conseguirem atender a essas exigências.

Martins (2002) argumenta ser o acesso ao microcrédito um direito essencial dos cidadãos brasileiros. Para fundamentar seu argumento, cita que a Constituição Federal do Brasil estabelece, como um dos pressupostos do Estado de Direito no país, o combate a toda sorte de exclusão social e a garantia de insumos materiais e direitos (subjctivos) a todo indivíduo. Ele argumenta que:

O acesso ao crédito, da mesma forma que o acesso ao meio de telecomunicação, se não se configuram imediatamente como um dos direitos ptreos, são parcelas essenciais da existência daqueles. É uma das fronteiras que, se não forem transpostas, impedirão ao indivíduo e à sociedade como um todo o gozo de seus direitos fundamentais, a garantia da constituição e a manutenção de um “patrimônio cidadão mínimo”. (MARTINS, 2002).

A metodologia do aval solidário é entendida pelos entrevistados como sendo a formação de um grupo de, no mínimo, três pessoas com pequenas atividades comerciais, que necessitam de capital de giro e confiam umas nas outras, tendo em vista que assumirão responsabilidades pelos créditos de todo o grupo. Apesar da ciência com relação à metodologia do crédito, eles alegam que, em caso de um componente do grupo não cumprir com o pagamento das parcelas, não pretendem cobrir dívida de terceiros.

Ao se tratar de economia solidária: 32 entrevistados (80%) acreditam que o microcrédito do CrediAMIGO é uma economia solidária porque permite o acesso ao crédito de forma desburocratizada, que a solidariedade é o fator primordial para a formação dos grupos, pois os membros são escolhidos de forma democrática; 8 entrevistados (20%) acreditam que o CrediAMIGO não tem nada de economia

solidária, sendo apenas um empréstimo como outro, no qual quanto mais pessoas acessam mais lucro é gerado para o banco.

Acredita-se que o microcrédito do CrediAMIGO tem fortes características de uma prática de economia solidária, pois ganha espaço no combate à desigualdade social a partir do momento em que homens e mulheres com baixa escolaridade têm acesso a um crédito desburocratizado, caracterizando-se como uma inclusão socioeconômica. Essa economia é organizada de forma democrática, pois os grupos solidários são formados pelos próprios componentes em um processo auto seletivo. Os grupos solidários são formados por pessoas que geralmente não se inseriram no mercado de trabalho, pois não atendiam as exigências de qualificação do modelo capitalista. Tais cidadãos enxergam o microcrédito como uma alternativa de geração de renda e sobrevivência, pois a finalidade do microcrédito do CrediAMIGO é propiciar o capital de giro para ser aplicado/investido em uma atividade empreendedora que possa trazer rentabilidade apesar de alguns clientes desviarem o crédito para finalidades inadequadas, como pagar contas.

De acordo com a II Conferência Nacional de Economia Solidária, no documento intitulado de *Moções*:

Há tempos o desemprego deixou de ser um problema econômico para se tornar um dos mais urgentes e graves problemas sociais. Diante desse quadro, desenvolveu-se um recente e complexo movimento social: a economia solidária. Fruto da organização de trabalhadores na construção de novas relações econômicas e sociais que, por meio de iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Segundo o levantamento do Sistema Nacional de Economia Solidária, realizado em 2007, os empreendimentos solidários ligados à economia solidária perfazem o total de 21.859, com mais de um milhão de trabalhadores envolvidos. (...) (CONAES, 2010, p. 10).

Neste contexto, a economia solidária aparece como uma alternativa viável, que surge como contrapartida ao capitalismo vigente, buscando diminuir a exclusão social e a miséria que assolam as diversas regiões do país e do mundo.

De acordo com a I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006, e que teve como tema “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”, a economia solidária foi caracterizada da seguinte forma:

A economia solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúcida e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital. Esta prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, a preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e a responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. (CONAES, 2006, p. 02).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geração de emprego e renda tem sido uma dificuldade por parte de instituições governamentais e da sociedade civil organizada em várias regiões do Brasil, e as causas explicitadas gravitam em torno de questões como distribuição de renda desproporcional, limitações quanto à formação educacional da população, entre outros motivos que historicamente vêm sendo discutidos. É fato que os efeitos das

dificuldades em torno do acesso à renda têm mobilizado o governo federal brasileiro. Entre estas iniciativas, tem-se a oferta do microcrédito através do Banco do Nordeste, no programa CrediAMIGO, que representa uma oportunidade justamente para a população de baixa escolaridade, tendo em vista a facilidade e ampliação do acesso ao crédito de forma desburocratizada, e reflete a inclusão social e geração de renda e trabalho.

De acordo com a pesquisa, pode-se verificar que o microcrédito e a economia solidária têm um papel muito importante para o desenvolvimento regional, ganhando espaço prioritário para atingir as necessidades e carências de empregos, podendo gerar um desenvolvimento que eleva a qualidade de vida da população local e permitindo acesso a serviços para a satisfação das demandas básicas.

Através das respostas ao questionário, percebem-se as mudanças ocorridas nos relacionamentos, no aumento da autoestima, no desenvolvimento de potencialidades latentes e dinamismos, mesmo que o acesso ao dinheiro se dê, sobretudo, por homens e mulheres empobrecidos e com grande índice de analfabetismo e baixa escolaridade. O aumento da autoestima é um dos impactos observados na relação desses sujeitos, como também o direito de maior cidadania dessa população, antes marginalizada por um modelo excludente de acesso a crédito.

REFERÊNCIAS

AGÉNOR, P. R.; CANUTO, O. *Gender Equality and Economic Growth in Brazil*. Washington: Banco Mundial, 2013.

ARROYO, M. G. *Educação como exercício de diversidade*. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. Brasília: UNESCO/MEC/ANPED, 2007.

BARONE, F. M.; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 6, 2008.

BENEVIDES, S. *Empreendedorismo: assim se faz o futuro*. Brasília: Rumos, 2002.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. BNDES. Microcrédito: avaliação da eficiência de instituições microfinanceiras. *Informe*, n. 43, Rio de Janeiro, 2002.

BOUMAN, F. J. A. *Small, short and unsecured: informal rural finance in India*. New Delhi: Oxford University Press, 1989.

CHIAVENATO, I. *Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. CONAES. *Documento Final*. 01, Brasília, 2006. 26p.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. CONAES. *Documento Final*. 02, Brasília, 2010. 19p.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE – Eletrônica*, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.

CURY, C. R. J.; BAIA HORTA, J. S.; FÁVERO, O. A relação educação – sociedade – estado pela mediação jurídico constitucional. In: FÁVERO, O. (org.). *A educação nas constituintes Brasileiras 1823-1988*. 2. ed. São Paulo. Autores Associados, 2001.

DEFOURNY, V. Valorizar a educação de jovens e adultos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 3, 22 de março de 2009.

FRIEDRICH, M.; BENITE, A. M. C.; BENITE, C. R. M.; PEREIRA, V. S. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. *Ensaio – Avaliação de Políticas Públicas de Educação*, v. 18, n. 67, p. 389-410, 2010.

GADOTTI, M. Educação de adultos como direito humano. *EJA em Debate*, p. 12-29, 2013.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1999.

GUTIERREZ, F. *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARTINS, P. H. *A regulamentação da área de microfinanças*. 2002. Disponível em: http://www.rits.org.br/legislacao_teste/lg_testes/lg_tmtes_abril2002.cfm. Acesso em: 01 fev. 2017.

NERI, M. C.; MEDRADO, A. L. Experimentando Microcrédito: uma análise do impacto do CrediAMIGO sobre acesso a crédito. *Ensaio Econômico*, n. 608, 2005.

OLIVEIRA, M. K. *Educação como exercício de diversidade*. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. Brasília: UNESCO/MEC/ANPED, 2007.

PAIVA, J. *Educação de Jovens e Adultos: concepções e sentidos*. Niterói: Editora da UFF, 2005.

RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. *Proposta*, v. 75, p. 91-99, 1997.

REGO, W. D. L. Política de Cidadania no Governo Lula. Ações de Transferência Estatal de Renda: o caso do Programa Bolsa Família. *Temas y Debates*, n. 20, p. 141-155, 2010.

ROMÃO, M. E. C. Considerações sobre o conceito de pobreza. *Revista Brasileira de Economia*, v. 36, n. 4, p. 355-370, 1982.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A Economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOARES, R. B.; BARRETO, F. A.; AZEVEDO, M. T. Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito: o caso dos clientes do CrediAMIGO. *Estudos Econômicos*, v. 41, n. 1, 2011.

TAUILLE, J. R.; DEBACO, E. S. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. *VVAA. Economia Solidária*, v. 1, 2002.

VERONESE, M. V.; GUARESHI, P. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil parca da psicologia social crítica. *Revista Psicologia e Sociedade*, v. 17, n. 2, p. 58-69, 2005.

WELLEN, H. A. R. Contribuição à crítica da economia solidária. *Revista Katálysis*, v. 11, n. 1, p. 105-115, 2008.

YUNUS, M. *O Banqueiro dos Pobres*. São Paulo: Ática, 2006.

UMA REFLEXÃO SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA À LUZ DE JOVENS AMBIENTALISTAS

FRANCISCA MARLY GOMES DE AZEVEDO

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA SANTOS

APRESENTAÇÃO

No mundo capitalista contemporâneo, vive-se uma forte instabilidade no mercado de trabalho, no qual os vínculos e a formação de identidades a partir do trabalho são um processo cada vez mais raro. A economia solidária surge em vários países como uma alternativa ao desemprego e às novas formas de organização social com características não capitalistas, apesar de estarem inseridas no sistema. A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e como uma resposta a favor da inclusão social.

O presente capítulo analisa as particularidades do movimento da economia solidária sob a égide do programa Jovens Ambientalistas. Desse modo, buscou-se caracterizar esse movimento no município de Picuí-PB, tomando especialmente como locus de desenvolvimento da política o âmbito institucional do programa Jovens Ambientalistas, destacando os avanços e desafios, bem como problematizando alguns aspectos teórico-práticos presentes em sua materialização, os quais se relacionam com a eficiência e eficácia do movimento no campo socioassistencial. Assim, através da apropriação crítica do objeto, foi possível apontar alguns elementos que atravessam o movimento de economia solidária no município de Picuí-PB, enquanto sua aproximação com a política social, no sentido de problematizar a insti-

tucionalização das ações, as dificuldades do processo de autogestão e o fomento ou engessamento do potencial político organizativo do programa. A socialização dos saberes dos jovens que se engajam na área ambiental é marcada por questões que interceptam o encontro entre a temática juventude e o meio ambiente como identidade e projeto de vida na formação desses jovens.

ASPECTOS TEÓRICOS

Pensar em economia solidária significa pensar em outra economia oriunda da sociedade civil e dos meios populares, que está acontecendo em diversas partes do mundo, através de iniciativas associativistas e cooperativistas. Estas iniciativas, a depender do contexto em que se situam e de seus objetivos, assumem diferentes configurações, seja atuando em interface direta com o mercado, firmando parcerias com o poder público, seja utilizando formas de reciprocidade, ou ainda, como lhe é mais característico, fazendo uma mistura dessas diferentes configurações (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Diante da perspectiva acima apresentada, tem surgido a ideia de que a solução para aliviar parte desses problemas não se resume à busca por emprego, mas por ocupação. É possível que, de forma alternativa, os trabalhadores se organizem por uma via autônoma e solidária em prol de um objetivo comum, como as iniciativas da economia solidária, capazes de melhorar as condições de vida da população envolvida. No entanto, o objetivo da economia solidária não se restringe a gerar oportunidades de trabalho e renda. Trata-se de constituir novas relações sociais, baseadas nos valores de solidariedade e cooperação, que favorecem a participação dos cidadãos na sociedade em que estão inseridos.

A presente pesquisa analisa as características do movimento da economia solidária sob a perspectiva do programa Jovens Ambien-

listas, tendo por base a vinculação no município de Picuí-PB. Dessa maneira, buscou-se caracterizar esse movimento no município de Picuí/PB tomando especialmente como locus de desenvolvimento da política o âmbito institucional desse programa, destacando os avanços e desafios, bem como problematizando alguns aspectos teórico-práticos, os quais se relacionam com a eficiência e a eficácia do movimento no campo socioassistencial.

A educação de jovens e adultos (EJA) tende a configurar-se, cada vez mais, como um projeto de educação popular dos jovens e adultos jogados à margem da sociedade. Daí, pode-se tirar uma conclusão: a EJA continua tendo sentido enquanto política afirmativa desse coletivo cada vez mais vulnerável, em tempos em que essa configuração dos jovens e adultos em vez de se diluir está se demarcando cada vez com mais força, pois a EJA tem de assumir-se como uma política afirmativa com uma marca e direção específica. Ou seja, deve-se pesquisar mais sobre essa configuração social e cultural dos jovens e adultos populares com os quais trabalhamos e convivemos em sociedade. Os últimos dez anos foram anos de polarização: anos de distanciamento desses jovens e adultos ainda mais do que já estão distanciados, ou segregados, de um projeto nacional de integração, de participação no trabalho, na riqueza, na cultura e no conhecimento.

A educação como formação permanente tem a função de atender aos processos históricos humanos, urge então que ampliemos nosso pensamento para além do sistema escolar de ensino, incluindo a educação ambiental na gestão pública, e pode ser que assim consigamos transformá-lo. Aqueles que geram os problemas ambientais, na maioria das vezes, não são os mesmos que sofrem com eles: no caso dos pescadores, isso é fácil visualizar. Diante dessa realidade, a educação ambiental precisa estar aliada às práticas transformadoras que desenvolvem processos emancipatórios nos moldes de Freire (2001). Importante salientar seus princípios de transversalidade, que podem

ser um suporte na mediação com o conhecimento tradicional da categoria de jovens ambientalistas de Picuí, na Paraíba.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho consiste em promover o envolvimento dos alunos do programa Jovens Ambientalistas do município de Picuí-PB, a fim de desenvolver um diagnóstico educacional que proporcione conceitos básicos do meio ambiente e suas perspectivas para uma economia solidária.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

A temática da economia solidária tem conquistado visibilidade cada vez maior nos últimos anos. Milton Santos (NASCIMENTO, 2000) já se referia a algo que ele chamou de pequenos circuitos econômicos urbanos, que se desenvolviam em locais com algum grau de desenvolvimento em capital social. Com o tempo, verificou-se o crescimento desse fenômeno, muitas vezes intrinsecamente ligado à escassez enfrentada em certa região.

É de crescente aceitação que a economia solidária caracteriza um sistema econômico—ou modo de produção diverso, ou seja, nele se produzem, distribuem e consomem riquezas de maneira diferente das do capitalismo. Apesar de a expressão economia solidária ter sido criada no Brasil, trata-se de um movimento que ocorre no mundo todo e diz respeito à produção, ao consumo e à distribuição de riqueza com foco na valorização do ser humano. A sua base são os empreendimentos coletivos (associações, cooperativas, grupos informais e sociedades mercantis) (FOGUEL, 2014).

Mas, desde uma visão intercultural, pode-se afirmar que práticas econômicas fundamentadas em princípios de solidariedade existiram em todos os continentes—e muito antes da Revolução Industrial. Práticas solidárias milenares no campo econômico foram reconhecidas e têm sido estudadas no miolo das diferentes culturas como elementos

fundamentais da agregação e coexistência de comunidades humanas. Portanto, identificar a economia solidária apenas com as vertentes do movimento operário europeu seria um equívoco. A economia solidária é um modo específico de organização de atividades econômicas, caracterizada pela autogestão, ou seja, pela autonomia de cada unidade ou empreendimento, e pela igualdade entre os seus membros (CATTANI, 2003).

Algumas características contribuem para o desenvolvimento de uma economia solidária, visto que desemprego, desigualdade e exploração são atributos inexistentes dentro de um contexto solidário, ou seja, todas as partes se desenvolvem positivamente nesse modelo. Essa filosofia estrutural promove uma relação inversa ao capitalismo, pois o caráter humano e a união prevalecem perante outras virtudes, porém não excluindo o objetivo financeiro inicial, estipulado pelo capital.

Existem diferentes autores que se dedicam à conceituação da economia solidária, sendo que os principais são Paul Singer e Euclides Mance. Singer (1998, p. 49) propõe que a economia solidária seja uma estratégia possível de luta contra as desigualdades sociais e o desemprego:

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a Economia Solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente....

Já de acordo com Mance (1999), o conceito vai além e agrega a noção não apenas de geração de postos de trabalho, mas sim de uma colaboração solidária que visa à construção de sociedades pós-capitalistas, em que se garanta o bem-viver de todas as pessoas:

Ao considerarmos a colaboração solidária como um trabalho e consumo compartilhados, cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se o máximo possível o exercício concreto da liberdade pessoal e pública, introduzimos no cerne desta definição o exercício humano da liberdade.

básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho.

A economia solidária é o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade (SINGER, 2002). Tolerar ou mesmo estimular a formação de empreendimentos alternativos aos padrões capitalistas normalmente aceitos, tais como cooperativas autogeridas, é, objetivamente falando, uma forma de reduzir o passivo corrente que se materializa em ondas crescentes de desemprego e falências. Tais empreendimentos encontram potencialmente no trabalho coletivo e na motivação dos trabalhadores que os compõem uma importante fonte de competitividade reconhecida no capitalismo contemporâneo. Enquanto no conjunto de técnicas de produção industrial a competitividade é obtida através das economias de escala e de uma crescente divisão e alienação do trabalho, associadas a linhas produtivas rígidas – automatizadas ou não –, na nova base técnica que está se configurando, uma importante fonte de eficiência é a flexibilização (SINGER, 2005).

No capitalismo, o trabalhador é separado dos meios de produção, que anteriormente controlava. Segundo Singer (2002):

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecida na base do capitalismo. [...] A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade

A economia solidária, então, apresenta-se como uma reconciliação do trabalhador com os meios de produção e fornece, de acordo com Gaiger (2004), uma experiência profissional fundamentada na equidade e na dignidade, na qual ocorre um enriquecimento do ponto de vista cognitivo e humano. Com as pessoas mais motivadas, a divisão dos benefícios definida por todos os associados e a solidariedade, o interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do empreendimento estimula maior empenho com o aprimoramento do processo produtivo, a eliminação de desperdícios e tempos ociosos, a qualidade do produto ou dos serviços, além de inibir o abstencionismo e a negligência.

Segundo Singer (2000), “o único jeito de construirmos uma sociedade socialista, que mereça o nome e não seja meramente uma pretensão ou bandeira, é pela via democrática. Os valores da democracia são os valores do socialismo. É a igualdade, o respeito ao outro. E a economia solidária pretende ser democrática. Mas isto é um aprendizado”.

A economia solidária, conforme Wautier (2004), é orientada do ponto de vista sociológico e “acentua a noção de projeto, de desenvolvimento local e de pluralidade das formas de atividade econômica, visando à utilidade pública, sob a forma de serviços diversos, destinados, principalmente, mas não exclusivamente, à população carente ou excluída”. Pode-se dizer também que é fundamentada em relações nas quais as práticas de solidariedade e reciprocidade não são utilizadas como meros dispositivos compensatórios, mas como fatores determinantes na realidade da produção da vida material e social.

A economia solidária significa uma revalorização da criatividade e o envolvimento com formas de sobrevivência e de relações sociais solidárias diferentes das relações de mercado capitalista e relações

assistencialistas e tecnicistas. A origem desta perspectiva advém de pequenas iniciativas associadas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas por meio da solidariedade, da cooperação, do diálogo e da busca por caminhos alternativos e sustentáveis.

A economia solidária nasce dentro deste princípio fundamental e hoje há inúmeras organizações ligadas a igrejas, sindicatos, movimentos sociais, ONGs e universidades, que tentam aproximar esses dois elos: economia e solidariedade. Organizações estas, cada uma com características, potencialidades, metodologias e limitações próprias, buscam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e participativa ao investirem seus esforços e recursos em empreendimentos de economia solidária, de geração de trabalho e renda, com o uso de tecnologias simples e efetivas. Singer (2000) alerta que devemos pensar a economia solidária numa comunidade inteira e não somente em pequenos grupos isolados, pois esta não é uma ação individualizada, mas sim coletiva, mediante processos contínuos de desenvolvimento local, comunitário, solidário e democrático.

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda, bem como uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizados sob a forma de autogestão (RAZETO, 1997).

No Brasil, o movimento de economia solidária tem crescido de maneira muito rápida. Esse crescimento no contexto brasileiro se deve a fatores variados, entre os quais vale destacar a resistência de trabalhadoras e trabalhadores à crescente exclusão, ao desemprego urbano

e à desocupação rural, resultantes da expansão agressiva dos efeitos negativos da globalização da produção capitalista. Tal resistência se manifesta primeiramente como luta pela sobrevivência, na conformação de um mercado informal crescente, em que brotam iniciativas de economia popular, tais como a atuação de camelôs, flanelinhas, vendedores ambulantes, etc., normalmente de caráter individual ou familiar. Com a articulação de diversos atores, essa resistência também se manifesta na forma de iniciativas associativas e solidárias voltadas também à reprodução da vida, mas que vão, além disso, apontando para alternativas estruturais de organização da economia, baseada em valores como ética, equidade e solidariedade, e não mais no lucro e acúmulo indiscriminado (SINGER, 2000).

De forma geral, a economia solidária não é uma alternativa somente para os pobres e excluídos, mas proporciona avanços em diversos domínios e contextos, envolvendo de maneira responsável amplos segmentos da sociedade. Essa nova economia se propõe a recuperar socialmente o que o progresso tecnológico proporcionou e excluiu em determinadas situações (CATTANI, 2003). No entendimento de Singer (2002, p. 10):

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Tratando-se da economia solidária como uma alternativa à precarização do emprego pela necessidade de se relacionar com o mercado, no qual se vendem e compram seus produtos, ela transforma

esta precarização numa relação em que todos ganham (SINGER, 2005). Desse modo, os lucros que são reconhecidos como sobras destinam-se a todos, sendo esse fator a negação da possibilidade de haver uma classe que viva apenas de rendimentos de seu capital, sem tomar parte do trabalho.

Nascimento (2000) percebe que a economia solidária compreende uma variedade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Trata-se de uma forma de organização da produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital, caracterizada pela igualdade.

A economia solidária é uma alternativa inovadora na geração de trabalho e na inclusão social, na forma de uma corrente do bem que integra quem produz, quem vende, quem troca e quem compra. Seus princípios são autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário. Para Singer (2002), a economia solidária é um modo de produção “cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito liberdade individual”. Na empresa capitalista, os salários são desiguais: diretores ganham mais do que os gerentes e estes mais do que técnicos e vendedores, diferente do que ocorre na empresa solidária, em que os sócios não recebem salários. Pode-se afirmar que a economia solidária surge com o objetivo de contribuir e atribuir esperanças aos seres humanos e integrá-los socialmente. Também conhecida como a economia justa, é uma alternativa de participação popular e de inclusão social, contrapondo programas e ações de caráter meramente assistenciais e paternalistas.

A economia solidária significa uma revalorização da criatividade e o envolvimento com formas de sobrevivência e de relações sociais

solidárias diferentes das relações de mercado capitalista e relações assistencialistas e tecnicistas. A origem dessa perspectiva advém de pequenas iniciativas associadas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas por meio da solidariedade, da cooperação, do diálogo e da busca por caminhos alternativos e sustentáveis.

Laville *et al.* (2006) foram os primeiros a observar e escrever sobre as novas formas cooperativistas e associativistas da Europa, oriundas do processo de exclusão social daquela sociedade e consequência justamente da ascensão do neoliberalismo. Laville *et al.* identificam, em empreendimentos associativos de trabalhadores desempregados, as noções de iniciativa e solidariedade. Esse estudo traz de original a nova noção de solidariedade que esses empreendimentos apresentam. Segundo os autores, existem duas concepções de solidariedade: a filantrópica e a democrática. A solidariedade filantrópica, para Laville *et al.* (2006), é a intervenção dos mais afortunados para aliviar os mais desprovidos, ou seja, é apenas uma forma de aqueles que possuem condições materiais oferecerem ajuda aos excluídos, mantendo, por esta forma, o processo de dominação.

Quanto à organização e ao funcionamento, integram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária os três segmentos do campo da economia solidária: empreendimentos da economia solidária, entidades de assessoria e/ou de fomento e gestores públicos.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A educação de jovens e adultos (EJA) nasceu de lacunas do sistema educacional regular (processo de escolarização) e compreende um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais (FRIEDRICH *et al.*, 2010).

A precariedade do ensino regular tem seus reflexos na educação de jovens e adultos, modalidade da educação que expressa a conquista do direito à educação para aqueles que não tiveram acesso à escola na idade regular e/ou tiveram o percurso escolar interrompido por diferentes motivos, nos níveis de ensino fundamental e médio, legalmente garantida e regulamentada pela Constituição de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 e pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 05 de julho de 2000, em que se percebe que a educação de jovens e adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (DI PIERRO *et al.*, 2010).

Segundo Friedrich *et al.* (2010), a escolarização de jovens e adultos pode ser considerada em toda sua trajetória como proposta política redimensionada à plataforma de governo na tentativa de explicação de um problema decorrente das lacunas do sistema de ensino regular. A oferta da educação de jovens e adultos, na esfera governamental, sempre esteve atrelada à perspectiva assistencialista e compensatória, em que os sujeitos excluídos do processo escolar na idade adequada retornariam à escola para serem alfabetizados e incluídos no mercado de trabalho (DI PIERRO *et al.*, 2010).

A EJA é uma modalidade de ensino complexa porque envolve dimensões que transcendem a questão educacional. Até uns anos atrás, essa educação resumia-se à alfabetização como um processo compreendido em aprender a ler e escrever (STRELHOW, 2010). Sem dúvidas, a EJA deve ser entendida como modalidade de educação que ultrapassa a transmissão de conteúdos científicos e refere-se aos processos educativos mais amplos voltados para a formação humana de seus sujeitos. Nesta perspectiva, os sujeitos da EJA devem ser analisados dentro de um determinado tempo de vida, com especificidades próprias e que chegam à escola com inúmeras experiências, conceitos e valores que retratam seus anseios, desafios e expectativas quanto ao seu processo de formação (DI PIERRO *et al.*, 2010).

As mudanças ocorridas no mercado de trabalho vêm exigindo mais conhecimentos e habilidades das pessoas, assim como atestados de maior escolarização, obrigando-as a voltar à escola básica, como jovem, ou já depois de adultos, para aprender um pouco mais ou para conseguir um diploma. Essa realidade tem sido responsável pela criação de diversos projetos voltados para a alfabetização e educação de jovens e adultos (LOPES; SOUSA, 2005).

À medida que a sociedade se desenvolve, surgem novas possibilidades de crescimento profissional, mas por outro lado, exigem-se maior qualificação e constante atualização de conhecimentos e habilidades. O desenvolvimento da sociedade ocasiona a necessidade da escolarização dos cidadãos, pois, neste âmbito, a educação dos adultos favorece a educação familiar de um modo geral, favorecendo crianças e adolescentes com o exemplo dos pais (LOPES; SOUSA, 2005).

Para Strelhow (2010), outra forma de pensar sobre a EJA traz para o âmbito escolar questões relativas ao processo histórico do aluno. Existem muitos motivos que levam esses adultos a estudar, como exigências econômicas e tecnológicas e competitividade do mercado de trabalho. Vale destacar que outras motivações levam os jovens e adultos para a escola, por exemplo, a satisfação pessoal, a conquista de um direito, a sensação da capacidade e dignidade que traz a autoestima e a sensação de vencer as barreiras da exclusão.

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada. Porém são pessoas que têm cultura própria. Sabe-se que o papel docente é de fundamental importância no processo de reingresso do aluno às turmas de EJA. Por isso, o professor da EJA deve, também, ser um professor capaz de identificar o potencial de cada aluno. O preparo pedagógico do professor da EJA é muito importante para o sucesso da aprendizagem do aluno adulto, que vê seu professor como um modelo a seguir,

sendo assim papel deste professor compreender melhor o aluno e sua realidade diária (LOPES; SOUSA, 2005).

Professores que se proponham a trabalhar com adultos devem refletir criticamente sobre sua prática, tendo também uma visão ampla sobre a sala de aula, sobre a escola em que vai trabalhar. Tem que ampliar suas reflexões sobre o ensinar, pensando sobre sua prática como um todo. Precisa resgatar junto aos alunos suas histórias de vida, valorizando o saber cotidiano, uma espécie de saber das ruas, pouco valorizado no mundo letrado e escolar (STRELHOW, 2010).

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E O PROGRAMA JOVENS AMBIENTALISTAS

A imprescindível tarefa de educar é uma das formas de evolução da humanidade que se impõem não só ao governo, mas à sociedade como um todo, em que se vislumbram duas maneiras de visualizar a educação: uma forma mais ampla, que abrange o processo de socialização pelo qual são transmitidos valores, tradições, costumes e habilidades que ajudam a compor a visão de mundo de determinado povo; e outra mais específica, que engloba o sistema educacional, que prioriza a aprendizagem formal, baseada numa educação de funções bem definidas. Mesmo diante destas duas maneiras de visualização da educação, tem-se um contingente enorme de pessoas marginalizadas do processo educativo.

O programa Jovens Ambientalistas é desenvolvido por meio de atividades voltadas para a formação socioambiental de jovens que estejam frequentando a educação básica na escola pública, de caráter voluntário, vinculado ao município. Voltado para o estudo dos processos naturais e impactos ambientais, consta do desenvolvimento de pequenos projetos de estudos ambientais voltados à pesquisa de campo. Partindo dessa concepção, vale salientar que a não participação

da sociedade dificulta a chegada do consenso para a preservação do meio ambiente (AMSTALDEN; RIBEMBOIM, 1998).

O programa procura consolidar o modelo solidário, unindo cinco parceiros: Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), o Conselho da Comunidade Solidária, empresas, universidades e prefeituras. Até o final do ano 2000, o programa Alfabetização Solidária atingiu a marca de 1,5 milhão de alunos atendidos em 1016 municípios brasileiros (CRISTO; BARZANO, 2019). É interessante observar a evolução que a educação ambiental—em especial a não formal—sofreu ao longo do tempo, visto que inicialmente era utilizada como forma de manifesto, alertando sobre a escassez dos recursos naturais e indicando a necessidade de preservação da natureza. É concebida inicialmente como preocupação dos movimentos ecológicos, como uma prática de conscientização capaz de chamar a atenção para a finitude e a má distribuição no acesso aos recursos naturais, necessitando extrapolar o espaço escolar, disseminando conteúdos para a comunidade em geral, em áreas públicas, no entorno de Unidades de Conservação, em empresas e indústrias, através de atividades culturais, através de meios de comunicação de massa, através da ação de universidades (ações de extensão comunitária), pela formulação e execução de programas educacionais por organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, poder público, entre outras entidades.

Para execução de programas relacionados à educação ambiental não formal, faz-se necessário distinguir alguns fundamentos e princípios, os quais tornam a prática mais efetiva. A começar pela plena oportunidade de participação dos envolvidos, o que permite o questionamento, a proposição de ações e de soluções para a conquista dos objetivos que se pretende alcançar (AMSTALDEN; RIBEMBOIM, 1998). A oposição a um determinado programa, como o Jovens Ambientalistas, decorre principalmente da falta de informações do públi-

co-alvo. As práticas em educação ambiental devem sempre considerar a realidade local, levando em conta toda sua perspectiva histórica, pois ela diz muito sobre os aspectos culturais e sociais do público-alvo, além de que possibilita que a desejada situação futura concorde com os anseios e as possibilidades dos envolvidos, assegurando o respeito às diversas formas de vida e expressão da cultura, estimulando o convívio entre os diferentes, a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, usando estratégias democráticas e de interação.

A criação e o desenvolvimento de um programa de educação ambiental não formal podem ser elaborados utilizando diferentes métodos, visto que não há uma metodologia única, nem um modelo rígido para tal. Podem-se utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de atividades práticas para transmitir e socializar conhecimentos (RAZETO, 1997).

O programa Jovens Ambientalistas da cidade de Picuí, na Paraíba, se caracteriza como um modelo de educação ambiental não formal envolvendo jovens carentes da comunidade local. A demanda dos jovens egressos por uma continuidade no desenvolvimento de atividades de educação ambiental e participação em eventos deu origem ao grupo Jovens Ambientalistas, do qual participam aproximadamente trinta jovens. As atividades do projeto incluem atividades educativas, de participação cidadã e de inserção social, para as quais os jovens se reúnem esporadicamente, além de participarem de eventos de sensibilização ambiental realizados por instituições públicas e privadas.

O programa Jovens Ambientalistas, o qual é realizado com jovens (de 13 a 17 anos) das comunidades da cidade de Picuí-PB, no Seridó do estado da Paraíba, pela Prefeitura Municipal através do Ministério da Educação (MEC), tem como objetivo envolver os jovens picuienses em um processo de planejamento e gestão participativa, enfatizando a sustentabilidade comunitária e despertando o exercício da cidadania, além de promover o resgate e a valorização da cultura e do ambiente local. A ideia de implementação desse programa educativo ocorreu em

função da falta de perspectiva em relação a oportunidades de estudo e trabalho na cidade, o que faz com que muitos jovens deixem suas comunidades de origem e se direcionem para centros urbanos, o que contribui, na maioria das vezes, para a perda de sua identidade cultural. Dessa forma, acredita-se que o programa oportuniza um espaço de diálogo (aceitando os questionamentos dos jovens e seus interesses em relação ao mundo contemporâneo), de reflexão (em relação à realidade social em que vivem) e de conhecimento (de si mesmo e de seu ambiente), para que o jovem tenha uma maior probabilidade de fazer uma escolha bem-sucedida.

Um programa de educação ambiental não formal deve apresentar caráter contínuo e permanente, com ações sustentáveis, envolvendo a participação da comunidade e primando pela formação de multiplicadores e de cidadãos conscientes e responsáveis social e politicamente, engajados para a formação de uma sociedade realmente democrática, visto que o exercício da cidadania, o respeito à diversidade, a justiça ambiental e a qualidade de vida são aspectos intrínsecos à educação ambiental.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A escolha do caminho de nossa pesquisa passa pela abordagem qualitativa, uma vez que esta permite ao pesquisador um contato direto com o ambiente e a situação a ser investigada, ou seja, envolve a coleta de dados obtidos no contato entre sujeito-pesquisador e sujeito-pesquisado, enfatizando mais o processo do que o produto, e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes a fim de desvendar a realidade. O estudo visa abordar o conhecimento a respeito de jovens que desenvolvem atividades relacionadas ao meio ambiente, vinculados ao município de Picuí, na Paraíba. Este trabalho foi realizado com alunos e o coordenador do programa social Jovens Ambientalistas.

Referente ao tipo de pesquisa, este estudo classifica-se como descritivo por revelar as características de determinado assunto por meio dos seus componentes, procurando avaliá-los (TRIVIÑOS, 1990; GIL, 2009). Trata-se de uma abordagem de cunho qualitativo-quantitativa, ao mesmo tempo exploratória, pois envolve levantamento bibliográfico. A abordagem predominante deste trabalho é quantitativa dada a característica dos dados e a forma com que estes foram utilizados e apresentados, a partir de frequências relativas percentuais.

A pesquisa foi realizada no município de Picuí, que está localizada na Microrregião do Seridó Oriental Paraibano, o qual faz parte da Mesorregião Geográfica da Borborema. Possui uma área de 734,1 km², limitando-se ao norte com o estado do Rio Grande do Norte; ao sul, com os municípios de Nova Palmeira, Pedra Lavrada e Baraúna; ao leste, com os municípios de Cuité e Nova Floresta; e ao oeste, com o município de Frei Martinho e com o estado do Rio Grande do Norte.

O programa Jovens Ambientalistas possui 35 alunos na faixa etária de 15 a 18 anos. Destes, apenas 14 responderam aos questionários aplicados. De acordo com os questionários, dos jovens entrevistados, 08 são do sexo masculino e 06 são do sexo feminino. Destes, dois entrevistados tem 15 anos, seis entrevistados tem 16 anos, quatro tem 17 anos e dois completaram 18 anos. A determinação em se trabalhar com comunidades escolares perpassa a ideia do protagonismo juvenil, o qual coloca o jovem como o centro da tomada de decisão, a qual é feita pelos próprios jovens e não por terceiros. Para esse princípio ser exercitado, ele requer que os jovens experimentem, nas suas práticas, maturidade e capacidade de demonstrar que são capazes de realizar, implementar, agir, construir, fazer acontecer e executar suas ações de interesse.

O desenvolvimento desta pesquisa teve um caráter exploratório, visando proporcionar maior familiaridade com o problema ambiental, considerando vários aspectos para atendimento dos objetivos, tendo sido realizada uma pesquisa com as seguintes ações:

- Visita ao ambiente;
- Questionários individuais com dados relevantes para um maior conhecimento do perfil desses jovens;
- Estudos integrados da realização sociedade/natureza e levantamento de dados que fornecem subsídios adequados para o desenvolvimento do projeto.

Com o propósito de aperfeiçoar a prática profissional dos estudantes que se preparam para ingressar no mercado de trabalho, realizou-se uma visita técnica com os alunos do ensino fundamental e médio da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Lordão, situada no município de Picuí. Os alunos, deste modo, puderam visualizar na prática a teoria aprendida em sala de aula sobre economia solidária. Durante a visita à escola, houve uma integração positiva entre os participantes, principalmente pela troca de experiências entre alunos, professores e profissionais da área. Os alunos não somente constataram na empresa visitada o conhecimento adquirido na atividade escolar diária, mas agregaram valores pessoais e profissionais, além de estarem ainda mais motivados para o exercício futuro da profissão nas áreas afins. Diante disso, constatou-se que a visita transcorreu muito bem dentro de todas as expectativas programadas e que as turmas foram beneficiadas com este tipo de iniciativa.

ASPECTOS DISCURSIVOS

No programa Jovens Ambientalistas, ao estabelecer uma educação ambiental não formal fundamentada nas práticas da economia solidária, percebe-se haver um propósito de desconstruir o modelo rígido e bancário contido nos currículos escolares e reconstruí-los coletivamente, visando gerar uma reflexão na comunidade sobre a

sua realidade e a construção de caminhos solidários de transformação social. No desenvolvimento do estudo, foi indispensável destacar o grande elo existente entre a economia solidária e a educação não formal, as quais foram constituídas através do trabalho comunitário educativo, o que garante a possibilidade de educando presumir a sua participação e ação e modificar sua realidade a partir da apropriação de si mesmo enquanto sujeito transformador.

Desde o início das discussões sobre a economia solidária no município de Picuí-PB, havia a necessidade de consenso em torno de concepções mínimas necessárias. A base conceitual era um pressuposto fundamental para orientar todo o processo de coleta e a organização do sistema de informações em economia solidária. Analisa-se aqui, a partir dos dados apresentados abaixo, a relação entre as perguntas e respostas obtidas pelos alunos entrevistados, sobretudo, a contribuição da pesquisa acerca do tema abordado.

Envolver a juventude na discussão ambiental e no engajamento na temática ambiental é um dos desafios da atualidade. Para tanto, devem ser viabilizadas formas desses jovens participarem do processo, surgindo então a ideia de criação dos coletivos jovens preocupados e atuantes na temática socioambiental. Para o aluno participar deste programa, tem que frequentar no mínimo a segunda fase do ensino fundamental. Todos frequentam a escola regular, sendo 04 que estudam a 1ª série do ensino médio, 07 que estudam a 2ª série do ensino médio, 01 que estuda a 3ª série do ensino médio e 2 que estudam o 9º ano do ensino fundamental.

O reconhecimento desses jovens como atores estratégicos leva a sua inclusão nas políticas públicas como fator de desenvolvimento de suas comunidades. Isso torna relevante enfrentar a exclusão através da articulação das políticas públicas com um enfoque de transversalidade e equidade. Assim se firmam as bases para o desenvolvimento das políticas de juventude inclusivas, como parte da implementação do paradigma da cidadania juvenil (KRISCHKE, 2004). Dessa ma-

neira se pode considerar o programa Jovens Ambientalistas como uma tentativa de inclusão da categoria com as temáticas e políticas socioambientais e como redes locais para articular pessoas e organizações, circular informação de forma ágil, pensar criticamente o mundo a partir da sustentabilidade, planejar e desenvolver ações e projetos, produzir e disseminar propostas que apontem para sociedades mais justas e equitativas, entre outras ações e realizações.

Em relação ao coordenador, este desenvolve suas atividades no programa havia, pelo menos, três anos e possui curso superior incompleto. De acordo com ele, o programa funciona com parcerias entre a Prefeitura Municipal de Picuí e empresas como Banco do Brasil e Energisa. Os alunos recebem uma bolsa mensal de R\$150,00 e dedicam aproximadamente três horas por dia ao programa.

O programa Jovens Ambientalistas direciona os alunos para atividades de trilhas ecológicas, trabalhos com reciclagem, palestras em escolas, campanhas educativas, campanhas sociais e pesquisa nos bairros da cidade voltados para o meio ambiente. Ainda de acordo com o coordenador, existe a possibilidade de o jovem, após sair do programa, utilizar sua experiência para atuar na economia solidária, através de palestras e atividades similares. Essa proposta tem como mote principal promover a inclusão social, a valorização e o respeito à cidadania e à diversidade, bem como a responsabilidade socioambiental com a participação da juventude, valorizando o princípio que norteia a atuação do programa, no qual jovem educa jovem e uma geração aprende com a outra. Pensando assim, as diferentes gerações têm sempre algo a ensinar e a aprender. Esse diálogo é um aspecto fundamental para o fortalecimento dos movimentos sociais (MATOS, 2014).

De acordo com os jovens entrevistados, as principais atividades desenvolvidas são: campanhas solidárias, reflorestamento, resgate de animais, campanhas de preservação ambiental, plantio de mudas da caatinga, entre outras. Uma geração aprende com a outra, pois a ideia

não é isolar os jovens ambientalistas no seu próprio mundo, deixando-os por fora da realidade, como observamos até recentemente. Este princípio trata da importância do diálogo entre as diferentes gerações (crianças, jovens, adultos, idosos) e em cada uma delas. Sabemos o quanto as pessoas mais experientes e vividas podem, por um lado, impor os necessários limites aos jovens e serem exemplos de vida, na orientação de caminhos e alternativas desconhecidos. Por outro lado, no papel de educadoras, essas pessoas podem reconhecer na juventude anseios, ideias, limitações e sonhos. A participação da sociedade deve ser estimulada para que sejam indivíduos ativos, capazes de estabelecer um conjunto que identifique os problemas, objetivos e soluções, pois existe uma consciência restrita da sociedade sobre as implicações do modelo de desenvolvimento em curso (JACOBI, 2003).

Das perguntas do questionário, todas foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa. No entanto, duas perguntas subjetivas se destacaram: a) Quais as atividades que você desenvolve? b) Como você acha que as pessoas podem colaborar para melhorar ou conservar o ambiente em que vivem?

Dos grupos entrevistados, em relação à primeira pergunta, apenas 40% responderam que utilizam trabalhos com panfletagem; 50% fugiram ao tema, enquanto que 10% não souberam responder. Em relação ao quesito 2 do referido questionário, 80% dizem cuidar da preservação ambiental; 10% fugiram ao tema proposto, enquanto que 10% não souberam responder à pergunta em questão. Percebe-se, portanto, que boa parte do público-alvo da pesquisa não apresenta conhecimento aprofundado sobre o tema, uma vez que a falta de leitura prévia talvez seja o ponto de partida a influenciar as respostas descontínuas.

Os programas de educação ambiental devem ser disseminados não apenas com o público jovem, mas também com diversos públicos, a fim de desenvolver nas pessoas uma relação de afeto, cuidado, soli-

dariedade e cooperação não somente em relação aos recursos naturais, mas nas relações sociais, uma vez que estas também se caracterizam como ambiente e precisam de elementos saudáveis para estabelecer relações de equilíbrio.

A maioria dos bolsistas ajuda sua família através da bolsa recebida do programa. Quando indagados se, ao término do programa, poderiam utilizar sua experiência como oportunidade de trabalho, 12 (85,7%) entrevistados afirmaram que sim e 2 (14,3%) disseram talvez. Os jovens afirmaram que a bolsa-auxílio que recebiam durante a participação do projeto proporcionava independência na compra de objetos pessoais. Por outro lado, o dinheiro também era utilizado para ajudar no financeiro da casa.

As comunidades sofrem os efeitos das transformações sociais e econômicas do sistema capitalista. Nos aspectos que dizem respeito a escolhas profissionais, essas transformações promovem novos tipos de trabalho. Profundas modificações na vida das pessoas e nas oportunidades do mercado de trabalho estão ocorrendo e interferindo nas dinâmicas do trabalho em diferentes contextos ambientais. Algumas das atividades desenvolvidas pelo Jovens Ambientalistas abordam as iniciativas vinculadas à economia solidária como um movimento de resistência frente ao processo de acumulação flexível, que provocou inúmeras transformações no mundo do trabalho e fortaleceu um modelo de desenvolvimento economicista e excludente. Frente a essas constatações, demanda-se a busca de alternativas, de saídas que vislumbrem possibilidades de transformação, superação, sobrevivência e sustentabilidade.

Percebe-se que algumas dessas atividades poderiam ser alicerce para o desenvolvimento da economia solidária entre estes jovens nas suas comunidades. Entretanto a concepção que eles detêm sobre a economia solidária é muito distante da realidade. Várias atividades foram sugeridas, destacando-se as apresentadas na Fig. 1.

FIGURA 1. CONCEPÇÕES SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ACORDO COM OS JOVENS AMBIENTALISTAS

11.) Existe a possibilidade de você após sair do programa utilizar sua experiência para atuar na economia solidária?
 sim () não

De que forma?
 Repassando tudo que aprendemos para população e fazer as reuniões e a formação para essas lojas de apoio a toda a família

11.) Existe a possibilidade de você após sair do programa utilizar sua experiência para atuar na economia solidária?
 sim () não

De que forma?
 De um jeito que não seja muito parecido com o que já existe no mercado, mas sim algo especializado no assunto

11.) Existe a possibilidade de você após sair do programa utilizar sua experiência para atuar na economia solidária?
 sim () não

De que forma?
 Se aprofundando no assunto, mantendo um pouco sobre esse tipo de coisa, mas tendo mais foco (fazer mais coisas)

11.) Existe a possibilidade de você após sair do programa utilizar sua experiência para atuar na economia solidária?
 sim () não

De que forma?
 Continuando no processo em São João Solidários, já não somente até que foi um trabalho a intenção

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A principal contribuição deste trabalho de pesquisa consistiu em apresentar um panorama relativamente substancial, empírico e teórico sobre os jovens ambientalistas e a economia solidária, no município de Picuí-Paraíba, que pode ser útil para as instituições de pesquisa. Como pesquisas futuras a serem realizadas a partir deste estudo, poder-se-iam estabelecer comparações com estudos realizados em outros municípios, permitindo comparar os temas, as tendências e a qualidade da economia solidária em nosso município. Entretanto, para evitar uma visão localista, é preciso compreender que, se tais mudanças não estiverem associadas a um movimento mais amplo de transformação social, esses resultados ficarão restritos aos interesses pontuais e fragmentados de pequenos grupos, em nada contribuindo para mudanças da atual condição.

Essa experiência nos possibilitou constatar que a emergência de alternativas de geração de trabalho e renda, na perspectiva da economia solidária, tem demandado aos vários profissionais o desafio de assessorar o processo de organização de trabalhadores e trabalhadoras que, através do trabalho associativo, buscam uma possibilidade de reingresso ou permanência no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a investigação, pode-se constatar que tanto nas grandes regiões do território brasileiro, quanto particularmente na região do estado da Paraíba, especificamente no município de Picuí, para a maioria das práticas produtivas de economia solidária a falta de viabilidade econômica se reproduz. Nesse sentido, confirmamos nossa hipótese central que situava como sustentáculo dessas práticas os processos educativos que se constroem nessas experiências vivenciadas pelos segmentos das classes subalternas, principais sujeitos dos grupos de economia solidária no estudo de caso realizado no município de Picuí.

Uma ampliação conceitual articula ainda mais profundamente a educação não formal desenvolvida no programa Jovens Ambienta- listas à totalidade dos processos sociais de produção e reprodução da vida. Sob o capital, a educação não formal tem o sentido de interna- lização dos parâmetros reprodutivos gerais do sistema, não devendo ser compreendida como restrita ao que ocorre em uma instituição formal de ensino.

REFERÊNCIAS

- AMSTALDEN, L. F.; RIBEMBOIM, J. *Meio ambiente e jovens. In: CNPD, Jovens acontecendo na trilha das políticas*. Brasília, v. 1, p 149-164, 1998.
- CATTANI, D. A. (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CRISTO, H. S.; BARZANO, M. A. L. Socialização política e meio ambiente: considerações acerca do engajamento militante de jovens ambientalistas do Estado da Bahia. *Revista Práxis Educativa*, v. 14, n. 3, 2019.
- DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. *Educação e Sociedade*, v. 31, n. 112, p. 939-959, 2010.
- DRUMMOND, J. A. (org.). *Rio +10 Brasil: uma década de transforma- ções*. ISER; Ministério do Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, p. 56-62, 2002.
- FOGUEL, F. H. S. Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Redes de Colaboração Solidária: a experiência do Banco Palmas. *Con- nection Line*, p. 10, 2014.
- FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- FRIEDRICH, M.; BENITE, A. M. C.; BENITE, C. R. M.; PEREIRA, V. S. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plata- formas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. *Ensaio – Avalia- ção das Políticas Públicas em Educação*, v. 18, n. 67, p. 389-410, 2010.
- GAIGER, L. I. A economia solidária e o projeto de outra mundializa- ção. *DADOS–Revista de Ciências Sociais*, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- JACOBI, P. Educação ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. *Ca- dernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189-205, 2003.
- KRISCHKE, P. J. Perfil da juventude brasileira: questões sobre cultura política e participação democrática. *Interthesis–Revista Internacional Interdisciplinar*, v. 2, n. 2, p. 27-30, 2004.
- LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. *Ação pública e eco- nomia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LOPES, S. P.; SOUSA, L. S. EJA: uma educação possível ou mera utopia. *Revista Alfabetização Solidária (Alfasol)*, v. 5, p. 1-20, 2005.

MANCE, E. A. *A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTINS, G. A. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. São Paulo: Atlas, 2000.

MATOS, Z. M. R. Juventude e educação ambiental: um estudo do coletivo jovem de meio ambiente, Salvador-Bahia-Brasil. *Índice de Contendidos*, p. 131-145, 2014.

NASCIMENTO, C. Autogestão e economia solidária. *Democracia e autogestão*, p. 97-145, 2000.

RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. *Proposta*, v. 75, p. 91-99, 1997.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. (org.). *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: Inep/MEC, 2005.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. *Revista HISTEDBR on-line*, v. 10, p. 38-45, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1990.

WAUTIER, A. M. T. G. E. *As relações de trabalho nas organizações de economia solidária: um paralelo Brasil-França*. Tese (Doutorado em Sociologia)–UFRGS, Santa Maria, 2004.

A ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PERCEPÇÃO DOS CONCLUINTE PIONEIROS

JOSIVALDO DA SILVA GALDINO
JOSÉ CARLOS OLIVEIRA SANTOS

APRESENTAÇÃO

A educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade de ensino amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada. A formação e qualificação do docente são de fundamental importância no processo de ensino e aprendizagem em EJA. O presente capítulo estabelece-se como uma elaboração de caráter científico, quantitativo e qualitativo, que surgiu com o ensejo de apresentar o perfil e as percepções de alunos cursistas concluintes da especialização *lato sensu* Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária (EJAECOSOL) no polo UFCG na cidade de Cuité – Paraíba.

Este trabalho tem como objetivos a caracterização dos participantes, destacando aspectos contribuintes advindos da especialização, e também a evidência analítica das percepções dos alunos concluintes. Foi resultado de pesquisas de campo com entrevistados via questionários preestabelecidos, leituras com levantamento bibliográfico, análises embasadas na literatura com descrição dos resultados. Tal pesquisa resultou na caracterização dos concluintes, como também de vários aspectos e contribuições advindos da percepção mediante a especialização que puderam ser evidenciados e constatados pelos próprios participantes e transcritos. Os resultados adquiridos na presente

pesquisa podem servir também para várias questões a serem mais bem exploradas e ampliadas para outros estudos.

ASPECTOS TEÓRICOS

O papel da educação de jovens e adultos (EJA) não se esgota, pois ela representa não o compromisso de produzir alunos certificados, mas cidadãos conscientes de que a educação é um ato cotidiano. A produção do conhecimento e a partilha de saberes são ações que não se encerram na sala de aula, mas, ao passar por ela, devem sofrer uma dinamização impulsionadora, que tem outras etapas e deve ser permanentemente renovada.

Na EJA, faz-se necessário um enfoque para aprimorar os conhecimentos a serem ministrados por professores e, além disso, a descoberta de novos caminhos a serem trilhados com a finalidade de bons êxitos. Assim sendo, a especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária tem, em sua essência, a concepção de contribuir para um fortalecimento dos professores no ensino da EJA, relacionando com a existência da economia solidária, e pôde ser vivenciada também por turma pioneira nos anos de 2012/2013 no campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no Centro de Educação e Saúde (CES) na cidade de Cuité, Paraíba, com a pretensão de fortalecer o âmbito educacional por meio de tal especialização *lato sensu*.

A aproximação do campo do currículo crítico e o da EJA tem buscado, prioritariamente, como referenciais significativos a incorporação de elementos dinâmicos da prática e da realidade social, possibilitando a superação de uma perspectiva meramente tradicional, conteudista e formalista do currículo. Sabemos que uma especialização ou capacitação no âmbito da licenciatura pode acrescentar conhecimento de maneira ampla e particular, dependendo de cada realidade

vivenciada em sala de aula e por cada professor, assim refletida no público de ensino. A especialização também tem a possibilidade de contribuir para os docentes da EJA, podendo proporcionar diferentes expectativas e percepções.

Com o intuito de evidenciar tais expectativas, este trabalho tem como enfoque constatar contribuições em suas formações e exercícios docentes na percepção de professores que participaram e concluíram como turma pioneira da especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária, na cidade de Cuité na Paraíba, sendo relatados os diferentes aspectos de contribuição e influências na rotina docente, concepções e familiarização com o tema acrescido pelo curso.

Este estudo teve como objetivo principal perceber a contribuição e a significância do curso de especialização de Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária por assimilação dos concluintes da turma pioneira do curso realizado no Campus CES – Cuité, PB; descrever previamente o perfil dos concluintes da turma pioneira do curso ofertado; evidenciar aspectos contribuintes advindos da especialização *lato sensu*; e, por fim, perceber e descrever diferentes concepções em vários aspectos relacionados à especialização.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária, em essência, está voltada para um tipo de produção e êxito de todo o grupo envolvido em eventual colaboração, “pressupõe tanto organização de um novo modo de produção como uma prática pedagógica coerente com tal modo de produção” (HADAD, 2011 *apud* MORAIS *et al.*, 2014, p. 2). Nessa abordagem, fica evidente a participação de todo um grupo com passividade em solidariedade mútua com o ensejo de benefícios para todos, tendo como existentes nesse meio a evidenciação e a contribuição de uma

prática estabelecida de modo a colaborar para o aprimoramento da execução em economia solidária, a qual tem por característica essencial a divisão igualitária e repartição de atividades, execuções e recompensas adquiridas para todo o grupo envolvido, bem como a valorização do saber humano.

Pode-se constatar que algumas características que abrangem a economia solidária são evidenciadas e vão além de conceitos ou de empreendimentos por si sós. Temos a percepção de que a economia solidária está voltada para a valorização de aspectos que, inúmeras vezes, passam despercebidos pela sociedade ou não são, de fato, valorizados. A própria economia solidária tem, como essência, a valorização do saber do homem e suas aptidões, juntando ao meio científico para que possa ser encontrada uma linhagem equilibrada da economia solidária com o desenvolvimento humano, intelectual e social, interligando aos benefícios que podem ser constatados no desenvolvimento de um processo de educação popular.

A solidariedade nada tem a ver com a piedade. Não se trata de dar uma esmola para alguém para aliviar nossa consciência. A esmola e a piedade não empoderam ninguém. Ao contrário, elas humilham. (GADOTTI, 2009, p. 47).

Nessa perspectiva, percebe-se que a economia solidária não diminui a potencialidade humana e nem tão pouco favorece por caridade os excluídos socialmente, mas traz uma inovação do modo de economia, valorizando o saber popular e a capacidade de desenvolvimento em grupos.

Sabe-se da viabilidade e, ao mesmo tempo, do quanto é desafiadora a educação com o público de jovens e adultos na contribuição significativa para um bom desenvolvimento de um trabalho cooperativista ou que seja ofertado algum trabalho ou projeto de economia solidária com a finalidade de desenvolver em “sociedade” e, conse-

quentemente, obter benefícios mediante aprendizado adquirido e repassado, assim contribuindo demasiadamente para um mutualismo de conhecimentos entre professor e aluno especificamente dentro da esfera economia solidária.

Sobre desenvolver o conhecimento educativo em setores populares, vê-se que a economia solidária tem tendência a favorecer e preservar o saber e a potencialidade encontrados no coletivo, no conhecimento popular, como também a junção educacional no intuito de somar conhecimento popular com científico. Evidencia também uma prática pedagógica, que é o retorno em trocas de conhecimentos mútuos, em que não há permanência unilateral de conhecimentos, mas em sua capacidade de trocas dos saberes, com o intuito de uma qualificação que venha tendencialmente para um bom desenvolvimento, associando o estudo ao trabalho propriamente dito, sistematizando os saberes com práticas e acarretando assim para uma formação socioprofissional. Nessa abordagem, existe termo a ser evidenciado por Gadotti (2009), que explicita um pouco sobre a pedagogia da alternância, em que diz que a qualificação socioprofissional é entendida também como estratégia de enfrentamento do desemprego e da exclusão social.

A economia solidária pode ser vista como uma alternativa para obtenção de valorização do ser humano e suas competências, e não de uma economia baseada na alienação, tornando o homem refém de um sistema dominante, como pode ser visto no capitalismo, extinguindo valores que podem ser enaltecidos e valorizados da própria atividade do trabalho. Sabemos que a economia solidária vai na contramão do capitalismo, sendo uma forma de economia que não considera apenas o produto e o lucro, mas preserva a valorização encontrada no trabalho do homem. Por ter também essa característica de valorização do saber com o intuito de desenvolver também empreendimentos solidários, muitas vezes a economia solidária pode ser rotulada como “economia dos esquecidos”, uma vez que trata de uma forma diferente

a obtenção de recursos e suas valorizações primordiais, diferentemente do tradicional e predominante capitalismo. Nesse sentido, é possível vislumbrar que a economia solidária pode ser vista como uma saída para motivar o desenvolvimento da leitura e da escrita, pois com ela esses educandos terão oportunidade de superar sua condição de vida, tornando-se membros e/ou gestores competentes de empreendimentos cooperativos (SOUZA; SANTOS, 2015).

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade da educação básica inserida nos níveis fundamental e médio, e é caracterizada de acordo com o artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (SANTOS; SILVA, 2015).

A EJA está inserida numa esfera de educação com aspectos marcados por uma cultura diferencial, cabendo a esta, muitas vezes, o papel de elevar seus aspectos educacionais para uma valorização maior, já que existe a importância como em qualquer ensino, porém, muitas vezes dentro do próprio âmbito de ensino, essa capacidade pode ficar obscura. Não podemos esquecer que o próprio público da EJA busca a utilização dessa modalidade na intenção de suprir com urgência a lacuna do ensino que outrora não foi compatível com sua trajetória de vida particular, assim sendo, muitos buscam valer-se da modalidade para inserção imediata ao mercado de trabalho ou afins. Assim sendo, pode-se evidenciar que existe sim a ligação direta com os que frequentam essa modalidade de ensino, relacionada ao acesso e/ou à necessidade imediata do trabalho com a finalidade, em muitos momentos, de conseguir um grau rápido de titulação estudantil, necessária e exigida na maioria das vezes para a empregabilidade. A EJA não está apenas voltada a retalhar uma educação, pois ela contribui muito além e positivamente, podendo ser abrangente e altamente

contextualizada com o meio em que se insere, envolvendo diversos aspectos ligados socialmente.

A EJA traz essa abrangência na educação que envolve a condição de vida evidenciada pelo público e a educação que se adapta a uma realidade de ensino com diferentes aspectos, em que é de total importância que o educador conheça o público a ser trabalhado e com isso possibilite uma melhor maneira de lidar com a prática de ensino, sempre contextualizada em tal modalidade, ou seja, uma educação multicultural, que possa ser ampla e relevante. Dessa forma, o profissional de educação que leciona na EJA necessita estar em contínua aprimoração do conhecimento a ser executado em sala de aula.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ao longo da trajetória da EJA, é possível verificar que poucos são os olhares lançados sobre a prática pedagógica dos seus educadores. Este tema ficou localizado em discursos distintos: um dos meios oficiais, que tratavam este profissional como um voluntário, do qual não eram necessários nem formação adequada nem salário digno; de outro lado, a visão de estudiosos que viam neste profissional um agente de transformação e construção de uma realidade social mais justa. Nesta última categoria, pode-se destacar Paulo Freire (1995), que aponta para a necessidade da presença de educadores capacitados para compreenderem todas as especificidades que cercam este campo pedagógico. A teoria de Freire abriu caminho para uma pedagogia do diálogo e do respeito às identidades dos alunos, deixando aflorar os adultos plurais, não mascarados por práticas pedagógicas infantilizadas de seu contexto e de sua cultura. Esse tipo de abordagem tem sido pensada pelo paradigma da teoria crítica, particularmente o multiculturalismo crítico. É preciso que os cursos de formação docente estejam atentos para possibilitarem ao futuro educador a

compreensão de que as questões de EJA ultrapassam o âmbito educacional, exigindo uma percepção ampliada das questões de poder e hegemonia que discriminam culturas e reforçam desigualdades. Ao mesmo tempo, seria importante que os cursos de formação incentivassem os futuros professores de EJA a perceberem seu papel de modo crítico, reflexivo e transformador, de forma a valorizar diversas culturas, reconhecendo nelas focos de força para o seu fazer pedagógico. A perspectiva multicultural crítica pode ser vista como um caminho possível a seguir no processo de formação de professores, possibilitando-lhes compreender e respeitar a pluralidade cultural, as identidades, as questões que envolvem a classe, o gênero, a raça, o saber e a linguagem dos seus alunos.

A relação entre teoria e prática construída na sala de aula no contexto da EJA pode ser um caminho para demarcar um compromisso maior do educador com seu fazer pedagógico. Por muito tempo, os educadores de EJA ficaram à margem dos espaços de reflexão e produção do conhecimento. Nos dias atuais, torna-se necessário superar essa ruptura que existe sobre o pensar e o fazer na EJA.

FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

A qualificação profissional pedagógica pode ser adquirida também por meio de uma especialização, a qual pode contribuir demasiadamente para o aprimoramento na transmissão de conhecimentos, vindo a ser de total relevância para a melhoria da prática profissional na educação ou áreas semelhantes. Diante disso, tem-se a necessidade de uma formação continuada com a finalidade de aperfeiçoamento da prática docente, que possa enriquecer ainda mais o contexto educacional, proporcionando uma amplitude que venha amparar o social em que os educandos estejam inseridos, pois, sem a qualificação, os docentes podem usar de práticas corriqueiras, passando a desenvolver

práticas pedagógicas que possam ignorar particularidades e saberes encontrados dentro do processo de aprendizagem. Assim sendo, podem fugir de uma educação atualizada necessária para obter êxito no processo de ensino e aprendizagem atual.

No mundo globalizado e tecnológico, onde as informações estão cada vez mais disponibilizadas e rápidas em acessibilidade, como não antes visto em épocas passadas, muitas vezes pesquisadas por fragmentos e outras sem conexão contínua de assunto, os conhecimentos e suas trocas, junto com uma formação embasada e com foco contínuo, tornam-se mais desafiadores de serem sempre seguidos neste mundo informatizado tecnologicamente, tendo em vista a facilidade de acesso às informações encontradas no aspecto tecnológico.

A busca por respostas faz com que o homem atual opte por, muitas vezes, buscar informações de fácil acesso e formações a distância, algo ainda não tão comum de ser visto como na área da economia solidária. No ambiente acadêmico, nem sempre podemos nos limitar apenas a esse tipo de busca de conhecimentos virtuais, pois uma formação concreta, real, vivenciada, compartilhada, contínua e estruturada se faz necessária para a construção de um bom profissional na educação.

Sabe-se da importância da formação docente e seu aperfeiçoamento, que podem ser adquiridos através de especializações em determinadas áreas. Na esfera da formação em economia solidária, traz uma abordagem diferenciada, construída também em boa parte do conhecimento e saber popular, como algo significativo e importante nesse âmbito, interligado com conhecimento científico e até mesmo pedagógico. Nessa percepção, fica evidente a importância da formação em economia solidária, como também intensifica a finalidade que tem de contribuir com o conhecimento técnico e social com o propósito também de mobilizar processos de trabalhos autogestionários, político-pedagógicos e solidários, tendo como objetivo viabilizar esses processos para a construção social eficaz e com diferencial social.

Percebe-se que a formação em economia solidária por parte de docentes torna-se diferencial quando tem a pretensão de desenvolvimento de projetos autogestionários, pois o docente, obtendo sua formação, tem também a finalidade de contribuir para um aperfeiçoamento e direcionamento de pessoas que queiram desenvolver esses tipos de movimentos autogestionários. A formação acadêmica nessa área ainda está em desenvolvimento, necessitando de mais profissionais neste aspecto, com o intuito de ser mais ampliada e desenvolvida tal temática na finalidade de contribuir para o desenvolvimento social, diferente do estabelecido tradicionalmente na sociedade capitalista. Assim sendo, sabemos que ter uma formação na área de economia solidária traz uma conjunção de conhecimentos aprofundados e outros adquiridos durante o percurso da formação, que possibilitam uma estrutura docente especializada para um melhor desempenho no âmbito pedagógico.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

PESQUISA E LEVANTAMENTO DE DADOS

A pesquisa deste trabalho caracteriza-se de modo quantitativo e qualitativo. Gil (2008) vem definir pesquisa como um procedimento que possui em sua constituição abordagens com processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, ou seja, viés de utilidade científica para fins de obtenção de resultados através de uma amplitude de métodos.

A presente análise foi elaborada na tentativa de se obter respostas do diagnóstico da pesquisa com os concluintes pioneiros do curso de especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Eco-

nomia Solidária, adquiridas durante abordagens realizadas de forma metodológica com os ex-alunos docentes e assim possibilitar resultados a serem relacionados com o embasamento teórico. A pesquisa foi realizada tendo como instrumento de levantamento de dados os questionários elaborados com a finalidade de investigar brevemente o perfil dos alunos concluintes e, ainda como foco, perceber as contribuições que essa especialização pôde acrescentar no âmbito educacional dos concluintes do curso no campus da Universidade Federal de Campina Grande, na cidade de Cuité, Paraíba.

INSTRUMENTO DA PESQUISA E PÚBLICO PESQUISADO

A pesquisa em campo ocorreu inicialmente com buscas em arquivos dos concluintes da turma pioneira do curso, cedido pela Coordenação da Especialização, com relação definida de alunos concluintes da especialização, totalizando 28 (vinte e oito) alunos da turma concluída no ano de 2013. Foi construído um questionário impresso preestabelecido, contendo dezessete perguntas, distribuídas e relacionadas em três tópicos: I. Formação; II. Pós-graduação EJAECOSOL; e III. Prática docente, além de perguntas sobre a caracterização dos entrevistados. Os questionários estavam baseados em perguntas de respostas dissertativas, com o intuito de obter melhor expressão através da escrita dos participantes da pesquisa. Alguns questionários só foram possíveis de obter respostas por meio eletrônico (e-mail), devido a alguns entrevistados residirem em outras cidades, o que inviabilizava o contato direto com estes participantes da pesquisa.

A aplicação dos questionários ocorreu nos meses de outubro a dezembro de 2016, quando só puderam ser interrogados e colhidos questionários de 16 participantes escolhidos aleatoriamente do total de 28 alunos concluintes, pois os demais não foram localizados.

ANÁLISE DE DADOS

A análise quantitativa e qualitativa ocorreu mediante a coleta dos 16 questionários, cujos resultados foram averiguados de maneira analítica e sistemática com abordagens e interligações literárias referenciadas com eixo na educação de jovens e adultos e economia solidária, tais interligações sendo definidas com discussões dos resultados na perspectiva de confrontar as ideias pedagógicas da literatura com os dados obtidos na pesquisa. Os dados categorizados provenientes das perguntas fechadas do instrumento de coleta de dados foram analisados segundo a estatística descritiva, na forma de frequências relativas percentuais, sendo seus resultados exibidos na forma de tabelas e gráficos.

ASPECTOS DISCURSIVOS

Pode-se constatar como parte analítica da pesquisa que a caracterização dos concluintes da especialização possui resultados essenciais para um diagnóstico eficiente, sendo realizada como forma de norteamento e direcionamento do estudo, fazendo assim parte do aprimoramento dos resultados pesquisados. Inicialmente como parte dos resultados, estabeleceram-se a caracterização e o perfil dos concluintes pioneiros da especialização. Na sequência, suas percepções foram constatadas e interligadas literalmente quanto à especialização em tema pesquisado.

Dos entrevistados, 88% eram mulheres e 12% homens. Percebe-se que, ainda no âmbito docente e de forma abrangente envolvendo a área de educação, existe a predominância do sexo feminino, mesmo em cursos de pós-graduação em determinadas áreas, como exemplo no âmbito pedagógico, como na Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária. Rabelo e Martins (2016) apresentam uma sintetização histórica até chegar à contemporaneidade sobre a

atuação feminina em maior escala, com destaque no espaço pedagógico, especificamente no ensino, evidenciando a predominância do feminino no magistério. Segundo os autores, é possível constatar que, em tempos remotos, a especificidade do ensinar se limitava predominante apenas à categoria masculina, com o passar dos tempos de conquistas e inserção, a mulher foi ganhando espaço no âmbito pedagógico enquanto o homem se distanciava em maior escala, passando assim à predominância da mulher na esfera do ensinar.

A Tabela 1 ilustra a idade dos entrevistados, na qual se percebe a busca por aperfeiçoamento do ensino em EJA por meio da especialização a partir dos 34 anos, isso especificamente na Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária da turma pioneira de Cuité-PB, o que remete parcialmente a considerar que os que buscam especializar-se já estão em execuções profissionais, possivelmente na esfera docente.

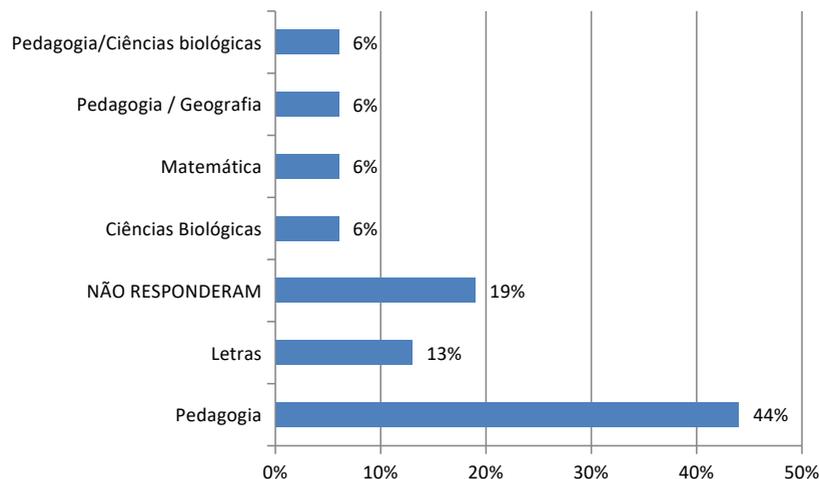
TABELA 1. IDADE DOS PARTICIPANTES/ENTREVISTADOS

IDADE	QUANTIDADE	PORCENTAGEM (%)
34 — 42	6	38
44 — 51	6	38
53 — 59	4	24
TOTAL	16	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Geralmente muitos profissionais da educação procuram programas de qualificação quando terminam suas graduações, ou também após um longo período em sala de aula quando, em contato direto com algum tipo da realidade de ensino, sentem a necessidade de aperfeiçoamento. Em um curso de especialização envolvendo o âmbito da educação, pode-se ter a presença de uma diversidade de formações em diferentes cursos de graduação, constatada na turma pesquisada, como mostrado na Gráfico 1.

GRÁFICO 1. FORMAÇÃO DOS CURSISTAS ENTREVISTADOS



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

O Gráfico 1 traz o diagnóstico da existência de diferentes cursos de graduação na especialização em estudo, onde se podem encontrar áreas de formação totalmente opostas. Nos cursos de especialização, existe a possibilidade de estarem juntas dividindo alguns saberes e experiências em comum, acrescentando unificadamente e assim obtendo êxito em conhecimentos a serem disseminados na prática, seja ela docente ou outro tipo de circunjunção que abranja o público-alvo. Mesmo que sejam formações diferentes, traz um aspecto extremamente contribuinte para o enriquecimento na formação, que é o fato de experiências e aprendizados estarem sendo compartilhados em um mesmo momento, e isso vem ser de total significância para a obtenção da diversidade em conhecimento e, ao mesmo tempo em que são compartilhados, encaminha-se para unificação e enriquecimento. Percebe-se ainda a diversidade de licenciaturas na especialização

pesquisada. Nesse aspecto, é possível concluir que, na especialização pesquisada, por ser direcionada ao público da educação, considera-se coerente ser constatado o número maior de licenciaturas e ainda maior com formação em Pedagogia.

Considerando os diferentes tempos de magistério dos docentes, conforme Tabela 2, traz-nos a reflexão que o educador sempre necessita capacitar-se mesmo com poucos ou longos anos de sua prática docente, pois a prática pedagógica necessita sempre ser contínua e inovada para obtenção de êxito no ensino. Sabe-se que o próprio educador busca tais inovações, muitas vezes de acordo com suas necessidades e anseios de aperfeiçoamento.

TABELA 2. TEMPO DE ATUAÇÃO EM SALA DE AULA

ANOS	QUANTIDADE	PORCENTAGEM (%)
02 ----- 15	4	25
16 ----- 22	5	31
ACIMA DE 23	3	19
NÃO RESPONDERAM	4	25
TOTAL	16	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Verifica-se que os entrevistados possuem um considerado tempo de atividades docentes em sala de aula, possibilitando-lhes a busca por outras especialidades com o passar dos anos de efetivo exercício na educação, com o intuito de obterem maior amplitude em seus conhecimentos, podendo ser notória a busca por uma especialização, mesmo quando se está há bastante tempo em sala de aula exercendo as atividades docentes. Devido ao tempo em atividades docentes, esse fator pode incentivar a impulsão de uma busca por especialização, muitas vezes, com busca por atualizações, ascensão e inovações na prática educacional.

A busca por inovações incentiva o educador ou qualquer outro profissional a especializar-se. Verificou-se que 37% dos pesquisados apresentam outra especialidade em sua trajetória acadêmica, sendo significativa para um bom desenvolvimento e afinidades em outras áreas, pois o conhecimento adquirido sempre será utilizado em diversos e diferentes momentos na execução docente. Mesmo sabendo que o contato cotidiano escolar com os próprios educandos faz parte, de certa forma também, de um aprendizado contínuo do educador, entende-se que é necessário um aprimoramento profissional embasado cientificamente, oferecido por meio de cursos que trazem especialidades para os profissionais na área de educação, a fim de obterem ampliação de conhecimentos teóricos que auxiliem em maior amplitude da prática docente.

A percepção sobre a formação docente e suas contribuições nos remete a uma síntese com autoavaliação quanto a esse processo da própria aprendizagem adquirida academicamente. Uma expressão de pensamentos e concepções quanto à especialização cursada pode abrir um leque de informações de muita significância e também pode possibilitar uma abertura para novos estudos com relação a concepções dos docentes nos cursos e suas contribuições para o profissionalismo em sua prática. A autorreflexão do que foi aprendido em um determinado curso de pós-graduação faz o docente ou profissional de áreas afins questionarem-se e, a partir disso, repensar conceitos e conclusões que poderiam passar despercebidos sem a utilização da percepção. As percepções adquiridas nesta pesquisa com participação de dezesseis cursistas concluintes da Especialização de Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária, do polo Cuité, baseiam-se em constatar e expressar a análise mediante a visão dos próprios concluintes quanto à especialização cursada.

Em um dos primeiros itens da pesquisa, havia o questionamento quanto à escolha da temática educação de jovens e adultos com ên-

fase em economia solidária, do qual se podem destacar as seguintes respostas:

O anseio de compreender a temática, bem como a implantação da economia solidária junto ao público de educação da EJA. (Professora, 38 anos).

Curiosidade em saber sobre um assunto que até então não conhecia. (Professor XVI, 38 anos).

Os motivos que levam um profissional a especializar-se podem ser diversos, principalmente no aspecto da área de educação. Muitos docentes não acomodados e não estagnados em modelos de ensino buscam novas formas de inovar suas atividades pedagógicas ou buscam maneiras de aperfeiçoar conhecimentos existentes, através da busca por titulações em sua formação base, como as especializações e outras pós-graduações que são ofertadas através das instituições de ensino. Aos participantes desta pesquisa, quando questionados sobre o(s) motivo(s) da busca pela especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária, foi possível constatar diversos argumentos:

Primeira especialização que podia cursar, está na área e eixo que gosto, próximo a minha residência e uma universidade respeitada, de credibilidade. (Participante VIII, 48 anos).

Para adquirir mais conhecimentos na minha área de atuação, como também enriquecer meu currículo e estar preparada para enfrentar novos desafios. (Participante X, 45 anos).

Pode-se ressaltar também que alguns docentes escolhem a temática de sua formação continuada em função da necessidade de

qualificação na área e pela própria disponibilização, como também podem ser atraídos pela titulação possivelmente adquirida com fins também de ascensão profissional.

Os cursos de formação continuada na forma de especialização geralmente são longos ou realizados em finais de semana, o que acarreta grande esforço por parte dos cursistas. Assim como nos cursos de licenciatura, na formação de professores, existe uma grande possibilidade de desistência (SOUZA, 1999). Quanto à pretensão de desistência do curso, foi diagnosticado que apenas 19% dos entrevistados tinham a pretensão de desistir do curso. Percebe-se que a maioria dos participantes estavam motivados para a conclusão do curso, o que acaba sendo muito significativo, pois mesmo os cursistas com a exaustão de suas atividades corriqueiras docentes e pessoais ainda buscavam incentivos para aprimorar, adquirir conhecimentos e permanecer cursando a especialização em dias de descanso e lazer. A partir daí, conclui-se que especializar-se é um interesse do profissional que almeja seu maior desenvolvimento, levando em consideração aspectos de aquisição de conhecimento, como também a obtenção de titulações que, em segundo plano, trazem sua parcela de impulso e incentivo à conclusão.

A especialização de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária ainda é um tema de formação com pouca amplitude acadêmica, sequencialmente isso se reflete no público educando, devido à falta de informação conceitual existente da prática ainda tímida de economia solidária ou não constatação de sua existência. Podem existir grupos cooperativistas que sejam praticantes e tenham sua configuração de economia e convívio de caráter econômico solidário, porém estes desconhecem conceitos e nomenclaturas que os caracterizem como empreendimentos solidários. Quando foram perguntados em questionários sobre suas opiniões nos dias atuais

quanto à formação e informação da economia solidária, os participantes destacaram:

É notável que a população, em sua maioria, desconheça a economia solidária. Partindo desse pressuposto, entendemos que se devem desenvolver ações que venham informar os mesmos acerca desta inovadora alternativa de geração de trabalho e renda. (Participante II, 38 anos).

Quanto à formação que recebemos durante o curso, considero muito boa. Por outro lado, ainda há muito que ser feito no sentido de colocar na prática, uma vez que para isso dependemos de outras pessoas que infelizmente ainda não entenderam a filosofia da economia solidária. (Participante XV, 54 anos).

Na especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária, a formação, além de ampliação do tema, veio acrescentar fatores em suas vidas profissionais, como constatados pelos pesquisados e descritos na Tabela 3 adiante. Averigua-se, de acordo com as percepções dos cursistas, a aquisição de conhecimentos diferenciados que contribuem significativamente para aprimorar o desenvolvimento educacional mediante esses fatores ampliados na especialização. Todos os fatores ressaltados pelos participantes da pesquisa tiveram suas significâncias relativas e individuais. Alguns conhecimentos foram lapidados com a pretensão também de oferecer aos cursistas norteamentos de estratégias de ensino para que viessem enaltecer a prática da economia solidária no âmbito educacional. Alguns, como possivelmente podemos constatar, descobriram o termo economia solidária e seu significado. Vimos também que, em algumas colocações, destacaram a economia solidária como viés de inovação e inclusão econômica e social.

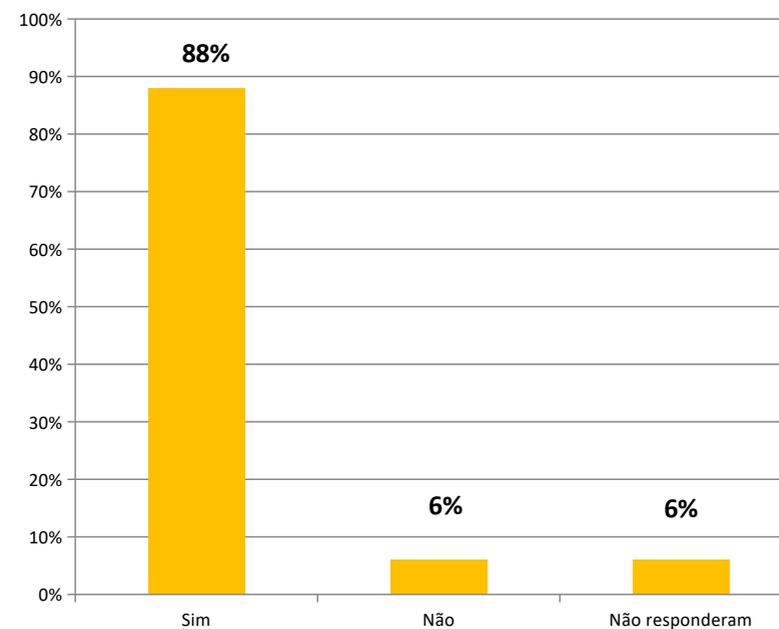
TABELA 3. TRÊS FATORES NOVOS CONTRIBUINTES PARA A FORMAÇÃO ADQUIRIDOS NA ESPECIALIZAÇÃO EJAECOSOL, NA PERCEPÇÃO DOS CONCLUINTE PESQUISADOS

PARTICIPANTE	IDADE	PERCEPÇÃO
I	34	<ul style="list-style-type: none"> • O uso de produtos agroecológicos; • A importância de cooperativas para melhoria de comunidades; • A construção de tecnologias sociais, facilitando assim o trabalho.
II	38	<ul style="list-style-type: none"> • Entender a inclusão econômica e social dos cidadãos em desvantagem no mercado de trabalho; • Pensar no cooperativismo como fortalecimento da economia; • Compreender a ECOSOL como fomentação de trabalho e renda.
III	38	• (Sem resposta)
IV	53	<ul style="list-style-type: none"> • Inovação pedagógica em EJA; • Oportunidade profissional; • Qualificação profissional.
V	51	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar o conhecimento na área; • Contribuir para o desenvolvimento local; • Aplicar tecnologias sociais e finanças solidárias.
VI	42	<ul style="list-style-type: none"> • Autogestão; • Cooperativismo; • (Sem resposta).
VII	59	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento em novas formas de trabalho; • Interesse coletivo; • Ajuda mútua e solidariedade.
VIII	48	<ul style="list-style-type: none"> • O empreendedorismo; • Ação coletiva de pequenos empreendedores; • A economia solidária.
IX	46	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer melhor o poder curativo das plantas; • Manipular algumas plantas quanto aos seus princípios curativos; • Melhorar meus conhecimentos sobre o tema EJAECOSOL. • Compreender melhor a forma de trabalhar com EJA; • Mostrar aos alunos uma nova forma de encaixar o mercado de trabalho, através das organizações solidárias; • Conscientizar os alunos de como a economia está organizada propondo outra maneira de promover o desenvolvimento, com menos concentração de renda e melhor distribuição de riquezas.
X	45	<ul style="list-style-type: none"> • (Sem resposta) • Melhor entendimento sobre o trabalho como inclusão social; • Saber que a economia solidária é uma forma inovadora de geração de trabalho e renda; • Compreensão da organização da economia baseada em valores como ética, equidade e solidariedade.
XIII	42	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar os alunos da EJA; • Ampliar as minhas metodologias de forma mais adequada, melhorar as minhas aulas; • Entender melhor como trabalhar com economia solidária.
XIV	54	• (Sem resposta)
XV	54	<ul style="list-style-type: none"> • Aprendi que a EJA possui três funções principais, que são: função reparadora, função equalizadora e função qualificadora; • Que a economia solidária está intimamente ligada à autonomia e antepõe-se ao capitalismo; • Que o termo incubação é formado por ações educativas que têm como base a solidariedade, a ética, o diálogo e a autogestão.
XVI	38	• Todas as atividades realizadas durante o curso me fizeram crescer e inovar a minha prática pedagógica e me proporcionaram momentos de reflexão e troca de experiências.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A maioria dos pesquisados citou os fatores adquiridos por meio da especialização como viés de entendimento esclarecedor quanto à economia solidária e suas possíveis contribuições para ensino na EJA. Partindo dessa perspectiva de possível contribuição do curso para desenvolvimento de práticas pedagógicas, os participantes da pesquisa foram ainda questionados quanto ao desenvolvimento adquirido particularmente para a prática pedagógica, como mostrado no Gráfico 2, na qual se constata que a maioria dos participantes, aproximadamente 88%, afirmou que a pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária veio contribuir de forma direta ou indireta com suas práticas pedagógicas.

GRÁFICO 2. RELAÇÃO ENTRE A ESPECIALIZAÇÃO CURSADA E O DESENVOLVIMENTO DE SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Sabe-se que a prática pedagógica exige seguir um currículo com o intuito de unificação e norteamto dos conteúdos a serem ministrados. Quanto à EJA, sabe-se que também há a existência de um currículo pedagógico a ser seguido. Nessa perspectiva de currículo tentando direcionar a EJA, os pesquisados puderam expressar suas opiniões quanto à possibilidade da inserção de alguma maneira da economia solidária no currículo de ensino cotidiano, das quais abaixo destacamos algumas colocações a respeito:

Sim, como facilitador para ensino dessa modalidade, pois são desenvolvidas as práticas diárias de sua clientela, através das técnicas de que os mesmos fazem o uso. Podemos aperfeiçoá-los através de seus conhecimentos prévios. (Participante I, 34 anos).

Sim. É necessária uma relação entre o currículo pedagógico e a realidade dos educandos, não trabalhar de forma isolada, tem que haver coerência com o convívio desses educandos. (Participante IX, 46 anos).

Acho difícil, uma vez que a EJA é muito desvalorizada no ambiente escolar, começando pelas próprias direções das escolas. (Participante XI, 48 anos).

Percebe-se, mediante os resultados obtidos na pesquisa quanto à possibilidade da inserção da economia solidária no currículo em algum momento, que a maioria concorda e acha viável a possibilidade de tal inserção, sendo que existem aspectos complexos, hierárquicos e de mudanças a serem vistos, pois, como qualquer intervenção no âmbito dos parâmetros da educação, necessita ser bem avaliado antes de qualquer alteração, seja de inserção ou ratificação. Sabe-se que a interrogativa abordada aos pesquisados está baseada em caráter

de curiosidade quanto a suas opiniões, levando em consideração se existisse tal possibilidade de inserção curricular. Nessa perspectiva, pode-se verificar a importância da inserção de conteúdos como a economia solidária, que, além de formação educacional proporcione uma maneira diferenciada direta de trabalho e renda alternativa, o que, em muitos casos, é almejado pelo público da EJA e também pode contribuir para superar a extrema pobreza, fazendo refletir o trabalho em conjunto dentro da realidade local.

Consta que, dos entrevistados, 75% atualmente não lecionam na EJA, mesmo possuindo especialização direcionada para esse público; e 25% dos participantes lecionam na EJA, porém, de acordo com as observações parciais, estes que lecionam não identificaram nenhum tipo de prática da economia solidária em suas turmas. Sabe-se que os docentes, para lecionar na EJA nos ambientes de ensino, sendo público ou privado, de acordo com a legislação, não são obrigatórios a terem especializações nesta área. A dinâmica de sala de aula e o gerenciamento nas distribuições de turmas podem contribuir para estabelecer professores que melhor se adaptem aos horários definidos para suprir a EJA nas determinadas instituições de ensino. Entretanto, não pode, em hipótese alguma, descartar a valorização de um especialista em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária, pois essa formação contribui para a aptidão profissional docente e capacita o professor para um diferencial da modalidade de ensino que, muitas vezes, acaba sendo rotulada como defasada.

Os cursistas pioneiros do polo de Cuité do curso de especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária expressaram seus relatos na pesquisa sobre as contribuições adquiridas para suas práticas pedagógicas (Tabela 4).

TABELA 4. CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

PARTICIPANTE	IDADE	PERCEPÇÃO
I	34	• Me mostrou que devemos trabalhar o ensino-aprendizado com suas experiências, trazendo para a sala de aula seus conhecimentos de venda e troca, suas inquietações, seus mitos, todo seu conhecimento popular para que possa ser moldado, trabalhando de forma que eles não sejam meros espectadores, mas que possam ser parte dessa construção de conhecimentos.
II	38	• Trouxe-me uma visão sobre o trabalho em grupo, percebendo que juntos somos mais fortes para enfrentarmos os desafios, a favor da inclusão social.
III	38	• (Sem resposta)
IV	53	• Contribui para ampliar meu conhecimento acerca do tema e inovar minha prática docente.
V	51	• Esta especialização contribuiu para abrir um leque de novos saberes a serem inseridos no cotidiano da prática pedagógica, pela qual melhorei a visão sobre educação popular e a relação entre educação e trabalho.
VI	42	• Conhecimento e estratégia.
VII	59	• De promover uma mudança cultural, refletir a existência de outros mundos de trabalho e não somente o assalariado.
VIII	48	• Que a EJA deve ser acolhedora, prazerosa, diferenciada, visto que, na volta aos estudos, os objetivos são mais maduros e devem valer para a vida cotidiana (conteúdos) com aplicabilidade.
IX	46	• Na época em que eu cursava, eu trabalhava com jovens e adultos. Portanto, foi de suma importância na melhoria de minhas aulas.
X	45	• A troca de ideias com outros colegas de aula e também como devemos trabalhar com o público da EJA.
XI	48	• Algumas contribuições.
XII	44	• Aulas mais criativas, estratégias que envolvem temas relacionados à vivência do aluno, avaliação mais ampla e preconização das individualidades.
XIII	42	• Me levou a entender de forma mais teórica e prática a formação de alunos da EJA.
XIV	54	• Nenhuma contribuição.
XV	54	• O curso me fez enxergar com mais clareza a situação social dos meus alunos. A partir dos ensinamentos adquiridos, consigo dialogar melhor com a turma, ao mesmo tempo em que tento suscitar em seu coração o desejo de se tornar independente.
XVI	38	• Inovação na minha prática docente, assim como novas técnicas utilizadas em sala.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Diante de tais resultados, podem-se verificar as diferentes contribuições que puderam ser expressas nesta pesquisa, advindas dos cur-

sistas concluintes da especialização de Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária. Percebe-se que a referida especialização contribuiu em diferentes aspectos e percepções dos alunos cursistas concluintes, expressas em algumas respostas. Na maioria das percepções, ficou evidenciado que o curso levou os participantes a refletirem e reencontrarem aspectos existentes na EJA antes não possíveis de serem percebidos por si sós, ou seja, a especialização foi uma maneira de refletir, rever, aprimorar conceitos, conhecer outros e assim progredir como provedor de conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção dos concluintes, expressa por algumas averiguações nesta pesquisa, leva à reflexão de como é importante a visão do avaliar, compreender e refletir sobre o que é estudado e inovado em um determinado curso de especialização. A pesquisa pôde evidenciar essa realidade de maneira analítica, na qual se constatou a relação da economia solidária e a educação de jovens e adultos como algo inovador, que pode direcionar a uma nova realidade econômica, alternativa, com ótima contribuição social.

Os resultados obtidos no presente estudo servem de norteamto para várias questões a serem bem mais diagnosticadas, exploradas e ampliadas para pesquisas em estudos futuros. A ênfase do estudo foi direcionada à percepção dos especialistas *lato sensu* em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária, oriundos de distintas áreas de conhecimento. Diante da pesquisa evidenciada, temos a convicção de que a área de conhecimento em economia solidária relacionada com a educação necessita ser continuada para melhor desenvolvimento no globo educacional.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. Educação de Adultos: algumas reflexões. *In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. (org.). Educação de Jovens e Adultos: teoria, práticas e propostas.* São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, M. *Economia Solidária como Práxis Pedagógica.* São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas da Pesquisa Social.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAIS, C. R. S.; ALBUQUERQUE, A. V.; MORAIS, S. R. A. O perfil dos especialistas da educação de jovens e adultos e economia solidária do semiárido paraibano: busca e diversidade. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Anais [...].* Campina Grande: Realize, 2014.

RABELO, A. O.; MARTINS, A. M. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério. *In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.* 6. *Anais [...].* São Paulo: USP, p. 6167-6176, 2006.

SANTOS, N. F. S.; SILVA, R. D. S. Economia Solidária e práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos. *In: MORAIS, C. R. S. Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária.* Polo IV: UFCG/ Cajazeiras. Fortaleza: Editora RDS, 2015.

SOUZA, C. M. Nenhum brasileiro sem escola: projetos de educação de adultos do Estado desenvolvimentista. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SOUZA, Z. A.; SANTOS, R. A. A leitura e a escrita: meios para o desenvolvimento da Economia Solidária na EJA. *In: MORAIS, C. R. S. Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária.* Polo VII: UFCG/ Cajazeiras. Fortaleza: Editora RDS, 2015.

FORMATO *15x21 cm*

TIPOLOGIA *Adobe Garmond Pro*

Nº DE PÁG. *180*

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE- EDUF CG

